



Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Curso: Mestrado em Educação Especial

Ramo: Problemas Cognitivos e Motores

**CONCEÇÕES DOS PROFESSORES DO 1º CICLO DO
ENSINO BÁSICO FACE À INCLUSÃO DE ALUNOS
COM NEE NAS SALAS DE AULA DO ENSINO
REGULAR**

Orientadora: Professora Doutora Maria Luísa Panaças

Autor: Maria Antonieta Marquinêz Rosinha

Dezembro

2018

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

**CONCEÇÕES DOS PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO FACE À
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NAS SALAS DE AULA DO ENSINO
REGULAR**

Dissertação apresentada na Escola Superior de Educação de Ciências Sociais de Portalegre para obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial.

Orientadora: Professora Doutora Maria Luísa Panaças

Portalegre

2018

EPÍGRAFE

O professor tem um papel muito importante na inclusão, padrão que “serve de exemplo para outros, principalmente para os alunos das classes regulares, ao aceitar crianças com incapacidades...

(Collicott, 1999, p.1)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu agradecimento a Deus que ao longo da minha vida me tem acompanhado e ajudado a ultrapassar todos os obstáculos com os quais me vou deparando.

Agradeço ao meu querido príncipe, filho adorado que apesar de ser muito pequenino compreendeu sempre que a mãe precisava do seu tempo para realizar o trabalho.

Agradeço à minha querida filha, que é o meu “pilar”, que desde o seu nascimento tem sido uma bênção na minha vida e me ajuda na construção da história da nossa vida, participando em todos os momentos sejam bons ou menos bons. Ela é a força que sempre me incentiva a seguir em frente e me apoia em todas as decisões da vida. O resultado da nossa união é de facto único...

Agradeço ao meu marido Carlos Gaita, que prescindiu de momentos familiares para que eu pudesse realizar o meu trabalho e sempre colaborou em todas as tarefas diárias de forma a promover o meu entusiasmo em todos os momentos da realização do meu estudo.

Agradeço o apoio e as intervenções das minhas duas queridas professoras: Professora Doutora Maria Luísa Panaças e Professora Doutora Elizabete Mendes, que de forma incansável e sempre prestável, me guiaram sabiamente em todas as ocasiões, encorajando-me a prosseguir o meu estudo.

Agradeço aos nove professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico do ensino regular que participaram no estudo que me proporcionaram informações das suas práticas docentes que me possibilitaram realizar o meu estudo.

Por fim, agradeço às minhas colegas e amigas do curso de Mestrado em Educação Especial, que partilharam comigo saberes que contribuíram para a minha evolução ao nível de conhecimentos académicos e sociais.

Muito obrigada!

RESUMO

A perspetiva da inclusão parte do princípio de que existe diversidade no interior de um grupo. O professor não pode esquecer que cada aluno tem as suas próprias características e diferentes tipos de aprendizagem.

O presente trabalho de pesquisa qualitativa tem como objetivo analisar, perceber, descrever e refletir sobre as conceções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico face à inclusão de alunos com NEE nas salas de Ensino Regular (ER) e conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com a heterogeneidade.

Para obter os resultados foi aplicada uma entrevista semiestruturada individual a nove professores de um Agrupamento de Escolas (AE) de um concelho do Norte Alentejo. Numa primeira fase foram analisadas através de tabelas e gráficos e, posteriormente, através de análise de conteúdo dos blocos trabalhados, sendo estes organizados em categorias e subcategorias.

Os resultados demonstraram que a maioria dos professores têm conceções positivas perante a inclusão. Contudo, referem a dificuldade em atender a diversidade dentro do grupo heterogéneo e a falta de apoio de um especialista na área de EE (Educação Especial), permanentemente, aos alunos com NEE. Os professores referem também que o ME (Ministério da Educação) deve promover práticas inclusivas entre todos os agentes educativos colocando os especialistas necessários nas escolas para ajudar os alunos com NEE dentro das salas de ER e conseguir, desta forma, atingir o grande objetivo da escola inclusiva.

Palavras-chave: Conceções dos Professores; Necessidades Educativas Especiais; Diversidade, Inclusão e Escola Inclusiva.

ABSTRACT

The inclusion perspective is based on the principle that there is diversity within a group. The teacher can not forget that each student has their own characteristics and different types of learning.

The purpose of this qualitative research work is to analyze, perceive, describe and reflect on the conceptions of teachers of the 1st Cycle of Basic Education in relation to the inclusion of students with SEN in the Regular Education (RE) rooms and to know the strategies used by teachers to deal with heterogeneity.

To obtain the results an individual semi-structured interview was applied to nine teachers from a School Group (AE) of a municipality in the North Alentejo. In a first phase were analyzed through tables and graphs and, later, through content analysis of the blocks worked, being these organized in categories and subcategories.

The results showed that, in general, teachers have positive conceptions towards inclusion. However, they refer to the difficulty in attending to diversity within the heterogeneous group and the lack of support of a specialist in the area of EE (Special Education), permanently, to students with SEN. Teachers also point out that the Ministry of Education should promote inclusive practices among all educational agents by putting experts in schools to help pupils with SEN within ER rooms and thus achieve the overarching goal of the inclusive school.

Key words: Conceptions of Teachers; Special educational needs; Diversity, Inclusion and Inclusive School.

LISTA DE SIGLÁRIO

AE - Agrupamento de Escolas

DGE – Direção Geral de Educação

DGIDC – Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

CEI - Currículo Específico Individual

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade

EE - Educação Especial

ER - Ensino Regular

FNE - Federação Nacional da Educação

ME - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educativas Especiais

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAIPDI - Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade

PE - Programas Educativos

PEE - Professor de Educação Especial

PEI - Planos Educativos Individualizados

PER - Professor de Ensino Regular

PIT - Plano individual de Transição

RTP – Relatório Técnico Pedagógico

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

TA – Trabalho Autónomo

TC – Trabalho Colaborativo

TT – Trabalho Tutorial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Constituição do Júri

Presidente: Professor Doutor Abílio José Maroto Amiguiho

Arguente: Professora Doutora Amélia de Jesus Gandum Marchão

Orientador: Professora Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS	9
ÍNDICE DE TABELAS	10
ÍNDICE DE GRÁFICOS	11
ÍNDICE DE ANEXOS	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL/PERSPETIVA HISTÓRICA DA ESCOLA INCLUSIVA.....	16
1.1.1 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO.....	16
1.1.2 PERCURSO LEGISLATIVO EM PORTUGAL.....	20
1.2 CONCEITO DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	34
1.3 PERFIL DO PROFESSOR DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.....	35
1.4 PERFIL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	37
CAPÍTULO II – ESCOLA INCLUSIVA	
2.1 ESCOLA INCLUSIVA.....	40
2.2 INCLUSÃO.....	43
2.2.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE EM SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR.....	45
2.2.2 OBSTÁCULOS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NO ENSINO REGULAR.....	48
2.2.3 ESTRATÉGIAS DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.....	49
2.2.3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	49
2.2.3.2 MOTIVAÇÃO NA SALA DE AULA.....	50

2.2.3.3 APRENDIZAGEM COOPERATIVA.....	51
2.2.3.4 COOPERAÇÃO ENTRE PARES.....	52
2.2.3.5 ENSINO DIFERENCIADO.....	52
2.2.3.6 OUTRAS ESTRATÉGIAS DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.....	54
2.3 O QUE SE ENTENDE POR CONCEÇÃO.....	55
2.3.1 CONCEÇÕES DOS PROFESSORES FACE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NAS SALAS DE ENSINO REGULAR.....	56
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO	
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	61
3.2 FINALIDADE DO ESTUDO.....	61
3.3 OBJETIVOS GERAIS DO ESTUDO.....	62
3.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTUDO.....	62
3.5 PARTICIPANTES.....	62
3.6 INSTRUMENTOS.....	63
3.7 PROCEDIMENTOS.....	64
3.8 TRATAMENTO DE DADOS.....	65
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
4.1 RESULTADOS.....	68
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	96
CONCLUSÃO.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	105
ANEXOS.....	114

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Porquê do Diploma - DGE (2018)	26
Quadro 2 - Matriz Conceptual do novo Decreto-Lei	27
Quadro 3 - Aspetos Inovadores.....	27
Quadro 4 - Reforço da Intervenção dos Docentes de EE	27
Quadro 5 - Abordagem Multinível no Acesso ao Currículo	28
Quadro 6 - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.....	28
Quadro 7 - Centro de Apoio à Aprendizagem	28
Quadro 8 - Processo de Identificação da Necessidade de Medidas	29
Quadro 9 - Relatório Técnico-Pedagógico (RTP).....	29
Quadro 10 - Disposições Transitórias e Finais do Diploma.....	30
Quadro 11- Estratégias que utiliza para promover práticas inclusivas com os alunos com NEE dentro da sua sala para atender a diversidade	82
Quadro 12 - Quais as medidas que a escola proporciona	87
Quadro 13 - Barreiras e facilitadores para a promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala	92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de género da população entrevistada	68
Tabela 2 - Idade dos professores entrevistados do ER.....	69
Tabela 3 - Habilitações académicas dos professores de ER	70
Tabela 4 - Categoria profissional.....	71
Tabela 5 - Tem alunos com alunos NEE dentro da sala de aula	72
Tabela 6 - Problemáticas dos alunos com NEE	74
Tabela 7 - Professores com formação em EE.....	75
Tabela 8 - Necessidade de ter formação em EE.....	75
Tabela 9 - Opinião dos professores em relação à inclusão.....	77
Tabela 10 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER.....	79
Tabela 11 - Relacionamento com as famílias de alunos com NEE	83
Tabela 12 - Receção de apoios para gerir a diversidade existente na sua sala	84
Tabela 13 - Opinião em relação aos especialistas	86
Tabela 14 - Alteração das práticas	89
Tabela 15 - Considera que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço.....	90
Tabela 16 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER.....	94

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sexo dos entrevistados.....	69
Gráfico 2 - Escalão etário	70
Gráfico 3 - Categoria profissional	71
Gráfico 4 – Tem alunos com NEE dentro da sala de aula.....	73
Gráfico 5 - Problemática dos alunos com NEE	74
Gráfico 6 - Considera necessário que o PER tenha formação em EE.	76
Gráfico 7 - O que pensa em relação à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula do ER	78
Gráfico 8 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER	79
Gráfico 9 - Quais os obstáculos que o professor(a) enfrenta para gerir a diversidade e heterogeneidade da sua sala	80
Gráfico 10 - Relacionamento com as famílias de alunos com NEE	83
Gráfico 11 – Receção de apoios para gerir a diversidade existente na sua sala.....	85
Gráfico 12 – Opinião sobre os especialistas que lhe proporcionam apoio.....	86
Gráfico 13 – Necessidade de introduzir alterações nas usas práticas	90
Gráfico 14 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER	94

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO ENSINO REGULAR.....	115
ANEXO 2 - ENTREVISTA	124
ANEXO 3 - CARTA AO DIRETOR DO AE - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.....	129
ANEXO 4 - TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	131
ANEXO 5 - TABELA DE CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	134
ANEXO 6 - CATEGORIAS E INDICADORES DAS ENTREVISTAS / RESUMO.....	137
ANEXO 7 - ANÁLISE DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	142

INTRODUÇÃO

A temática em estudo e para reflexão incide sobre as “Concepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com NEE nas Salas de Aula do Ensino Regular”.

Neste trabalho procede-se a uma revisão da literatura para esclarecer alguns conceitos, tais como Necessidades Educativas Especiais, Escola Inclusiva e Concepções dos Professores face à inclusão de alunos com NEE e as Estratégias utilizadas pelos professores para atender a diversidade e heterogeneidade dos alunos dentro da sala de aula do 1.º Ciclo do ER.

Tendo em conta que o Ministério da Educação define objetivos que visam incluir os alunos com NEE no ER compete à escola inclusiva criar condições e recursos adequados para que todos os alunos consigam adquirir conhecimentos teóricos/práticos que promovam as suas capacidades, independentemente do grau de dificuldade em que se encontrem.

Foi a partir do pressuposto mencionado anteriormente que o tema do trabalho foi escolhido.

A publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro que regulamenta os apoios especializados a alunos com NEE revolucionou as funções desempenhadas pelos PER (Professor do Ensino Regular) e de PEE (Professor do Ensino Especial), impondo novas responsabilidades no que respeita à inclusão de alunos com NEE, no contexto do ER. Mas, recentemente o novo do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho poderá vir a combater todas as lacunas existentes no Decreto anterior.

Num mundo ideal são os professores a ligação chave para a inclusão dos alunos com NEE dentro da sala do ER.

Acredita-se que o futuro da EE tem como fundamento a construção de uma escola democrática, isto é, baseia-se na escola de todos e para todos. Por conseguinte, afirma-se que o conceito de inclusão se encontra implícito no princípio de inclusão segundo o qual as crianças são inseridas no espaço escolar e incluídas nesse meio, a partir do esforço de toda a comunidade educativa no sentido de formar alunos, pessoas e cidadãos de pleno direito.

O tema escolhido é bastante pertinente, isto porque, na atualidade, a sociedade e o Ministério de Educação exigem do meio educativo a transmissão de valores e princípios muito diferentes às épocas anteriores, conduzindo à necessidade de respeitar a inclusão e aceitar as diferenças que existem entre todos os alunos.

A inclusão é segundo (Leitão, 2010)

um processo de mudança e melhoria da própria escola, de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um. Inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e valores, é a condição da educação democrática. (p.1)

Tudo isto tem sido alterado a partir das recomendações educacionais preconizadas na Declaração de Salamanca (1994) e uma das recomendações é que a educação dos alunos com NEE deve realizar-se num ambiente o menos restrito possível. Apesar de todos os esforços para alcançar a inclusão de alunos com NEE dentro das salas de ER, que ainda se verifica nos nossos dias, o objetivo não foi alcançado, isto porque existem problemáticas de alunos com NEE que os PER não estão preparados para trabalhar e não existem PEE suficientes para dar resposta individual dentro da sala de aula do ER.

Neste momento existem esforços humanos de todos os agentes educativos para implementar o conceito de inclusão e tornar de facto possível a existência de uma escola inclusiva para todos. Contudo, cabe ao ME proporcionar recursos humanos e físicos suficientes para atender a diversidade apresentada pela sociedade nas nossas escolas.

Desta forma, o professor tem um papel fundamental na filosofia de escola inclusiva, logo é fundamental conhecer as suas concepções em relação à inclusão de alunos com NEE dentro das suas salas. É neste sentido que surge a investigação deste trabalho de Dissertação do Curso de Mestrado em NEE, no Domínio Cognitivo e Motor.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, no enquadramento teórico pretende-se, através da consulta e análise bibliográfica relevante, a melhor compreensão da temática em estudo. Para responder às questões que vão sendo colocadas, realiza-se uma abordagem aos conceitos teóricos intrínsecos à parte prática do trabalho, tais como: História da Educação Especial em Portugal; Percurso Legislativo em Portugal; Conceito de Necessidades Educativas Especiais; Perfil do Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico; Perfil do Professor de Educação Especial.

No segundo capítulo analisam-se os conceitos de Escola Inclusiva, Inclusão e Concepções dos Professores.

No terceiro capítulo realizamos a abordagem empírica da investigação, onde se apresenta a contextualização do estudo e a metodologia da investigação;

No quarto capítulo apresentamos a discussão e análise dos resultados.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL/PERSPETIVA HISTÓRICA DA ESCOLA INCLUSIVA

Neste capítulo daremos conta da evolução das atitudes da humanidade face à diferença. Remontando à antiguidade e à forma de tratamento do indivíduo com NEE, este foi sempre sujeito a um tratamento especial. Dependendo das correntes filosóficas de cada época, a pessoa com NEE foi tratada consoante as superstições que conduziam por vezes a tratamentos cruéis. As atitudes foram evoluindo consoante os fatores económicos, sociais e políticos de cada época.

1.1.1 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

Ao longo da História a EE tem ultrapassado obstáculos e desenvolvido condições ao nível político, social, económico e ideológico. Deste modo, a preocupação com as pessoas em situação de deficiência tem evoluído com o decorrer do tempo.

Antes de se aprofundar o estudo em questão é importante referir a época histórica, da antiguidade, desde a época de Cristo até ao século XII/XIV em que predomina um paradigma religioso.

Durante esta época a pessoa com deficiência foi vítima de segregação, pela sua incapacidade e “anormalidade”. Esta fase foi denominada de exclusão, em que predominava um olhar sobrenatural sobre as pessoas em situação de deficiência, que eram ignoradas, perseguidas, vítimas de maus tratos, como o abandono e extermínio.

Até à Idade Média as pessoas com deficiência eram aniquiladas porque os humanos considerados “normais” os consideraram pessoas possuidoras de demónios.

Só a partir do século XVII a humanidade modificou as suas atitudes e comportamentos principalmente por parte das organizações religiosas, que começaram a oferecer a sua assistência.

Com a entrada da idade moderna revelou-se uma mudança de atitudes, através da alteração de comportamentos humanos que exaltavam o valor do Homem. Contudo, existia ainda a visão patológica da pessoa deficiente, o que continua a originar a separação de pessoas deficientes dos restantes grupos.

Após se terem referenciado alguns antecedentes históricos sobre a evolução da EE em Portugal, menciona-se de seguida os Períodos Evolutivos da mesma: O Período das Instituições, o Período da Normalização Integração Escolar dos Alunos e na Escola Inclusiva ou escola para todos.

O Período das Instituições, que surge no início do século XIX e tem como base o paradigma médico-religioso, expandiu-se até meados do século XX. A sociedade

consciencializou-se que deveria prestar apoio às pessoas com deficiência. Contudo este apoio era mais de carácter assistencial do que educativo (Bautista, 1997).

Geralmente, o apoio, mencionado anteriormente, era prestado em Instituições Privadas, como por exemplo o “Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, sob a tutela do “Ministério da Instrução” (S.N.R., 1983).

No início do século XIX, iniciaram-se esforços e aparecem mudanças concretas para pessoas com deficiências sensoriais, originadas por problemas auditivos e visuais, sendo estas deficiências as primeiras a ser tratadas em contexto educativo. Surge a 1.ª experiência de integração fundada pelo instituto já referido. Este organizava as classes regulares com presença de crianças com dificuldades de aprendizagem. Em 1941 este instituto começou a formar professores para trabalhar com crianças “anormais” sob a tutela do Ministério da Instrução, tendo sido criados, posteriormente, internatos e semi-internatos para dar resposta às problemáticas mencionadas anteriormente, na década de 60 do séc. XX.

Na década de 60 do séc. XX era a segurança social e a iniciativa privada que asseguravam a educação de crianças com deficiências. Contudo, devido à escassez de recursos surgem associações de pais com carácter não lucrativo para atendimento de carácter educativo.

O período mencionado anteriormente foi denominado como o “Período de Despiste e de Segregação”. Este período correspondeu aos anos 50 e 60 do séc. XX, através da junção de vários movimentos. Contudo, apesar dos seus esforços a integração dos alunos com deficiência na escola e na sociedade não se concretizou. Este período era apologista de técnicas psicométricas, do modelo-diagnóstico que conduzia à classificação e à elaboração de um diagnóstico, em vez de educar os alunos.

Neste período as crianças com deficiência eram classificadas e posteriormente segregadas em recursos educativos especiais ou terapêuticos institucionalizados.

Surge nos anos 70 do séc. XX um segundo período denominado Período de Normalização. Este vai dividir-se em duas épocas: Fase de Integração Escolar e a Fase da Escola Inclusiva ou Escola para todos.

A 1.ª Fase surge acompanhada de várias Reformas do Ensino, reformas oriundas do Ministério da Educação que começa a preocupar-se com a integração das crianças no sistema regular de ensino (Bairrão, 1981).

As mudanças mais importantes da educação surgiram no final dos anos 70 do séc. XX. Nesta época o modelo vigente era sociológico, começou a considerar-se a criança com alguma deficiência com possibilidades de ser educada e de exercer direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

Este período é influenciado pela declaração dos Direitos do Homem, da Criança e dos Deficientes, dos movimentos das Associações dos Pais que defendiam o direito à educação dos seus filhos em escolas de ensino regular e da Formação de Profissionais de Educação Especial.

Apesar das leis do Ministério de Educação evoluírem no sentido da integração, não se desenvolveram medidas que possibilitassem a operacionalização da prática da integração (Felgueiras, 1994). De facto, na década de 70 do séc. XX, projetaram-se movimentos que internacionalmente iam defendendo as perspetivas igualitárias, como por exemplo: a tentativa de integrar a educação especial no ensino regular; a criação da Divisão do Ensino Especial e o governo começa a prestar apoio à educação especial.

Na escola regular inicia-se a oficialização de intervenção de professores de apoio e mais tarde criam-se equipas de educação especial, que visam integrar as pessoas em situação de deficiência nas classes regulares. Neste processo de democratização do ensino (Afonso & Moreno, 2005) são fundadas as CERCI'S e outras instituições de apoio à deficiência, tal como a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, no Porto.

Os aspetos mais marcantes deste período foram, do ponto de vista político e social, o novo paradigma em educação que assentava na conceção de que todos os cidadãos, mesmo os portadores de deficiência, têm os mesmos direitos e que, por conseguinte, deverão frequentar um ensino universal e gratuito adaptado às suas necessidades.

Do ponto de vista científico este período é muito contestado. O papel exclusivo do diagnóstico médico e psicológico para o ensino e recuperação das pessoas com deficiência é posto em causa, passando a valorizar-se a educação como a forma de mudança e a integração como forma de normalização. Este período foi também marcado pelos esforços para realizar o despiste destas crianças de uma forma justa e não estigmatizante, por ligar o diagnóstico à intervenção e por atuar mais precocemente junto das famílias e crianças, atenuando os seus défices. Surge, desta forma, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, que se consagra também como modelo a integrar da Educação Especial no sistema regular de ensino.

A Lei assume pela 1.ª vez o conceito de NEE e consagra o direito à Integração de alunos com necessidades educativas específicas, direito que é consagrado no Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto e expresso na ideia de abertura da escola a alunos com NEE, numa perspetiva de escolas para todos. Neste documento é também declarada a necessidade de adoção de medidas de atendimento que garantam:

(...) que as condições de frequência dos alunos objeto da sua aplicação se assemelhem às seguidas no regime educativo comum, optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas. (Dec. Lei n.º 319/91, art.º 2, ponto 3)

O conceito de NEE, indicado nestes Diplomas Legais, aponta para uma perspetiva de intervenção educativa focada não apenas em juízos de ordem médica, mas também em critérios pedagógicos visando, assim, assegurar o desenvolvimento global das crianças e jovens.

Nestas orientações, identifica-se reflexos da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), na qual se declara que "(...) a criança deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e formação adequados que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível" (UNICEF, 2004, p.16)

A década de 90 do séc. XX é marcada por uma visão educacional de integração social das crianças com NEE (Correia, 2001), assente num modelo de intervenção individual (Stubbs, 2008) centrado no sujeito e no seu problema.

Contudo,

(...) a escola começa a repensar o seu papel, verificando-se que seria um direito inerente a qualquer aluno a sua inserção em ambientes de aprendizagem regulares, e da integração física e social, pretende-se passar à integração cognitiva, à possibilidade de o aluno ter acesso ao currículo comum. (Correia, 2001, p.128)

Também a UNESCO afirma:

(...) que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. (UNESCO, 1994, preâmbulo)

Declara-se, ainda, que as escolas regulares sigam uma orientação inclusiva de modo a serem capazes de combater "(...) as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos". (UNESCO, 1994, ponto 2), apela-se aos governos que adotem "(...) como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo" (UNESCO, 1994, ponto 3).

Só no final da década de 90 do séc. XX se faz notar essa influência ao serem decretadas medidas curriculares para os Ensinos Básico e Secundário que expressam a necessidade de

o currículo atender à formação para a diversidade e as especificidades sociais e culturais de contexto numa uniformidade de educação inclusiva.

Tomando como referência a visão de Correia (2001) de que uma escola inclusiva é “(...) aquela que pretende dar resposta às necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características, nas escolas regulares das suas comunidades e, sempre que possível, nas classes regulares dessas mesmas escolas”. (Correia, 2001, p.128)

1.1.2 PERCURSO LEGISLATIVO EM PORTUGAL

Em 1971 foi publicada a Lei n.º 6/71, de 8 de novembro – Lei de Bases da Reabilitação e Integração de Deficientes, que previa no n.º 2 da Base VI a criação de um “secretariado nacional de reabilitação” ou de um outro organismo equivalente, sendo que até à sua criação funcionaria uma comissão interministerial. Em 25 de setembro de 1973, pelo Decreto-Lei n.º 474/73, de 25 de setembro, em cumprimento da Lei de Bases foi criada na Presidência do Conselho, a Comissão Permanente de Reabilitação (CPR), que teria por missão coordenar as atividades dos Ministérios e serviços interessados na aplicação dos princípios e métodos da reabilitação, bem como dirigir a nível nacional, o planeamento das medidas a executar neste domínio.

Surge nos anos 70 do séc. XX o primeiro Decreto-Lei, n.º 45/73 de 12 de fevereiro, que cria a Divisão do EE, com o intuito de regular a integração de crianças deficientes e inadaptadas em classes normais.

A partir de 1973-1974, foram publicados vários diplomas legais que assumiam a integração dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência que viriam a ser assegurados pela Constituição da República Portuguesa (1976) (Capítulo II, artigos 71.º e 74.º) sendo que:

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias (...) promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário. (Constituição da República Portuguesa, 1976, Capítulo II, art.º 71 e 74)

Os principais normativos legais que têm regulado a educação especial são: Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro). - Âmbito e objetivos da EE e Organização da EE; Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 9/89, de 2 de maio). - Foca no art.º 9 a EE; Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro - Define o regime de gratuidade e de escolaridade obrigatória.

A grande mudança legislativa em Portugal, a nível da EE, dá-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto (referente ao regime educativo dos alunos com NEE), em que se consagra o princípio de que a educação de alunos com NEE se deve processar num meio o menos restritivo possível, encarando-os sob um ponto de vista educativo e propondo o abandono da classificação por categorias.

Surgiram no panorama legal um conjunto de normativos necessários à operacionalização deste Decreto-Lei, em que se destacam: Despacho n.º 173/ME/91, de 23 de outubro - regulamenta os procedimentos necessários à aplicação de medidas previstas no Decreto-Lei n.º 319/91; Portaria 611/93, de 29 de junho - aplica o disposto no Decreto-Lei n.º 319/91, às crianças com NEE que frequentam os jardins-de-infância; Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 agosto - determina o cumprimento do dever de matrícula e frequência dos alunos com NEE; Despacho n.º 105/97, de 1 de julho - estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Por conseguinte e neste último Despacho em que se subscreve a orientação claramente inclusiva para a educação portuguesa, de acordo com a Declaração de Salamanca, sendo que tanto as ideias como a terminologia usada nesta época, remetem para as NEE, abandonando-se a referência ao termo “deficiência”.

Em 2001 os Decretos-Lei n.º 6/2001 e 7/2001, de 18 de janeiro estabelecem os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico/secundário.

Foi formalmente apresentado na comunicação social, a 12 de janeiro de 2004, pelo ME, um anteprojeto de Decreto-Lei para a EE (apelidado de “novo 319” ou “320”) que foi objeto de debate público, de 12/01 a 14/02/2004. Este anteprojeto propunha uma nova organização do sistema de resposta às NEE, preconizando um modelo uniforme de aplicação em todo o território nacional, com duas vias: a EE e o apoio socioeducativo. Neste documento as NEE abrangidas seriam de carácter prolongado, mas em termos de identificar o perfil concreto de funcionalidade para elegibilidade na modalidade EE, já estava prevista a utilização da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial de Saúde (OMS), embora este organismo alertasse para que a CIF nunca devesse ser utilizada para rotular as pessoas ou identificá-las apenas em termos de uma ou mais categorias de incapacidade ” (CIF – OMS, 2001).

A CIF veio a tornar-se, contudo, por inerência do novo quadro legislativo, o quadro de referência na fundamentação das NEE e, segundo o ME, “Corresponde a um paradigma em que as questões de funcionalidade do indivíduo são vistas à luz de um modelo que abrange

diferentes dimensões, resultando a funcionalidade de uma contínua interação entre a pessoa e o ambiente que a rodeia”. (CIF – OMS, 2001)

No início de 2006, e de forma a promover o ordenamento dos recursos, foi criado o Quadro de Docentes de EE (Decreto-Lei N.º 20/2006, de 31 de janeiro) sendo definidos critérios de acesso que remetem aos anos sessenta (deficiência motora, deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva...). (Sanches, 2007, p. 158)

Em julho de 2006, a DGIDC, divulgou o Documento Estratégico Reorientação das Escolas Especiais em Centros de Recursos em que considera que a EE é uma resposta integrada da escola a alunos com NEE de carácter prolongado.

Surge, entretanto, o Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI) adotado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006 de 21 de setembro que definiu um conjunto de medidas de atuação dos vários departamentos governamentais, bem como metas a alcançar no período compreendido entre 2006/2009, tendo por objetivo criar uma sociedade que garanta a participação efetiva das pessoas com deficiência.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto introduziu o conceito de NEE; privilegiou a máxima integração do aluno com NEE no ER; reforçou o papel dos pais na educação dos seus filhos; responsabilizou a escola pela procura de respostas educativas adequadas; definiu as medidas educativas a ser implementadas aos alunos com NEE, tais como: a) Equipamentos especiais de compensação; b) Adaptações materiais; c) Adaptações curriculares; d) Condições especiais de matrícula; e) Condições especiais de frequência; f) Condições especiais de avaliação; g) Adequação na organização de classes ou turmas; h) Apoio pedagógico acrescido; i) Ensino especial); Determinou a obrigatoriedade do cumprimento da escolaridade básica para todas as crianças com NEE, assim como a gratuidade, a igualdade e a qualidade do ensino. Com o objetivo de responder às necessidades educativas destas crianças, fixou-se a individualização de intervenções educativas através dos Planos Educativos Individualizados (PEI) e de Programas educativos (PE).

O Ministério da Educação em 2008, através do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, faz referência à inclusão de todos os alunos, à diversidade, à flexibilidade e à adequabilidade das respostas educativas. Define como objetivos da EE:

A inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças

e jovens com NEE. (Ministério da Educação, 2008, Decreto-Lei n.º 3/2008: art.º 1, p.155)

Este Decreto vem renovar o anterior e descreve os apoios especializados que se devem conceder quer na educação pré-escolar quer nos ensinos básico e secundário dos setores cooperativo, particular e público. Os apoios especializados visam responder às NEE dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente. O Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, no art.º 16, “Adequações do processo de ensino e de aprendizagem” define as medidas educativas, que são: a) Apoio pedagógico personalizado; b) Adequações curriculares individuais; c) Adequações no processo de matrícula; d) Adequações no processo de avaliação; e) Currículo específico individual; f) Tecnologias de apoio.

A seguir analisaremos em profundidade as medidas educativas implementadas segundo o Decreto-Lei n.º 3/2008, para alunos com NEE.

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

O PEI é um instrumento de trabalho que descreve o perfil de funcionalidade por referência à CIF-CJ do aluno e estabelece as respostas educativas especiais requeridas por cada aluno em particular. É dinâmico e deve ser regularmente revisto e reformulado numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações. O PEI é elaborado, conjuntamente e obrigatoriamente pelo docente/diretor de turma/educadora de infância, docente do ensino especial, encarregado de educação e sempre que se considere necessários outros técnicos como, psicólogos, terapeutas. A elaboração do PEI deve decorrer no prazo máximo de 60 dias após a referenciação, dando-se início à sua implementação. A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no PEI tem, obrigatoriamente, de ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola e consubstanciada num relatório no final do ano letivo (relatório circunstanciado). Obrigatoriamente tem de ser revisto no final de cada nível de educação de ensino e no final de cada ciclo de ensino básico.

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (PIT)

O plano individual de transição (PIT), sendo igualmente elaborado pela equipa responsável pelo PEI e da responsabilidade de todos os intervenientes é um documento que

resume o projeto de vida do aluno, para uma vida em sociedade com adequada inserção social e familiar ou numa instituição que desenvolva atividades de carácter ocupacional e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional, não devendo duplicar a informação constante no PEI. É elaborado pela equipa responsável pelo PEI.

RESPOSTAS EDUCATIVAS/ MEDIDAS EDUCATIVAS

Adequação do Processo de Ensino Aprendizagem (art.º 16) tem por objetivo facilitar o acesso ao currículo, à participação social e à vida autónoma das crianças e jovens com necessidades educativas de carácter permanente. Pressupõe uma abordagem assente nos princípios de diferenciação e da flexibilização ao nível do currículo: Áreas curriculares; objetivos e competências; Conteúdos; Metodologias; Modalidade de avaliação, bem como dos elementos de acesso ao currículo (organização e gestão do espaço, tempo, recursos humanos, materiais e financeiros).

As medidas educativas que integram a adequação do processo de ensino e de aprendizagem são: Apoio pedagógico personalizado; Adequações curriculares individuais; Adequações no processo de matrícula; Adequações no processo de avaliação; Currículo específico individual (CEI); Tecnologias de apoio.

O Apoio Pedagógico Personalizado (art.º 17) inclui o reforço de estratégias a desenvolver com estes alunos, no seu grupo ou turma, ao nível da organização, do espaço e das atividades, assim como o estímulo e o reforço de determinadas competências e aptidões necessárias à aprendizagem inclusive a antecipação e o reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no âmbito do grupo ou da turma, assim como de competências específicas. Apenas requer a intervenção direta do docente de educação especial quando, no PEI do aluno, se preveja a necessidade de realizar atividades que se destinem ao reforço e desenvolvimento de competências específicas, como por exemplo: Braille, orientação e mobilidade, treino de visão, leitura e escrita para surdos, não passíveis de serem efetuadas pelo docente responsável de grupo, turma ou disciplina. O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social do aluno, que exigem atividades de cariz funcional, com tempos e espaços próprios e sistematização de estratégias específicas devem, também, ser asseguradas pelo docente de educação especial.

A medida de adequações curriculares individuais (art.º 18) traduz-se em adequações de âmbito curricular que não põem em causa o currículo comum ou as orientações curriculares respeitantes à educação.

A medida adequações no processo de matrícula (art.º 19) só se aplica aos alunos com NEE de carácter permanente que permite o adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade

apenas por um ano, não sendo possível a sua renovação. Nos casos do 2.º e 3.º ciclo, do ensino básico e no ensino secundário a matrícula dos alunos com NEE de carácter permanente pode ser feita por disciplinas, desde que não seja alterada a sequencialidade do regime educativo comum.

A medida adequações no processo de avaliação (art.º 20), o processo de avaliação dos alunos com NEE de carácter permanente, à exceção dos que têm um currículo específico individual, segue as normas de avaliação definidas para os diferentes níveis de anos de escolaridade, podendo, no entanto, proceder-se a adequações que consistem no tipo de provas; nos instrumentos de avaliação e certificação; das condições de avaliação (formas e meios de comunicação, periodicidade, duração e local da mesma).

A medida currículo específico individual (CEI) (art.º 21) prevê alterações significativas no currículo comum ao nível da priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros, na eliminação de conteúdos, na introdução de conteúdos e objetivos complementares referentes a aspetos específicos, na eliminação de áreas do currículo. É o tipo de funcionalidade do aluno que vai determinar o tipo de modificações a realizar no currículo. Pretende-se que estes currículos tenham um cariz funcional, ou seja, as atividades propostas têm que ser úteis para a vida presente e futura (pós-escolar) do aluno.

A medida currículo tecnologias de apoio (art.º 22) é o conjunto de dispositivos e equipamentos que têm por objetivo compensar uma limitação funcional e facilitar um modo de vida independente, sendo por isso elementos facilitadores do desempenho de atividades e da participação dos alunos com NEE em diferentes domínios (aprendizagem, vida social e profissional).

Muitos são os autores que nos últimos dez anos têm criticado a forma como a educação especial tem sido abordada. Existem críticas ao Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, diploma que tem proporcionado muitas polémicas entre a comunidade escolar. O facto é o resultado da discriminação da maioria dos alunos com NEE através do processo inadequado da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Correia (2008) refere que o Decreto-Lei n.º 3/2008 regista aspetos negativos que induzem à reflexão sobre o seu verdadeiro objetivo, designadamente, a aplicação do referido decreto permite o desenvolvimento de aprendizagens efetivas dos alunos com NEE nas escolas do ER. Isto porque, deixa de fora muitos alunos com NEE de carácter permanente. Perante os factos o referido Decreto não incitou a inclusão de todos os alunos com NEE.

Por conseguinte, tornou-se urgente repensar a educação especial em Portugal. Esta atuação só será possível através da ação do ME para atingir a grande meta reconhecer a inclusão como direito universal de todos os alunos com NEE.

Recentemente o Decreto-Lei n.º 54/2018 veio revogar o Decreto-Lei n.º 3/2008.

À data de 6 de julho de 2018 é decretado em Diário da República, 1.ª série-N.º 129-6 de julho de 2018, através do Decreto-Lei n.º 54/2018:

O Programa do XXI Governo Constitucional estabelece como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social. (Diário da República, 1.ª série-Nº129-6 de julho de 2018, Decreto-Lei n.º 54/2018)

MEDIDAS EDUCATIVAS SEGUNDO O DECRETO-LEI N.º 54/2018 DE 6 DE JULHO

A lei vem objetivar que todas as escolas organizem equipas multidisciplinares e reconhece a importância primordial da atuação dos professores com formação especializada junto dos alunos com NEE. Analisaremos a seguir em profundidade o Decreto-Lei n.º 54/2018, sendo que a informação foi obtida e estudada no Manual De Apoio À Prática “Para Uma Educação Inclusiva”. (Filomena Pereira, 2018)

PORQUÊ DO DECRETO-LEI N.º 54/2018:

Assegurar	A escolaridade obrigatória de 12 anos a todos os alunos; O direito de todos os alunos a um certificado final com a identificação das aprendizagens realizadas e das competências desenvolvidas.
Cumprir	Recomendação n.º 1/2014 CNE, de 23/06, DR. 2ª Série-N.º118; O Relatório do Comité dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, ONU, 18 de abril 2016; Resolução da Assembleia da Republica n.º 195/2017, 9 de agosto.

Quadro 1 - Porquê do Diploma - DGE (2018)

MATRIZ CONCEPTUAL DO NOVO DECRETO-LEI N.º 54/2018

Objetivo central	Todos os alunos aprendem. Cada aluno é importante	
O que precisamos para garantir o sucesso de todos	Ter um referente de saída para todos	Perfil dos alunos
	Ter diferenciação curricular	Autonomia e Flexibilidade Curricular
	Ter um currículo que permite opções, aprofundamento e enriquecimento	Aprendizagens Essenciais
	Ter diversidade de estratégias e de medidas	Promoção do Sucesso Escolar

Quadro 2 - Matriz Conceptual do novo Decreto-Lei

ASPETOS INOVADORES

Modelo não categorial que assume uma Visão Universal	Abordagem Multinível de acesso ao currículo	Visão de Escola centrada na resolução de problemas	Reforço da Intervenção dos docentes de educação especial
Enfoque na promoção do sucesso de todos os alunos	Direito de todos à certificação da conclusão da escolaridade obrigatória	Equipa Multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	Centro de Apoio à Aprendizagem

Quadro 3 - Aspetos Inovadores

REFORÇO DA INTERVENÇÃO DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, ATRAVÉS DE:

Seleção das estratégias mais adequadas e enquadradas numa perspetiva de desenho universal	Avaliação sistemática das práticas, das atitudes e dos contextos
Trabalho colaborativo (TC) e co docência	Atenção a fatores potenciadores da aprendizagem e do TC

Quadro 4 - Reforço da Intervenção dos Docentes de EE

ABORDAGEM MULTINÍVEL NO ACESSO AO CURRÍCULO

Medidas Adicionais	Frequência do ano de escolaridade por disciplinas. Adaptações curriculares significativas Plano individual de transição. Metodologias e estratégias de ensino estruturado. Competências de autonomia pessoal e social.
Medidas Seletivas	Percursos curriculares diferenciados. Adaptações curriculares não significativas. Apoio psicopedagógico. Antecipação e reforço das aprendizagens. Apoio tutorial.
Medidas Universais	Diferenciação pedagógica. Acomodações curriculares. Enriquecimento curricular. Promoção do comportamento pró-social. Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

Quadro 5 - Abordagem Multinível no Acesso ao Currículo

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Elementos Permanentes	Um psicólogo. Um dos docentes que coadjuva o diretor. Um docente de educação especial. Três membros com função de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino.
Elementos Variáveis	O educador/o professor titular de turma/diretor de turma. Outros docentes do aluno. Técnicos do centro de recursos à inclusão ou outros que prestem apoio à escola. Os pais/encarregados de educação.

Quadro 6 - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM

Estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola	Promover a qualidade da participação dos alunos.
	Apoiar os docentes da turma a que os alunos pertencem.
	Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinar.
	Promover a criação de ambientes estruturados.
	Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Quadro 7 - Centro de Apoio à Aprendizagem

PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS

Quando? Por quem?	Ocorrer o mais precocemente possível. Por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno.
A quem?	Apresentada ao diretor da escola. Com a explicitação das razões que levam à necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, acompanhada da documentação considerada relevante.
Como?	Diretor solicita à equipa multidisciplinar a elaboração de um relatório técnico-pedagógico. A equipa multidisciplinar conclui que apenas devem ser mobilizadas medidas universais e devolve o processo ao diretor. Este remete o processo ao professor titular de turma ou ao diretor de turma.
RTP PEI	Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, o relatório técnico-pedagógico é acompanhado de um programa educativo individual que dele faz parte integrante.

Quadro 8 - Processo de Identificação da Necessidade de Medidas

RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO (RTP)

Identificação dos fatores que facilitam e dificultam o progresso do aluno.
Identificação das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.
Operacionalização das medidas.
Identificação dos responsáveis pela implementação.
Avaliação de cada medida.
Articulação com os recursos específicos de apoio à inclusão.

Quadro 9 - Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS DO DIPLOMA

Regime de transição para alunos com atual medida Currículo Específico Individual (CEI).
Devem ser reavaliados pela equipa multidisciplinar para identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e para elaborar o Relatório Técnico Pedagógico e Programa Educativo Individual caso sejam propostas adaptações curriculares significativas.
Elaboração de Plano Individual de Transição para os alunos que completem a idade limite da escolaridade obrigatória nos três anos subsequentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei.

Quadro 10 - Disposições Transitórias e Finais do Diploma

Desde que se decretou a necessidade de incluir os alunos com NEE nas escolas de ER que se registam obstáculos manifestados pelos professores para se alcançar a grande meta da inclusão, um dos obstáculos apresentados pelos estudos dos autores Schaffner e Buswell (1996) é que os professores temem a filosofia de inclusão quando não lhes são disponibilizados recursos humanos e materiais, tempo e formação necessários para a implementarem com sucesso. O último Decreto – Lei vem mobilizar os meios necessários para que se consiga abolir todos os obstáculos inerentes à inclusão de alunos com NEE na comunidade escolar.

Desta forma o Decreto – Lei n.º 54/2018 tem como:

...eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida e na comunidade educativa... (Decreto – Lei n.º 54/2018 de 6 de julho).

Para se concretizar o objetivo atrás mencionado o ME deve apostar numa autorização decisiva que permita aos agrupamentos de escolas e escolas não-agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privadas, cooperativa e solidária, autonomia para gerir os seus profissionais, adequando o número de docentes ao número de alunos com NEE. As escolas poderão, a partir deste momento, organizar equipas com professores de EE e técnicos para dar resposta às necessidades dos alunos com NEE, equipas educativas que definam estratégias para combater as dificuldades e atender a diversidade escolar.

O presente Decreto-Lei n.º 54/2018 vem reiterar os princípios orientadores da educação inclusiva através do art.º 3:

- a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;
- c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
- d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;
- e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que se a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
- f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
- g) Envolvimento parental, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;
- h) Interferência mínima, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária e efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças ou alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar. (Decreto – Lei n.º 54/2018 de 6 de julho)

Através da organização escolar que deve formar equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, as escolas devem constituir as suas equipas multidisciplinares por elementos permanentes e por elementos variáveis (art.º 12).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018 são elementos permanentes da equipa multidisciplinar: “a) Um dos docentes que coadjuva o diretor; b) Um docente de educação especial; c) Três membros do conselho pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino; d) Um psicólogo”. (art.º 12)

São elementos variáveis da equipa multidisciplinar o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI) e outros técnicos que intervêm com o aluno.

As mudanças mais significativas do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho de acordo com a DGE, (2018) são:

Abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo a “categoria” NEE; Abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais; Estabelece um continuum de respostas para todos os alunos; Coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos; Perspetiva a mobilização, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social. (DIREÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO, 2018, Decreto-Lei n.º 54/2018)

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de acordo com a DGE (2018):

...não pretende ignorar o caminho inquestionável, em matéria de inclusão, que nas últimas Portugal tem vindo a percorrer, mas obriga, todavia, a reequacionar o papel da escola, o modo como esta vê os alunos e como se organiza para responder a todos eles.

A sua característica mais marcante reside na descompartimentação da escola e do processo de ensino e de aprendizagem. Abandona uma conceção restrita de “medidas de apoio para os alunos com necessidades educativas especiais” e assume uma visão mais ampla, implicando que se pense a escola como um todo, contemplando a multiplicidade das suas dimensões e a interação entre as mesmas.

Uma outra característica distintiva do atual diploma reside no pressuposto de que qualquer aluno pode, ao longo do seu percurso escolar, necessitar de medidas de suporte à aprendizagem. (DIREÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO, 2018, Decreto-Lei n.º 54/2018)

Em conclusão continua a existir a necessidade de promover competências em toda a comunidade escolar que promovam melhores aprendizagens para todos os alunos e permitam que os mesmos as consigam operacionalizar durante o seu percurso escolar e aquando o seu início de inserção social e profissional na sociedade, concretizando exercícios de cidadania ativa e informada ao longo da sua vida.

Cabe aos docentes e técnicos apostar na formação inicial e contínua que responda à flexibilização das suas funções enquanto docentes, permitindo-lhes responder e atender a diversidade escolar sobre todos os alunos em geral e alunos com NEE.

O ME é responsável pela formação dos docentes e auxiliares de ação educativa, visto que necessitam de formação específica que lhes permita perceber as problemáticas dos seus alunos e quais as estratégias que devem utilizar para responder às características de cada aluno com NEE (Correia, 2008).

De acordo com Estrela e Estrela (1997)

A formação permanente é hoje uma necessidade geral das sociedades modernas. O ritmo de desenvolvimento das ciências e das técnicas, originando uma rápida mutação das condições socioeconómicas, exige ao homem do nosso tempo uma constante atualização do saber e do saber-fazer, além de uma atitude de disponibilidade e de adaptação às situações novas.

É importante a formação dos professores para o sucesso do ensino diferenciado, os professores devem promover ambientes de sala de aula que promovam a aceitação dos colegas com características diferentes, sejam cognitivas ou motoras. Inculcar pensamentos positivos e atitudes de respeito perante os colegas, é tarefa do professor.

De acordo com Correia (2008a) a formação dos professores do ER contribui para a aquisição de novas competências que promovam o desenvolvimento profissional, competências favoráveis à implementação de uma educação inclusiva e só desta forma se poderá garantir aprendizagens significativas nos alunos com NEE, através de respostas educativas adaptadas às características de cada aluno com NEE.

Contudo, e apesar dos estudos apontarem que os professores do ER temem trabalhar com alunos com NEE, acredita-se que:

O professor do ensino regular tem competências, conhecimentos e experiências únicas que o capacitam para o desenvolvimento de procedimentos flexíveis de trabalho com alunos com necessidades educativas especiais, no contexto de sala de aula, já que de alguma forma pode ser considerado como um especialista no normal desenvolvimento da criança e do jovem, como um especialista na preparação, organização, implementação e avaliação das atividades letivas. (Leitão, 2010, p.23)

No contexto de escola inclusiva o professor deve ser valorizado por todos os agentes educativos assegurando o seu bem-estar e vontade para aperfeiçoar as suas competências profissionais; o ME e as escolas devem investir na formação dos professores, principalmente dos PER, visto que a sua formação inicial não é direcionada para trabalhar com alunos NEE. (Correia, 2003)

1.2 CONCEITO DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Madureira e Leite (2003) consideram que uma criança tem necessidades educativas especiais se tiver dificuldades na aprendizagem que requerem a intervenção da educação especial. Compreende-se, então que uma criança tem dificuldades na aprendizagem se tiver: maiores dificuldades para aprender do que o esperado para a sua faixa etária e uma incapacidade que a impede de aprender com os meios oferecidos pelas escolas e que exija a implementação de medidas educativas especiais.

De acordo com Correia (1999, p. 49), as NEE podem ser divididas em dois grupos: as NEE permanentes e as NEE temporárias. As NEE permanentes exigem adaptações do currículo, adaptando-o às características do aluno; as NEE temporárias exigem modificações parciais do currículo escolar, adaptando-se o currículo às características do aluno, somente na fase em que o aluno tem dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento.

A Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) implementou novos ideais intrínsecos à definição de NEE, ao definir que “a expressão necessidades educativas especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade”. (p.6)

Em Portugal, o Dec. Lei n.º 319/91, de 23 de agosto foi ao encontro de toda a evolução das ideias educacionais sobre a classificação de pessoa com deficiência, recusou-se a aceitar as categorias de classificação de fórum médico e substituiu-a pelo conceito de alunos com NEE.

Posteriormente o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, apesar de aportar inovações no âmbito do aluno com NEE e de inclusão, muitos são os que consideram que promoveu um recuo na filosofia inclusiva. Isto porque valorizou a classificação de alunos com NEE, baseada em critérios médicos e de técnicos especializados.

Na atualidade o novo diploma, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que vem perspetivar aspetos inovadores tais como: modelo não categorial que assume uma visão universal; abordagem multinível de acesso ao currículo; visão de escola centrada na resolução de problemas; reforço da intervenção dos docentes de EE; enfoque na promoção do sucesso de todos os alunos; direito de todos à certificação da conclusão da escolaridade obrigatória; Equipa Multidisciplinar de apoio à educação inclusiva; centro de apoio à aprendizagem.

Todos os pressupostos mencionados anteriormente são objetivos que muitos autores têm referenciado nos últimos tempos, quando referem que as metodologias de aprendizagem cooperativa, diferenciação pedagógica inclusiva e as estruturas de cooperação aplicadas por

todos os agentes educativos tornam-se recursos fundamentais na resposta às especificidades das diversidades entre alunos, eficazes na criação de ambientes de aprendizagem ricos e estimulantes e potencializadores de uma educação de qualidade para todos os alunos com NEE e sem NEE.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, visa a implementação do já mencionado na Declaração de Salamanca, na qual a educação para todos os alunos se assume como o grande princípio orientador de toda a filosofia inclusiva, o mesmo menciona que:

...a escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos. (UNESCO, 1994, p.11)

O Decreto-Lei n.º 54/2018 vem sustentar que todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as escolas da sua comunidade e as salas de aula do ER e aprender em conjunto com os seus pares. Trata-se neste sentido de

... promover o exercício dos direitos de cidadania, num quadro de vida cada vez mais complexo, permanentemente interativo, de constantes ajustamentos e reajustamentos entre fatores pessoais e fatores ambientais, no âmbito do qual o que é normal é a heterogeneidade das populações de alunos. (Carvalho, 2007, p. 31)

O tema em estudo tem como um dos seus objetivos perceber/entender se os professores conseguem trabalhar com alunos NEE dentro das suas salas. É de extrema importância que os alunos com NEE, leves ou severas, sejam inseridos nas salas de ER respeitando as suas características e particularidades e todo o grupo turma em geral.

1.3 PERFIL DE PROFESSOR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O perfil do professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico encontra-se especificado no Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de agosto. Assim, e de acordo com o referido Decreto, o âmbito de desempenho específico do professor do 1.º Ciclo assenta nas seguintes premissas:

- a) coopera na construção e avaliação do projeto curricular da escola e concebe e gere, em colaboração com os outros professores e em articulação com o conselho de docentes, o projeto curricular da sua turma;
- b) desenvolve as aprendizagens, mobilizando integradamente saberes científicos relativos às áreas e conteúdos curriculares e às condições individuais e contextuais que influenciam a aprendizagem,
- c) organiza, desenvolve e avalia o processo de ensino com base na análise de cada situação concreta, tendo em conta, nomeadamente, a diversidade de conhecimentos de capacidades e de experiências com que cada aluno inicia ou prossegue as aprendizagens;
- d) utiliza os conhecimentos prévios dos alunos, bem como os obstáculos e os erros, na construção das situações de aprendizagem escolar;
- e) promove a integração de todas as vertentes do currículo e a articulação das aprendizagens do 1.º ciclo com as da educação pré-escolar e as do 2.º ciclo;
- f) fomenta a aquisição integrada de métodos de estudo e de trabalho intelectual, nas aprendizagens, designadamente ao nível da pesquisa, organização, tratamento e produção de informação, utilizando as tecnologias de informação e da comunicação;
- g) promove a autonomia dos alunos, tendo em vista a realização independente de aprendizagens futuras, dentro e fora da escola,
- h) avalia, com instrumentos adequados, as aprendizagens dos alunos em articulação o processo de ensino, de forma a garantir a monitorização, e desenvolvemos alunos hábitos de autorregulação da aprendizagem;
- i) desenvolve nos alunos o interesse e o respeito por outros povos e culturas e fomenta a iniciação à aprendizagem de outras línguas, mobilizando os recursos disponíveis,
- j) promove a participação ativa dos alunos na construção e prática de regras de convivência, fomentando a vivência de práticas de colaboração e respeito solidário no âmbito de formação para a cidadania democrática,
- k) relaciona-se positivamente com crianças e adultos, no contexto da especificidade da sua relação com as famílias e com a comunidade, proporcionando, nomeadamente, um clima de escola caracterizado pelo bem-estar afetivo que predisponha para as aprendizagens. (Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de agosto)

Da análise ao documento, verifica-se a importância do papel que o professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico tem na promoção de estratégias ao nível pedagógico e na aprendizagem, social e académica, de todos os seus alunos.

O professor tem um papel fundamental para motivar os alunos e explorá-los de forma a mantê-los interessados, motivados e concentrados no trabalho. Desta forma, o corpo docente deverá ter em atenção as diferenças individuais de cada aluno, desenvolvendo um processo de ensino/aprendizagem focalizado no aluno e não no professor que leciona.

1.4 PERFIL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atualmente, a sociedade e a escola exigem dos professores conhecimentos e competências para atuarem junto dos alunos com e sem NEE.

O princípio da filosofia inclusiva, a educação especial tem que ter ao seu serviço profissionais capazes, dotados de qualidades e saberes específicos para proporcionar aos seus alunos um atendimento individualizado e eficaz. Para satisfazer este ponto, aparecem os serviços de educação especial que, segundo Correia (2008) são “serviços de apoio especializados destinados a responder às necessidades especiais do aluno com base nas suas características e com o fim de maximizar o seu potencial”. (p.59)

Este docente é, na opinião de Sanches (1997), um dos principais recursos dos PER e é consultor, agente de formação, dinamizador e gestor de meios disponíveis e a disponibilizar para a implementação dos programas de intervenção.

O PEE é um docente especializado na área do EE, em vários domínios, nomeadamente no domínio cognitivo e motor. O seu papel consiste, segundo o Despacho Conjunto n.º 105/97, em prestar apoio à escola em geral, assessorando os processos de integração e inclusão, num trabalho de colaboração com o PER e, por último, apoiar o aluno e a sua família. Tem também o dever de colaborar na identificação de NEE, no planeamento, na implementação, na organização e gestão das medidas educativas especiais, consagradas no Decreto-Lei n.º 54/2018, 6 de julho.

O papel preponderante deste docente centra-se no trabalho em equipa e saber, segundo Correia (2008a),

Modificar (adequar) o currículo comum para facilitar a aprendizagem de criança com NEE; Propor ajuda suplementar e serviços de que o aluno necessite para ter sucesso na sala e fora dela; Alterar as avaliações para que o aluno possa mostrar o que aprendeu; Estar ao corrente de outros aspetos de ensino individualizado que possam responder às necessidades do aluno. (p.60)

Para Correia (2008), além destas considerações, o professor de educação especial deve, no desempenho das suas funções com professores, alunos e outros profissionais, ter em conta estes aspetos:

Colaborar com o professor de turma (ensino em cooperação); Efetuar trabalho de consultadoria (a professores, pais, outros profissionais de educação; Efetuar planificações em conjunto com professores de turma; Trabalhar diretamente com o aluno de NEE (na sala de aula ou sala de apoio, a tempo parcial). (p.60)

Seguindo as orientações para uma educação inclusiva de qualidade o papel do professor de EE é tido como fundamental e relevante em todo este processo. A sua atitude, competência e profissionalismo poderão ser a diferença para um ensino de qualidade.

CAPÍTULO II – ESCOLA INCLUSIVA

2.1 ESCOLA INCLUSIVA

O princípio fundamental da escola inclusiva, segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994),

consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. (pp. 11,12)

De acordo com alguns autores (Ainscow, 1995; Armstrong, 2001; Correia, 2001; Rodrigues, 2001; Warwick, 2001), uma das ideias chave da escola inclusiva é que a escola deve estar aberta a todos os alunos, independentemente da sua condição física, intelectual ou social, do seu sexo, cor, etnia ou crença religiosa, o que coloca o foco na gestão da diferença, considerando a diferença como o ponto de partida para o trabalho a desenvolver.

Desta forma, a preocupação com os diferentes níveis de desenvolvimento académico, sócio emocional e pessoal do aluno e com a contextualização de aprendizagem, implica a flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos curriculares, da diferenciação pedagógica, proporcionando o desenvolvimento de todos os alunos, de acordo com as suas características.

Na escola inclusiva todos os alunos estão na escola para aprender, participando, ou seja, não estão presentes apenas fisicamente, pertencem à escola e ao grupo e os alunos sentem que pertencem à escola, que por sua vez se sente responsável pelos seus alunos (Rodrigues, 2003). O aluno não é uma parte do todo, faz parte do todo. (Correia, 2001)

Segundo Porter (1997) o primeiro passo a dar para uma inclusão efetiva, deve ser orientado no sentido de uma mudança da perspetiva do modelo tradicional para o modelo inclusivo no processo ensino/aprendizagem. Assim, no modelo inclusivo a focalização deve incidir sobre a turma e deve ser feita uma avaliação das condições do ensino/aprendizagem, saber o que faz o professor, o que faz a turma e o que faz a escola para promover o sucesso dos alunos, quando estes se apresentam com NEE, para que o resultado dessa avaliação dê origem a uma resolução cooperativa dos problemas. Para tal, é fundamental que o professor encare o aluno com NEE como um elemento integrante da turma.

Para Collicott (1999) o professor tem um papel muito importante na inclusão, na medida em que:

serve de exemplo para os outros, principalmente para os alunos das classes regulares, ao aceitar crianças com incapacidades e com deficiência mental. Nos locais onde os professores tomaram a iniciativa de aceitar uma criança com incapacidade e estão a trabalhar ativamente a fim de promover a aceitação e a interação, a criança foi aceite na sala de aula pelas outras crianças. (p. 1)

Segundo Correia (2008),

“a inclusão define-se como sendo a inserção da criança com necessidades educativas especiais na classe regular, onde, sempre que possível, ela deverá receber o apoio apropriado às suas características e necessidades, pelo que o princípio que preside à inclusão deve ser flexível. Desta forma, embora a criança com NEE deva permanecer na turma do ensino regular, dever-se-á ter sempre em atenção todo um conjunto de opções que poderão levar a um apoio fora da sala de aula, sempre que a situação assim o exija e isso promova o desenvolvimento e o bem-estar do aluno. (p. 9)

A filosofia da inclusão de acordo com Correia (2008), para além de proporcionar aos alunos com NEE aprendizagens similares às que recebem os seus colegas sem NEE e interações sociais adequadas, pretende também retirar-lhes “(...) o estigma da deficiência, preocupando-se com o seu desenvolvimento global dentro de um espírito de pertença, de participação em todos os aspetos da vida escolar, mas nunca esquecendo a resposta às suas necessidades específicas” (p.24). Esta filosofia traz também vantagens para os alunos sem NEE, uma vez que lhes permite perceber que todos somos diferentes e, por conseguinte, que as diferenças individuais devem ser respeitadas e aceites.

A escola inclusiva exige mudanças, mudanças que em primeiro lugar devem estar intrínsecas nos PER e nos PEE. As suas funções são diferentes, contudo, devem querer atingir o mesmo objetivo, o sucesso escolar e aprendizagem dos seus alunos.

A escola inclusiva deve promover a formação e o desenvolvimento dos professores que participam e trabalham com alunos NEE, proporcionando uma educação apropriada aos alunos que apresentam em alguma fase da sua vida NEE.

A escola inclusiva implica que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível no mesmo espaço, independentemente das suas características físicas, socioeconómicas e culturais.

Todos os profissionais da escola, como por exemplo, diretores, professores, psicólogos, terapeutas, psicólogo, auxiliares, etc., devem trabalhar com a intenção de proporcionar ambientes educacionais que favoreçam todos os alunos com dificuldades. A escola inclusiva nunca poderá desrespeitar as três dimensões que a definem, tais como: a presença, a participação e a aprendizagem.

De acordo com Aranha (2004) “Uma escola somente poderá ser inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação” (pp. 37-60). Desta forma, não pode existir nenhum tipo de discriminação relativamente aos alunos.

A Escola Inclusiva identifica todas as barreiras/obstáculos que prejudicam o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos e encara a diversidade de todos os alunos como uma mais-valia para todo o meio educativo e comunidade. Ou seja, a escola trabalha consoante as características de cada aluno e as suas dificuldades heterogeneamente, não tentando homogeneizar as características dos alunos.

O conceito de escola inclusiva tem potencializado o direito de todos os alunos frequentarem o mesmo tipo de ensino, independentemente de existirem diferenças físicas ou cognitivas entre os alunos.

De acordo com o César (2003) a

escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social. (p.119)

Desta forma, uma escola inclusiva tem o dever de se adaptar à nova realidade. A escola deve flexibilizar a sua própria organização escolar, intervindo adequadamente nas fases de NEE de cada aluno. Para conseguir atingir os objetivos de resposta a escola inclusiva deverá ser possuidora de recursos físicos e humanos para intervir sempre que seja necessário.

Na escola inclusiva é muito importante que os alunos se sintam acolhidos positivamente, de forma segura, onde consigam colaborar em todas as atividades não apenas fisicamente, mas também intelectualmente de forma que aprendam com a sua participação.

Contudo, para que todos os princípios de escola inclusiva se concretizem existe um agente educativo que desempenha um papel primordial, o professor!

O professor tem um papel muito importante na inclusão de aluno com NEE, pois

serve de exemplo para os outros, principalmente para os alunos das classes regulares, ao aceitar crianças com incapacidades e com deficiência mental. Nos locais onde os professores tomaram a iniciativa de aceitar uma criança com incapacidade e estão a trabalhar ativamente a fim de promover a aceitação e a integração, a criança foi aceite na sala de aula pelas outras crianças. (Collicott, 1999, p.1)

Em conclusão, o sistema educativo na atualidade defende o conceito de educação inclusiva centrado numa pedagogia de inclusão e de qualidade que tem como objetivo responder às características individuais de cada aluno, na sala de aula, local onde todos os alunos devem ser considerados de igual modo, todos com os mesmos direitos e oportunidades.

Como resposta e recurso surgem as escolas inclusivas, que de acordo com Ainscow (1995) devem ser “os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo uma educação para todos”. (p.11-31)

Correia (2002) refere que numa escola inclusiva o aluno deve ser inserido no ER e receber apoio educativo necessário e adequado às suas características individuais, sempre que possível dentro da sala de aula de ER. O apoio deve ser cooperativo entre todos os agentes educativos, sendo necessário ao desenvolvimento do aluno com NEE. Os parceiros educativos poderão ser professores de ER, professores de apoio, encarregados de educação, auxiliares de ação educativa, técnicos especializados, etc.

Todos os agentes educativos mencionados anteriormente deverão ter como objetivo principal promover uma educação global e apropriada para o desenvolvimento dos alunos, a nível da sua autonomia social, cultural, emocional, cognitiva e motora, tendo como finalidade conseguir que as crianças sejam capazes de se integrar na sociedade e concretizar o seu projeto de vida.

2.2 INCLUSÃO

O adjetivo “inclusivo” é usado quando se procura qualidade para todas as pessoas, quer elas tenham ou não deficiência.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino constitui uma inovação educativa atualmente defendida, a qual surge na sequência de princípios que se têm vindo a preconizar desde a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986. (Madureira e Leite, 2003, p.9)

A meta histórica da inclusão outorgou-se em junho de 1994 com a Declaração de Salamanca (Espanha), alcançada pela UNESCO na Conferência Mundial sobre NEE que perante o sucesso e a qualidade, este foi assinado por 91 países. O objetivo delineado foi que “Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem”. (Declaração dos Princípios de Salamanca, Educação para Todos, 1994, p.11)

Este objetivo só será cumprido quando todos os agentes educativos conseguirem trabalhar em conjunto de forma a incluir todas as crianças com NEE no ER. Ou seja, incluí-las independentemente das suas características cognitivas e motoras, procurando atingir aprendizagens diferenciadas que promovam o sucesso escolar.

Segundo Correia (1997, p.169), para se concretizar a realidade de inclusão nas nossas escolas tem que existir uma planificação e programação eficazes para a criança com NEE; uma preparação adequada do docente do ensino regular, do docente especializado e de todos os técnicos envolvidos no processo; um conjunto de práticas e serviços de apoio necessários a um bom atendimento da criança com NEE; uma legislação que se empenhe sobre todos os aspetos da inclusão de crianças NEE nas escolas regulares e uma boa cooperação entre escolas, família e comunidade.

O mesmo autor defende que

O conceito de inclusão é a inserção total do aluno com necessidades educativas especiais, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, assumindo que a heterogeneidade que existe entre os alunos é um fator muito positivo, permitindo e desenvolvimento das comunidades escolares mais ricas e mais profícuas. (Correia 2000, p.19)

A inclusão deve estar intrínseca em todos os seres humanos, fazer parte da cidadania de toda a população e as crianças devem ser aceites por toda a comunidade por direitos e não por privilégios. A sociedade deve promover serviços adequados às suas características e consoante as suas NEE. Para que este pressuposto aconteça é necessário criar condições para que cada ser humano possa contribuir; neste sentido surge a necessidade da escola inclusiva proporcionar uma pedagogia virada para a resolução de problemas oriundos dos alunos NEE, concebendo e desenvolvendo as suas competências.

O paradigma da inclusão, nas últimas décadas, tem procurado responder à exclusão escolar, promovendo atitudes que permitam garantir a subsistência do aluno com NEE no ER.

De acordo com Kunc (1992)

o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (pp. 25-39)

O sucesso da inclusão de alunos com NEE no ER resulta quando se alcançam resultados positivos do trabalho executado com esses alunos. Todo o trabalho deve ser elaborado pelos técnicos adequando as suas práticas à diversidade e características de cada aluno com NEE.

De acordo com Booth e Ainscow (2002):

... desde o nosso ponto de vista a inclusão é um conjunto de processos sem fim. Também supõe a especificação da direção que deve assumir a mudança. Por essa razão é relevante que qualquer instituição escolar, independentemente, que a sua cultura, política e prática sejam exclusivas ou inclusivas. Requer que as escolas se comprometam a realizar uma análise crítica sobre tudo o que se consiga fazer para melhorar o ensino-aprendizagem e a participação de todos os alunos ... (p.19)

Análise, reflexão da prática docente e novas propostas de trabalho são indispensáveis para combater as barreiras/obstáculos à inclusão total dos alunos com NEE no ER e, por conseguinte, dentro das salas de ER.

2.2.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE EM SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR

O conceito de inclusão é um princípio que surge acompanhado da necessidade de se acreditar que todos os alunos têm os mesmos direitos dentro da comunidade educativa. A inclusão abrange não só os alunos com NEE, mas também todos os alunos que em determinada fase da sua vida necessitam de apoio especializado para responder às suas dificuldades.

De acordo com Correia (2000),

O conceito de inclusão é a inserção total do aluno com necessidades educativas especiais, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, assumindo que a heterogeneidade que existe entre os alunos é um fator muito positivo, permitindo o desenvolvimento das comunidades escolares mais ricas e mais profícuas. (p.19)

É a partir da conceptualização acima mencionada que a inclusão descobre o verdadeiro significado da palavra, isto é, acreditar que todos os alunos têm o direito de aprenderem juntos independentemente das suas características físicas ou mentais.

A pedagogia inclusiva parte da aceitação plena de todo o ser humano. Acredita que a estrutura da sociedade se fomenta através da aceitação da diversidade e não na sua marginalização.

Uma pedagogia inclusiva aceita os problemas dos alunos e aplica estratégias promotoras de competências para superar os obstáculos ao ensino aprendizagem dos alunos com NEE. Nesta perspetiva, o aluno é encarado como uma pessoa que tem muito para dar e para receber e a sua evolução vai depender muito das características do professor e das suas concepções de aceitação do aluno com NEE dentro na sua sala de aula. O professor deve reconhecer que “cada criança é diferente das outras, tem as suas próprias necessidades específicas e progride de acordo com as suas possibilidades”. (Bautista, 1997; p.21)

O professor deve trabalhar o seu contexto/turma respeitando a diversidade dos seus alunos. O professor deve trabalhar com os seus alunos aplicando um ensino diferenciado para atender e dar respostas às características de cada aluno, respeitando o ritmo e estilo de aprendizagem de cada aluno.

O professor deve criar, proporcionar um ambiente saudável para o aluno com NEE conviver com alunos sem NEE, com a intenção de obter um ambiente de socialização positivo (Sousa, 2005).

É trabalho do professor, na sala de aula, enfatizar positivamente o esforço dos alunos e motivá-los no decorrer do seu trabalho. O professor não se deve esquecer de explorar as capacidades de aprendizagem de cada aluno, dando especial atenção aos alunos com NEE, respeitar os seus interesses, identificar as áreas fortes (valorizando-as) e permitindo desta forma que as áreas fracas se desenvolvam com respeito e responsabilidade (Sousa, 1995).

É importante referir que o desenvolvimento das escolas inclusivas depende não só dos professores, mas de toda a comunidade educativa. Para que se consiga obter boas práticas inclusivas, as relações pedagógicas devem ser inclusivas e não exclusivas, respeitando as diferenças e características individuais de cada aluno com NEE e sem NEE.

O professor deve promover a autoestima dos alunos com NEE, estimulando-os a participar em todas as atividades dentro e fora da sala de aula, valorizando as suas atividades e acima de tudo, não permitindo nunca que os alunos com NEE se sintam inferiores aos restantes colegas do grupo.

O aluno com NEE necessita da aceitação de todos que o rodeiam, com maior importância pelos seus pares. O aluno com NEE necessita essencialmente que o tratem com naturalidade

e sem exageros. Todos os agentes educativos devem estar preparados para gerir os comportamentos e atitudes de todas as pessoas que se envolvem e se relacionam com os alunos com NEE.

De acordo com Correia (2003)

A inclusão faz parte de um exercício de cidadania para a comunidade educativa, onde a criança, por direito e não por privilégio, deve receber todos os serviços adequados às suas características e necessidades, numa perspetiva inclusiva que é a partilha dos mesmos conteúdos, dos mesmos espaços e dos mesmos tempos por todos os alunos da turma, nos sentido de proporcionar a cada um deles uma formação integral do aluno/pessoa, encorajando todo e qualquer um a aprender até ao limite das suas capacidades. (pp. 30-31)

Nesta temática é importante registar que o sucesso da inclusão de alunos com NEE na sala de aula do ER só se fortalecerá quando a sua filosofia inclusiva nos permita refletir sobre as práticas pedagógicas, como por exemplo: “a aprendizagem cooperativa; a instituição baseada em projeto/atividade; o ensino entre alunos de todas as idades; a educação multicultural; a educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizagem”. (Stobaus & Mosqueira, 2002, p.14)

É fundamental entender que o sucesso da inclusão só será atingido totalmente quando as escolas e respetivas instituições educacionais colocarem em prática todos os objetivos da inclusão.

Recentemente com a revogação do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, podemos acreditar que todas as negligências existentes no Decreto anterior serão substituídas pelos verdadeiros valores do conceito “inclusão”.

Num meio inclusivo, onde as salas de aula são caracterizadas pela heterogeneidade entre alunos, existe a necessidade de se respeitar as suas características, os seus pré-conceitos de saberes e experiências, os seus interesses, as suas aptidões, formas de trabalhar e de aprender habilidades. O professor deve estudar o seu grupo/turma e utilizar um trabalho diferenciado pedagogicamente na sua sala de aula, atendendo a diversidade existente na sua sala de aula. De acordo com Garcia (2001, p.21) “...estamos numa época em que a diferenciação do ensino e o atendimento às necessidades individuais de cada aluno são cada vez mais eixos fundamentais de uma ação educativa eficaz”.

Silva (2009) refere que a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, permitem dar resposta a todos os alunos no contexto sala de aula. Objetivo

recentemente mencionado no último Decreto-Lei n.º 54/2018 pelo qual todos os agentes educativos se devem reger.

De entre as definições no art.º 2 do Decreto-Lei n.º 54/2018 importa registar a que se prende com as medidas de gestão curricular, a desenvolver dentro da sala de aula do ER com vista ao sucesso educativo de cada aluno com NEE, as acomodações curriculares que são

Medidas de gestão escolar curricular que permite o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estrageiras de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo. (Direção-Geral de Educação, 2018)

Tendo vários fatores associados como a formação inicial e contínua de todos os agentes educativos que trabalham com alunos NEE, a resposta atempada dos recursos utilizados facilitadores para trabalhar com alunos com NEE, as equipas multidisciplinares, os projetos educativos, os currículos adaptados às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, a aquisição de novas práticas inclusivas promotoras do desenvolvimento humano, tudo o que foi mencionada contribuirá para o sucesso da filosofia de inclusiva.

2.2.2 OBSTÁCULOS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NO ENSINO REGULAR

A Declaração de Salamanca num dos seus objetivos pretendia que os professores fossem detentores de formação inicial para trabalhar efetivamente com alunos NEE, por conjectura eficaz desejava-se que os professores conseguissem promover boas práticas educativas de forma a obter o sucesso de todos os alunos. Por sua vez, é de referir que esta situação não se verifica nas nossas escolas, estando implícito que este é o primeiro obstáculo para a inclusão de alunos com NEE no ER.

O sucesso dos alunos com NEE depende das medidas implementadas pelos professores do ER, da sua capacidade de resposta às problemáticas encontradas nos seus alunos com medidas adequadas às suas necessidades individuais, estratégias utilizadas, atividades lecionadas com o aluno com NEE. Por conseguinte, sem formação inicial, os PER não poderão das respostas adequadas às NEE dos alunos, nem obter sucesso positivo nos seus resultados.

Correia (1994) citado por Correia (1999, p.161) menciona que “Os cursos de formação inicial das Escolas Superiores de Educação do país deverão incluir uma vertente em EE constituída por um mínimo de três módulos (por exemplo: Introdução à Educação Especial; Avaliação e Programação em Educação Especial e Adaptações Curriculares em Educação Especial)”.

É urgente que o ME altere a legislação a vários níveis; mas o mais importante seria exigir que os professores na formação inicial frequentassem disciplinas teórico/práticas onde se estudasse o tema em questão, promovendo-se desta forma medidas eficazes para que os professores adquirissem as competências necessárias para fazer face à inclusão de alunos com NEE nas escolas.

Muito recentemente surgiu um Diploma da Educação Inclusiva, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho que vem combater os obstáculos à inclusão de alunos com NEE nas escolas de ER.

2.2.3 ESTRATÉGIAS DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

Para que se consigam concretizar todas as medidas preconizadas nos decretos anteriormente mencionados é necessário que todos os professores, de todos os ensinos, coloquem em prática e desenvolvam estratégias pedagógicas nas suas salas de aula. Desta forma conseguirão ajudar todos os alunos a ultrapassar as suas dificuldades. De seguida iremos mencionar algumas estratégias que podem ser desenvolvidas pelos professores dentro das suas salas de aula.

2.2.3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Movimento da Escola Moderna tem vindo a ser valorizado por muitos autores, acreditando que as metodologias de aprendizagem cooperativa, diferenciação pedagógica são recursos fundamentais na resposta às características e diversidade de cada aluno.

As estruturas formadas em volta do aluno com NEE são mais eficazes criando ambientes de aprendizagem estimulantes e potencializadores de uma educação de qualidade para todos os alunos. Nas últimas décadas com a massificação de alunos NEE que frequentam as escolas de ER, a escola deve atender às características de cada aluno perante os diferentes níveis: social, cultural, educacional, os interesses, conhecimentos e ritmos de aprendizagem diferentes.

O ensino tradicional deixou de fazer sentido na época em que vivemos. Atualmente, a escola trabalha os seus conteúdos escolares visando habilitar os seus alunos com competências que lhes permitam trabalhar em equipa de forma crítica construtiva e, por sua vez, autonomamente.

A escola tem como objetivo principal proporcionar aos seus alunos, consoante a sua realidade educativa, momentos de ensino-aprendizagem de qualidade, assertivamente, e consoante as características de cada aluno.

A intervenção da escola moderna determina a implementação de metodologias e estratégias aplicadas em sala e em toda a comunidade educativa enfeitando competências académicas, sociais e culturais nos alunos.

De seguida serão citadas algumas estratégias de inclusão utilizadas pelos professores que têm alunos com NEE dentro da sua sala de aula do ER, tais como: motivação na sala de aula; aprendizagem cooperativa; cooperação entre pares; ensino diferenciado e outras estratégias de práticas inclusivas.

2.2.3.2 MOTIVAÇÃO NA SALA DE AULA

O professor tem um papel fundamental em todos os campos. Contudo, é fundamental neste processo que esteja capacitado de atitudes cruciais para motivar os alunos e explorá-los de forma a mantê-los interessados, motivados e concentrados do trabalho desenvolvido entre professor/alunos, aluno/grupo turma, etc.

De acordo com Bolívar, Freire, Amado, Formosinho, Azevedo, Machado e Guerra, 2013

...motivar os alunos com ou sem NEE deve ser o objetivo mais importante para o professor. Alunos motivados tomam a iniciativa, utilizam estratégias de resolução de problemas eficazes, manifestam curiosidade, entusiasmo e interesse, são alunos que aprendem mais, de forma mais profunda. (p.76)

Os autores Coll, Palacios e Marchesi (2004) referem algumas formas utilizadas por professores para motivar alunos com NEE, dentro da sala de aula:

Organizar o espaço da sala de aula de forma que seja agradável, facilite a autonomia e a mobilidade dos alunos e possa adaptar-se aos diferentes tipos de atividades e agrupamentos.

Os alunos com maiores dificuldades terão de ocupar os lugares onde tenham maior acesso à informação e possam comunicar-se e relacionar-se melhor com os seus colegas e professor. Contudo, se na sala existirem alunos com problemas motores é necessário criar condições de sonorização e luminosidade.

Organizar os horários dos conteúdos consoante os apoios educativos, as metodologias e as atividades que devem ser realizadas consoante as necessidades e diversidades de cada aluno.

Contribuir para um ambiente de valorização e respeito entre os alunos e os professores, como por exemplo realizar assembleias através das quais se discutem assuntos benéficos para cada aluno.

A motivação criada pelos professores deve ser ainda apresentada pelos professores através de expressões frásicas orais, como por exemplo: “Excelente”; “Consegues Fazer”; “Muito Bem”; “Pensa Melhor” e “Escutem o/a vossa companheira/o”.

Todo o processo apresentado anteriormente irá contribuir para que cada aluno com NEE se sinta incluído dentro da sala de aula do ER, motivando a aprender, evoluir socialmente e culturalmente para que num futuro consiga integrar-se na sociedade de forma autónoma e eficaz.

2.2.3.3 APRENDIZAGEM COOPERATIVA

A aprendizagem cooperativa define-se como uma,

estratégia de ensino-aprendizagem que recorre à utilização de pequenos grupos, estruturados cuidadosamente, de modo a que todos os alunos interajam, trabalhem em conjunto e troquem informações, com vista à maximização das suas aprendizagens e das aprendizagens dos demais colegas. (Pereira, 2011, p. 26)

A aprendizagem cooperativa possibilita que os alunos devolvam competências ministradas pelos professores que lhes possibilita uma promoção ao nível social, educacional e cultural através da cooperação e colaboração entre todos os membros participativos. Segundo Slavin (1990) caracteriza-se: pela aprendizagem realizada em interação entre os membros do grupo, pela estrutura de recompensas interpessoais, que faz referência às suas consequências para o aluno nos resultados dos seus colegas; pela estrutura de autoridade na sala, que se coloca ao nível do controlo que os alunos exercem sobre a sua própria atividade e pela alteração a nível da estrutura das tarefas e do local em que se desenvolvem, sistemas de agrupamentos com possibilidade de ajuda.

2.2.3.4 COOPERAÇÃO ENTRE PARES

A aprendizagem cooperativa possibilita que os alunos adquiram competências escolares, sociais e culturais que se afastam da reprodução do ensino ministrado pelos docentes. Desta forma os alunos aprendem os conteúdos educativos de forma colaborativa entre pares.

De acordo com Niza (1996):

só uma pedagogia diferenciada centrada na cooperação poderá vir a concretizar os princípios da inclusão, da integração e da participação. Tais princípios devem orientar o trânsito de uma escola de exclusão para uma escola de inclusão que garanta o direito de acesso e a igualdade de condições para o sucesso de todos os alunos numa escola para todos (p.147).

O trabalho cooperativo entre pares quando utilizado como estratégia de inclusão de alunos com NEE incentiva os alunos mais capazes a ajudarem os que têm mais dificuldades. Nesta estratégia obtém-se bons resultados não só para os alunos com NEE como também para os alunos que desempenham o papel de tutor perante o companheiro.

O professor deve promover a amizade entre colegas de turma, referindo a importância e aceitação da diferença e da diversidade.

Por conseguinte, também se percebe o benefício para o professor, isto porque, enquanto os alunos trabalham autonomamente o professor obtém tempo para atender os restantes alunos da turma.

2.2.3.5 ENSINO DIFERENCIADO

Assume-se como uma concepção de ensino-aprendizagem onde os alunos e os professores aprendem em conjunto.

A diferenciação pedagógica é um direito que o aluno tem direito. Privilegia uma melhor qualidade de ensino, isto porque é conclusivo que os alunos aprendem melhor quando o professor adequa os conteúdos às características individuais de cada aluno.

A diferenciação pedagógica urge com o intuito de atender às necessidades individuais de cada aluno, em que o professor deve responder de forma eficaz perante a diversidade existente na sua sala de aula.

No ano 2017, o Conselho Geral de Educação publicou o Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho onde proclama o seguinte:

...a ideia de que o foco deve estar numa educação de qualidade para todos, assente em percursos diferenciados, é mencionada em diversos pareceres, nomeadamente no Parecer 3/2016, que refere “A promoção da qualidade do ensino e das aprendizagens para todos e com todos, entendendo-a aqui na sua multidimensionalidade, tem de se traduzir em proporcionar percursos de qualidade para cada aluno” e “Todos podem aprender e progredir, realizando aprendizagens significativas e que tenham bem vivo o seu sentido de utilidade, e promovendo a aquisição real de saberes e de competências, devidamente incluídas em atividades programadas e curricularmente enriquecidas. (Conselho Geral de Educação, Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho)

Partindo do pressuposto acima mencionado acredita-se que todos os professores defendem e executam as práticas de uma educação diferenciada dentro da sua sala de aula. Atendendo a uma pedagogia diferenciada e diversificada adequada às características de cada aluno. O processo de ensino-aprendizagem focaliza-se no aluno e não no professor que leciona, ou seja, o professor tem concebido que todos os alunos são diferentes, cada um com as suas características e personalidade própria. Por sua vez, o professor deve trabalhar atendendo aos diferentes ritmos e necessidades de cada aluno.

O ensino diferenciado evolui quando os alunos e os professores adquirem novos conhecimentos juntos. Como resultado crucial confrontamo-nos com uma nova época didática em que o professor para além de beneficiar as aprendizagens dos seus alunos adquire conhecimentos e novas práticas perante as experiências vividas com os seus alunos. O professor sente que cada dia vivido na sua sala lhe aporta novos saberes científico-práticos para melhorar a sua prática pedagógica.

O professor que trabalha dentro da sua sala de aula aplicando práticas de uma pedagogia diferenciada inclusiva é-lhe exigido que possua a capacidade de se questionar, refletir e de possuir atitudes de ajustes no processo de ensino-aprendizagem entre o currículo e as necessidades individuais de cada aluno (Morgado, 2003).

Atendendo à diferenciação pedagógica inclusiva, Sanches (2005) sustenta que

A diferenciação que inclui será a que parte da diversidade, programando e atuando em função de um grupo heterogéneo com ritmos e estilos de aprendizagem diferente. É aprender no grupo e com o grupo, em situações de verdadeira aprendizagem cooperativa, responsável e responsabilizante. É organizar o espaço e o tempo em função das atividades...” “É implicar os alunos na construção dos saberes a realizar. É abrir a escola a uma socialização do saber entre professores e alunos. (p.113)

Niza (2000) defende que o princípio da inclusão dos alunos com NEE só será realizável se a pedagogia diferenciada estiver unificada na cooperação entre professor e alunos e entre alunos.

Apesar de todos os esforços, os professores continuam a concluir a formação inicial sem preparação necessária para atender e trabalhar com alunos NEE, os professores continuam sem estar preparados para gerir a diversidade existente na sua sala de aula. (Correia, 1999) A ausência de preparação na formação inicial, a falta de ações de formação contínua, não proporcionadas pela escola ou ME, aliada à frustração, acomodação entre outros fatores são, infelizmente, obstáculos de inclusão.

O corpo docente deverá ter em atenção as diferenças individuais de cada aluno. A escola deve proporcionar currículos abertos e flexíveis, adequados às NEE de cada aluno. Todos os alunos deverão ter os mesmos direitos e oportunidades sempre que adequadas às suas características.

Diferenciar as práticas pedagógicas consiste em adequar métodos, técnicas, materiais, conteúdos, proporcionar um ensino personalizado, aceitar as diferenças, valorizar o que o aluno é capaz de realizar e respeitar o seu ritmo de execução das tarefas.

Só a partir de uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação entre professor e alunos, e entre alunos, se poderão pôr em prática os princípios da inclusão (Niza, 2000).

2.2.3.6 OUTRAS ESTRATÉGIAS DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

Fatores muito consideráveis na hora de agir utilizando estratégias inclusivas com os seus alunos, será por exemplo a localização do aluno com NEE na sala de aula, forma de apresentar os conteúdos programáticos ao alunos, a utilização adequada de novas experiências, adaptações no momento da leitura, realizar sempre que necessário pausas e intervalos durante as atividades desenvolvidas entre professor/aluno e aluno/grupo, elaborar explicações mais empíricas do que teóricas para os alunos com NEE e utilizar tecnologias de apoio.

O professor não se deverá esquecer de promover um bom ambiente de sala de aula com todos os alunos, inculcando nos alunos valores de amizade e confiança entre os mesmos.

A UNESP (2009) sugere algumas atitudes que o professor deverá ter em conta para promover a socialização, participação e envolvimento dos alunos com NEE dentro da sala de aula. A saber: oferecer aos alunos com limitações o maior número possível de informações sobre o assunto que está em discussão para que não se sinta deslocado; nunca falar de costas para o aluno, isto porque o condicionará no momento receber a informação; não permitir que aluno com NEE viva momentos desagradáveis perto dos seus colegas de grupo;

Incutir valores de respeito entre todos alunos para que estes respeitem as dificuldades dos colegas; não permitir que o aluno se isole ou que os colegas o isolem durante o recreio, trabalhos de grupo ou outro tipo de atividades; promover o trabalho cooperativo ou tutorial; conscientizar os pais/encarregado de educação de que as crianças devem e podem participar em todas as atividades escolares; usar um vocabulário mais simples; posicionar o aluno com NEE na sala de aula perto do professor (possibilitando desta forma um apoio direto e eficaz junto do aluno); utilizar as novas tecnologias como suporte de apoio visual de forma a favorecer a compreensão do aluno com NEE.

2.3 O QUE SE ENTENDE POR CONCEÇÃO

É de conhecimento comum que as concepções dos professores influenciam as práticas pedagógicas de ensino aprendizagem que utilizam com os seus alunos dentro e fora da sua sala de aula.

Nas últimas décadas o interesse pelo estudo das concepções dos professores tem aumentado, isto porque os resultados de aproveitamento dos alunos se deve em grande parte às concepções dos professores, aos seus conhecimentos e ao modo como interpretam e implementam o currículo escolar.

Thompson (1992) define a noção de concepção como “um sistema de crenças, um complexo organizado de crenças, ou uma estrutura mental geral englobando as crenças, significados, conceitos, proposições, regras, imagens mentais, perspectivas e preferências, etc.” (p.130)

Guimarães (1988) associa a noção de concepção como um esquema teórico, mais ou menos, consciente, mais ou menos explícito, que o professor possui, que lhe permite interpretar o que se lhe apresenta ao seu espírito e que de alguma forma o predispõe, influenciando as suas ações e por consequência práticas educativas.

As concepções não se constroem no vazio, são influenciadas pelas vivenciais pessoais e sociais, pela cultura e educação onde estamos inseridos e pelos conhecimentos que adquirimos ao longo da vida.

“As concepções são organizadores implícitos dos conceitos de natureza essencialmente cognitiva que incluem crenças, significados, conceitos, proposições, regras, imagens mentais, preferências, etc., que influenciam em tudo o que se percebe e nos processos da razão que se realizam.” (Moreno & Azcárate, 2003, pp. 265-280)

2.3.1 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES FACE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NAS SALAS DE ENSINO REGULAR

Todos os alunos têm direito a aprender no mesmo espaço e a educação privilegia a igualdade de oportunidades educativas para todos os alunos, direitos estabelecidos pelo ME.

A partir dos anos 90 do séc. XX surgiram movimentos que lutaram pela inclusão dos alunos NEE no ER.

Nesta perspetiva foi incumbida a responsabilidade de o professor do ER atender todos os alunos NEE e de dar respostas educativas às diferentes características de cada aluno. Contudo, as políticas educativas não se concretizam de imediato e todos os ideais implementados pelo ME têm ficado muito aquém do que foi idealizado e imposto para execução das práticas educativas inclusivas.

As principais concepções dos professores podem ser de diferentes tipos: trabalho do professor perante a diversidade dos alunos; intervenções educativas para incluir os alunos na sala de ER e relação professor/aluno com NEE.

As concepções dos professores devem privilegiar os propósitos definidos pelo ME, relação que visa atender todos de igual modo, sendo neste sentido que surge a necessidade de os professores enfatizarem as estratégias educativas com cada aluno NEE, proporcionando, desta forma, respostas que estimulem e motivem os alunos, desenvolvendo todos os alunos cognitivamente e socialmente.

Nesta perspetiva, Bruner (1990) diz-nos que o trabalho do professor não pode ser caracterizado em função de um método específico e único. Ou seja, as intervenções dos professores devem ser diversas e ajustadas às características de cada aluno, atendendo assim a diversidade e heterogeneidade dos seus alunos.

As concepções dos professores podem ser entendidas como um fundamento conceptual que desempenha um papel fundamental entre o pensamento e ação, facultando meios de encarar o mundo e de organizar os conceitos.

A consistência entre as concepções dos professores e as suas práticas reflete-se principalmente na reflexão sobre as suas ações, como por exemplo, em como atender a heterogeneidade e diversidades existente entre os seus alunos, como adaptar os currículos às necessidades existentes do grupo/sala de aula de ER e como alterar as suas práticas pedagógicas para obter melhores resultados nas avaliações dos seus alunos.

As concepções positivas são indispensáveis para se conseguir a inclusão dos alunos com NEE e sem NEE na sala de aula. Contudo, se as concepções forem negativas estas servirão como elementos bloqueadores relativamente a novas realidades e resolução de problemas.

Existem ainda fatores promotores de concepções que podem bloquear boas práticas educativas, tais como: falta de recursos materiais (existentes nas escolas ou instituições); falta de recursos conceptuais, ou seja, falta de conhecimentos e de competências necessárias para superar os obstáculos e as problemáticas dos seus alunos.

Segundo Salada (1997), o professor deve ter uma educação contínua, deve participar em cursos de formação, seminários, refletir sobre as suas práticas, melhorar as estratégias que utiliza com os seus alunos. O professor é uma personagem muito importante no conjunto que inclui todo o sistema educativo. Ou seja, o professor da escola regular deve estar capacitado para trabalhar com todos os alunos independentemente das suas dificuldades e características.

Contudo, incluir o aluno com NEE na sala de aula de ER não é fácil. Existem dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão, que são: adequação do espaço físico das escolas; apoio técnico pedagógico especializado; cooperação dos encarregados de educação; tempo para trabalhar com todos os alunos; currículos extremamente extensos; recursos materiais didáticos; excesso de alunos que compõe o grupo/turma e falta de formação dos docentes para trabalhar com alunos NEE.

O professor é uma das pessoas mais responsáveis pela mudança da filosofia de inclusão. O professor tem o papel mais importante dentro da sala de aula do ER as suas concepções relativamente à inclusão de alunos com NEE dentro da sala de aula são importantes para o desenvolvimento e ensino aprendizagem dos alunos. Por conseguinte, a inclusão dos alunos com NEE nas salas de aula de ER só será alcançada quando existir respeito pelas diferenças e se coloquem em prática estratégias pedagógicas promotoras do desenvolvimento do aluno com NEE por completo.

O sucesso de salas de aula inclusivas depende da implementação de várias mudanças nas práticas pedagógicas, como por exemplo: a adoção de novos conceitos e estratégias; a adaptação ou reestruturação dos currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para trabalhar com alunos NEE; a elaboração de novas formas de avaliação; o estímulo à participação dos encarregados de educação e da comunidade e das atitudes positivas dos professores perante a inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala de ER. Desta forma, será possível criar uma gestão escolar eficiente, na qual o aluno com NEE consiga ser incluído totalmente na comunidade escolar. A inclusão dos alunos com NEE na comunidade escolar remete para a transformação de toda a realidade social e escolar.

A reflexão sobre as concepções positivas dos professores sobre a inclusão de alunos com NEE no ER permitem construções de práticas pedagógicas benéficas para os alunos com NEE.

Presentemente, surgiu a necessidade de se implementar uma nova reforma no ensino. O já referido Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho vem através dos seus objetivos requerer a adaptação entre as concepções dos professores sobre a inclusão dos alunos com NEE no ER e a filosofia de reforma inclusiva.

É muito importante alterar as concepções dos professores para concretizar todos os objetivos inclusivos de alunos com NEE no ER e mais importante ainda dentro da sala de aula.

Boujaoude (2000) considera que alterar os comportamentos dos professores na sala de aula requer alterar as suas concepções acerca da natureza do ensino e da aprendizagem.

Pajares (1992) diz que as concepções são indicadores de decisões que os indivíduos tomam ao longo da sua vida, sendo as adquiridas recentemente mais fáceis de alterar do que as mais antigas. Ou seja, as concepções mais antigas e enraizadas são mais resistentes à mudança.

De acordo com Feldman (2000), para que as concepções dos professores tolerem mudanças é fundamental que estes observem a ineficácia e o insucesso das mesmas e disponham de uma nova orientação que lhes ofereça vantagens. Contudo, as mudanças não podem ser forçadas. A expressão mudança de concepção relaciona-se com outras representações mentais que podem ocorrer quando são proporcionadas experiências educacionais diferentes da que os professores estão habitualmente colocam em prática.

De acordo com Glatthorn (1995), o processo de mudança é bastante complexo e engloba vários fatores: pessoais, onde se enquadram a idade, motivação para ensinar, desenvolvimento cognitivo, experiência profissional e experiências vividas; contextuais, que incluem todos os elementos do ambiente profissional; processuais, relacionadas com a forma como o professor age profissionalmente.

Segundo Tillema & Knol (1997), para que existam mudanças são necessárias quatro fases: "1. Reconhecimento das concepções atuais; 2. Avaliação e investigação; 3. Decisão de mudar e 4. Reconstrução e construção de novas concepções". (p. 579-595)

O processo de mudança requer tempo, uma vez que as concepções foram formadas ao longo dos anos e no caso de professores com longa carreira profissional já estão muito enraizadas no seu pensamento e atitudes.

As concepções dos professores são maioritariamente determinantes na forma como pensam e atuam, como decidem a implementação curricular e nas ações como desenvolvem a sua prática pedagógica.

Castro Silva & Morgado (2004) estudaram os fatores determinantes que influenciam o êxito e o fracasso académico dos alunos com NEE. Os autores concluíram que os fatores que

contribuem para os resultados académicos positivos dos alunos com NEE foram: bom desempenho dos professores, sala de aula eficaz; boa implementação curricular, características dos alunos e fatores externos ao ambiente escolar. Concluíram também que muitos professores não estão preparados para trabalhar com alunos NEE, nem para a sua inclusão na sala de aula do ER.

Na atualidade as investigações procuram explorar a qualidade de formação teórico-prática que os professores possuem para implementar as suas estratégias de inclusão de alunos com NEE, tentam conhecer as suas experiências profissionais. Isto porque existe a preocupação do ME e de todo o sistema educativo em perceber qual a formação que os professores devem ter para atender a diversidade de problemáticas cada vez mais existentes nas nossas escolas e instituições. Pretende-se transformar as concepções e atitudes dos professores para que se contribua para o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos com NEE.

Por conseguinte, deveria existir uma socialização entre todos os agentes educativos que permitisse aos professores explicar os seus receios, as suas reflexões, dando origem à conceção de novas práticas inovadoras que possibilitem o ensino aprendizagem totalmente inclusivo de todos os alunos com NEE.

Os professores deveriam questionar-se através de reflexões sobre a sua função no ensino aprendizagem e as estratégias que devem ou deverão utilizar com aluno NEE. Todo este processo só será promissor de práticas inovadoras quando o professor criticar o seu próprio pensamento.

Solbes & Torres (2012) mencionam que o pensamento crítico é

A capacidade que as pessoas têm para estruturar a sua própria forma de pensar que lhes permite distinguir entre o verdadeiro do falso, tomar posições perante situações sociais para ter um papel ativo nas decisões culturais e científicas, assumidas com responsabilidade social. (p. 247)

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O estudo realizado utiliza o método qualitativo de investigação e o tipo exploratório para analisar, perceber, descrever e refletir sobre as concepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico face à inclusão de alunos com NEE nas salas de ER e conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

O modelo qualitativo selecionado para realizar esta investigação sugere que o investigador esteja no trabalho de campo, observe, emita juízos de valor e que analise. Na investigação qualitativa é essencial que a capacidade interpretativa do investigador nunca perca o contacto com o desenvolvimento do acontecimento.

De acordo com Stake (1999) outra característica importante da investigação qualitativa é que o investigador direciona os aspetos da mesma para casos ou fenómenos em que as condições contextuais não se percebem ou não se controlam.

3.2 FINALIDADE DO ESTUDO

O objeto de investigação justifica-se na área científica do Mestrado de Educação Especial, pois é um tema sobre a **inclusão** de crianças com NEE dentro da sala de ER.

Nas últimas décadas um dos desafios que se coloca à comunidade educativa proclama a capacidade de conseguir que todos os alunos obtenham sucesso escolar. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento que aportou à comunidade educativa directrizes da Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais, foi a grande impulsionadora deste desafio.

A legislação em vigor, em Portugal, segue as orientações, normas sobre a igualdade de oportunidades e preconiza a inclusão de crianças com NEE no ER, numa perspetiva de incrementar a escola inclusiva. O “caminho” evoluiu após a elaboração da Lei de Bases do Sistema Educativo, do Decreto - Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro que garante o acesso à educação e a sua gratuitidade aos alunos com NEE, do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto, revogado pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que exige a criação de medidas e respostas educativas adequadas nas escolas de ensino regular. Presentemente o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho vem revogar, algumas medidas propostas pelos anteriores decretos.

Contudo, o caminho para a escola inclusiva depende de diversos fatores e condições que implicam os professores, sendo estes o elo de ligação entre as crianças com NEE e a escola inclusiva. A postura dos professores face à resolução de problemas, processos de mudança de atitudes e práticas, qualificação profissional e disponibilidade, é uma condição

fundamental, sendo a disponibilidade, entre outros fatores necessária para atender à diversidade e flexibilização de ensino que se reflete no currículo consoante as características das crianças com NEE, possibilitando, desta forma, a sua inclusão na sala do ER.

Tendo em conta estas considerações, a finalidade deste estudo é inferir quais as concepções dos PER relativamente à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula de ER.

3.3 OBJETIVOS GERAIS DO ESTUDO:

Para realizarmos a nossa investigação, traçámos os seguintes objetivos:

- Analisar, perceber, descrever e refletir sobre as concepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico face à educação inclusiva de alunos com NEE nas salas do ensino regular;
- Conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

3.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTUDO:

Pretendemos com este estudo atingir os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os docentes no que diz respeito ao Sexo, Escalão Etário, Habilitações Académicas; Categoria Profissional; Experiência Profissional e Formação Específica em Educação Especial;
- Identificar as concepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico relativamente à educação inclusiva de alunos com NEE nas salas do ER;
- Perceber se os professores estão a conseguir flexibilizar e diferenciar as práticas inclusivas na sala de ER.

3.5 PARTICIPANTES

A amostra é composta pelos Professores Titulares do 1.º Ciclo do Ensino Básico do ER de um AE de um concelho do Norte Alentejo.

Para realizarmos o estudo foram contactados os dezanove professores que lecionam no AE e desses dezanove professores conseguimos realizar nove entrevistas. As entrevistas iniciaram-se no mês de março e terminaram no início de junho de 2018. A caracterização dos professores será apresentada na primeira parte da entrevista.

3.6 INSTRUMENTOS

Para esta investigação foi utilizado, como instrumento de recolha de dados, a entrevista semiestruturada de modo a facilitar a obtenção de informação.

A entrevista semiestruturada permite verificar e aprofundar os dados a investigar. O investigador dispõe de uma lista de perguntas através das quais se orienta na recolha da informação, podendo não recorrer a todas as questões que formulou, nem seguir a ordem em que as redigiu. A preocupação do entrevistador é a de direccionar a entrevista ao encontro dos objetivos do estudo.

Assim, observa-se que as entrevistas semiestruturadas:

combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (Haguette, 1997 cit. por Boni & Quaresma, 2005, p. 75)

Na entrevista semiestruturada o entrevistador realiza, em suma, perguntas pré-estabelecidas que considera principais.

As entrevistas desta investigação foram realizadas de acordo com um guião previamente organizado em função da investigação consultada (Anexo 1).

A entrevista elaborada é composta por 35 perguntas. Inicialmente, na primeira parte foi apresentada a explicação aos professores e o objectivo da realização do estudo (Anexo 2).

Tem como objetivo recolher dados sobre “Concepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas salas de aula de Ensino Regular”.

Informou-se que os dados recolhidos seriam tratados e analisados de forma anónima e confidencial. Posteriormente transmite-se o agradecimento da sua colaboração, sem a qual este estudo não será possível realizar.

A entrevista ficou assim estruturada em blocos, tais como apresentamos de seguida.

Bloco I – Caracterização Socioprofissional onde se registaram os dados biográficos dos professores entrevistados, nomeadamente: sexo; escalão etário; habilitações académicas;

categoria profissional; experiência profissional, questiona-se o número de alunos com NEE dentro da sua sala e quais as problemáticas em questão.

Bloco II – Trajetória profissional e formação.

Bloco III -Concepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico face à educação inclusiva.

Bloco IV - Apoios e recursos da escola;

Bloco V – Aspetos da inclusão;

Bloco VI – Barreiras/Facilitadores que permitem ou não contribuir para uma educação inclusiva.

Bloco VII – Sugestões de inclusão escolar.

Em todos os Blocos questiona-se os professores com o intuito de analisar, perceber, descrever e refletir sobre as concepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico face à educação inclusiva de alunos com NEE no ER e conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

O estudo visa caracterizar os docentes no que diz respeito: Sexo, Escalão Etário, Habilitações Académicas; Categoria Profissional; Experiência Profissional e Formação Específica em Educação Especial; Identificar as concepções dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico relativamente à educação inclusiva de alunos com NEE no ER; Perceber se os professores estão a conseguir flexibilizar e diferenciar as práticas inclusivas na sala de ensino regular e Perceber quais as estratégias utilizadas pelos professores para atender a diversidade de alunos dentro da sala de aula.

3.7 PROCEDIMENTOS

Na primeira fase do estudo realizámos a pesquisa e investigação de literatura que se enquadrasse na temática que se iria desenvolver ao longo do trabalho. Os temas foram selecionados, analisados e adequados aos objetivos pretendidos.

Posteriormente a investigação prática do estudo foi desenvolvida no AE de um concelho do Norte Alentejo.

Numa segunda fase elaborou-se o guião com questões que possibilitaram o desenvolvimento do estudo (Anexo 1). De seguida contactou-se o Diretor do AE, telefonicamente, com o intuito de solicitar autorização para a realização do estudo, através das entrevistas aos Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Na conversa telefónica foi explicado a finalidade da investigação, garantindo a confidencialidade das respostas de todos os participantes. Durante a conversa foi solicitado ao diretor que transmitisse a informação

aos professores, assim que possível. Após aceitação do diretor em participar no estudo, enviou-se, via correio eletrónico, o pedido de autorização por escrito (Anexo 3).

Numa terceira fase contactou-se os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, diretamente na escola, informando-os sobre o objetivo e procurando saber qual a sua disponibilidade para agendar o horário das entrevistas. Dos dezanove professores que lecionam na escola conseguiu-se realizar nove entrevistas. Os professores demonstraram interesse pelo tema de investigação, alegando que a ideia se adequa às experiências do seu dia-a-dia. Antes da realização das entrevistas foi apresentado aos professores entrevistados um termo declaração de consentimento informado, conforme modelo utilizado pelo IPP (Anexo 4), que foi apresentado aos professores, contudo, alguns professores preferiram ficar no anonimato e não assinaram a declaração.

As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas na escola, lugar onde os professores lecionam, consoante a disponibilidade de todos os participantes.

Aquando do início das entrevistas agradecemos a cada professor pela sua participação e disponibilidade.

No decorrer das entrevistas cada participante foi questionado e ouvimos as suas respostas atentamente. As respostas dos participantes foram espontâneas, tentou-se orientar os professores com o intuito de obter o máximo de informações para posteriormente nos servirem de análise.

As entrevistas foram realizadas com um gravador de registo sonoro para facilitar a construção do corpo do trabalho. Contudo, foi utilizado também um registo de notas de campo para conciliar informações contextuais e situacionais.

Na análise textual das entrevistas foi transcrito o discurso oral, de forma detalhada, a partir das gravações e das notas de registo de campo.

Durante o estudo pudemos obter mais informações através de conversas informais com alguns participantes que permitiram efetuar registos de notas de campo para conciliar informações contextuais e situacionais.

Em suma, pretendíamos obter melhores resultados, objetivos e concretos no nosso estudo com a junção dos dois tipos de análise.

3.8 TRATAMENTO DE DADOS

Inicialmente pretendíamos realizar um estudo mais vasto. Desta forma, seria realizada uma análise estatística, tratando-se os resultados através dos programas: Excel e Word. Contudo, dos dezanove professores, apenas nove professores participaram no estudo, redimensionando o nosso estudo para outra forma de tratamento de dados. Por conseguinte,

realizaram-se dois tipos de análise, a análise quantitativa serviu apenas de ponto de partida para podermos realizar a análise qualitativa.

Após realização das entrevistas procedemos ao registo informático dos dados. Reescreveram-se as nove entrevistas dos professores e registaram-se as ideias principais das conversas efetuadas de forma informal.

Elaborou-se de seguida uma tabela (Anexo 6) composta por categorias e indicadores de cada professor entrevistado com o intuito de se obter uma ideia geral de todas as respostas. Para se obter um conhecimento exato de todas as respostas obtidas nas entrevistas aos nove professores foi elaborada uma tabela (Anexo 7) composta por categorias e subcategorias, considerando cada afirmação dos professores para análise das questões. Em particular, utilizou-se a técnica de análise do conteúdo subdividindo a entrevista em categorias e subcategorias, realizando-se uma análise descritiva da temática no final.

Posteriormente, agrupámos as respostas e, na sua maioria, cada questão foi representada em tabelas e gráficos, cada questão registada foi seguida de uma análise precisa dos resultados.

O trabalho desenvolveu-se a partir de categorias e subcategorias, as quais se apresentam na tabela (Anexo 5).

O processo de análise decorreu pela transcrição de todas as respostas em blocos com o intuito de contemplar todas as ideias obtidas no discurso dos participantes.

Em particular, utilizou-se a técnica de análise do conteúdo subdividindo as questões da entrevista em blocos que nos permitiram realizar dois tipos de análise: quantitativa e qualitativa. Realizámos os dois tipos de análise conjuntamente. Em primeiro lugar as informações foram agrupadas em tabelas e representadas em gráficos que apesar de a nossa amostra apresentar apenas nove participantes conseguimos obter uma ideia generalizada imediata das informações dos participantes. Em segundo lugar as informações dos participantes foram analisadas através de categorias e subcategorias, realizando-se uma análise descritiva da temática. (Anexo 6).

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 RESULTADOS

Neste capítulo daremos conta dos resultados obtidos no estudo. Recordamos que obtivemos resultados referentes a nove professores titulares de turma do 1.º Ciclo do Ensino Básico que lecionam no Agrupamento de Escolas integrado numa escola do Alto Alentejo.

Iremos apresentar os resultados por categorias e subcategorias obtidas. Para cada categoria e subcategoria será apresentada uma descrição dos resultados.

CATEGORIA A - IDENTIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DOS PROFESSORES TITULARES DE TURMA

Pretendia-se recolher informação breve sobre a caracterização do entrevistado, as suas subcategorias são:

- ✓ A1. Sexo.
- ✓ A2. Escalão Etário.
- ✓ A3. Habilitações Académicas.
- ✓ A4. Categoria Profissional.

Apresentam-se de seguida os dados recolhidos que dizem respeito a esta categoria e subcategorias, respetivamente.

Subcategoria A1. Sexo

Como podemos verificar, nesta subcategoria constata-se que o número maior de professores entrevistados é do sexo feminino, sete pessoas, os outros dois professores são do sexo masculino.

género	Frequência
Masculino	2
Feminino	7

Tabela 1 - Frequência de género da população entrevistada

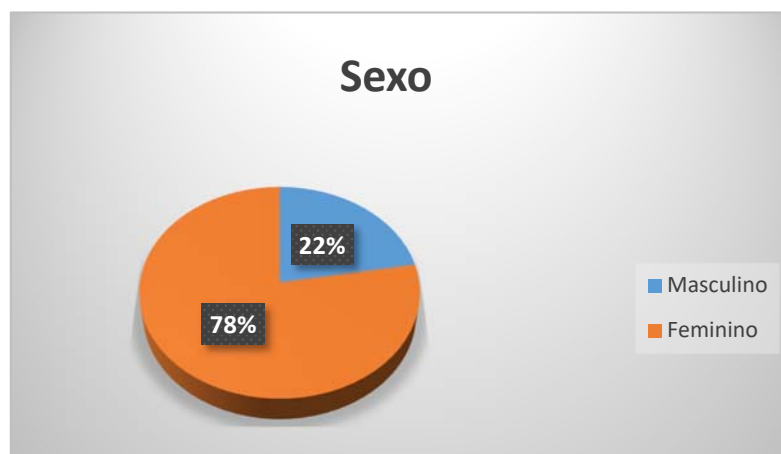


Gráfico 1- Sexo dos entrevistados

Subcategoria A2. Escalão Etário

Relativamente à faixa etária, os Professores do 1.º Ciclo do ER, apresentam na sua maioria idades superiores a 50 anos (56%), cinco professores. Três professores têm mais de 40 anos (33%) e um professor tem 60 anos.

Idade	Frequência
Menos de 30 anos	0
Mais de 40 anos	3
Mais de 50 anos	5
Mais de 60 anos	1
Total	9

Tabela 2 - Idade dos professores entrevistados do ER

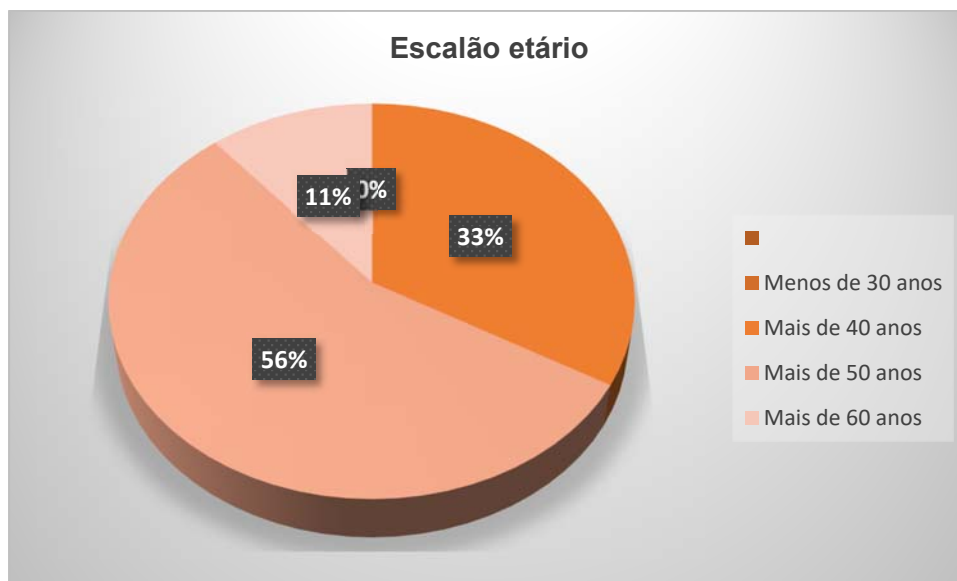


Gráfico 2 - Escalão etário

Subcategoria A3. Habilitações Académicas

Quanto às habilitações literárias dos PER estes possuem maioritariamente licenciatura (oito professores) e apenas um possui especialização no Domínio Cognitivo e Motor e uma formação sobre dislexia.

Habilitações Académicas	Frequência
Bacharelato	0
Licenciatura	8
Especialização	1
Mestrado	0
Doutoramento	0
Total	9

Tabela 3 - Habilitações académicas dos professores de ER

Subcategoria A4. Categoria Profissional

No que respeito à categoria profissional, constata-se que dos nove professores entrevistados, oito professores têm a categoria profissional de quadro de escola/agrupamento de escolas e apenas um é professor contratado.

Categoria Profissional	Frequência
Professor(a) de quadro de escola/agrupamento de escola	8
Professor(a) contratado	1
Outra	0
Total	9

Tabela 4 – Categoria profissional



Gráfico 3 - Categoria Profissional

Síntese dos Resultados da Categoria A - Identificação Socioprofissional dos Professores Titulares de Turma

No que diz respeito aos resultados obtidos na categoria A podemos concluir:

- ✓ Na sua maioria os professores entrevistados são do sexo feminino (sete professores).
- ✓ Todos os professores entrevistados têm idades superiores a 40 anos.
- ✓ Os professores são, na sua maioria, licenciados; apenas um professor tem especialização.
- ✓ A maioria dos professores são professores de quadro de escola/agrupamento de escola e apenas um é professor contratado.

CATEGORIA B - CONHECER O PERCURSO FORMATIVO DO ENTREVISTADO, RELATIVAMENTE À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COM NEE

Pretendia-se recolher informações dos docentes relativamente:

- ✓ B1. Existência ou inexistência de alunos com NEE dentro da sua sala de aula.
- ✓ B2 – Tipos de problemáticas que existem nas salas de aula.

Subcategoria B1 - Existência ou Inexistência de Alunos com NEE dentro da sua Sala de Aula

Tem alunos com NEE dentro da sua sala de aula	Frequência
Sim	8
Não	1
Total	9

Tabela 5 - Tem alunos com alunos NEE dentro da sala de aula



Gráfico 4 – Tem alunos com NEE dentro da sala de aula

Após análise de todas as respostas verifica-se que apenas um professor não tem alunos com NEE dentro da sala de aula do ER e que dois professores têm vários alunos com NEE dentro da sua sala.

Professor 2 “Sim. Tenho quatro alunos que frequentam o regime educativo especial. Mas há mais com problemas a nível emocional”.

Professor 5 “Sim. Tenho seis alunos com características diferentes. Todos precisam de mim e todos os apoios são bem-vindos. São crianças com muitas dificuldades por conseguinte toda a ajuda que a escola disponibiliza só os vai enriquecer pessoalmente e educacionalmente. Permitindo-lhe ultrapassar os obstáculos que lhes estão implícitos”.

Subcategoria B2 – Tipos de Problemáticas que Existem nas Salas de Aula

Relativamente ao domínio e à problemática a que pertencem os alunos com NEE, (por exemplo: Cognitivo; Motor; Emocional; Visual; Auditivo; Comunicação; outro). A Tabela nº 6 apresenta os domínios a que pertencem as problemáticas e o número de alunos que cada professor tem dentro da sua sala de aula. Podemos constatar que cinco professores têm alunos com problemas cognitivos dentro da sua sala, um professor tem um aluno com problemas motores, quatro professores têm alunos com problemas emocionais e três professores têm alunos com problemas de comunicação.

Problemática a que pertencem os seus alunos	Frequência
Cognitivo	5
Motor	1
Emocional	4
Visual	0
Auditivo	0
Comunicativo	3
Outro	0

Tabela 6 - Problemáticas dos alunos com NEE

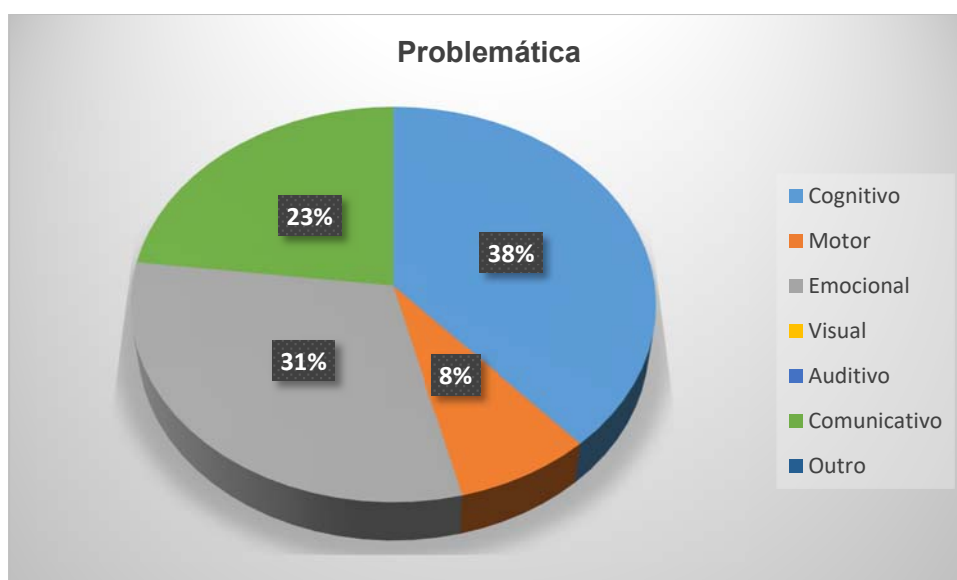


Gráfico 5 - Problemática dos Alunos com NEE

As problemáticas referidas pelos professores foram na sua maioria ao nível cognitivo, emocional e comunicativo. Alguns professores especificaram os problemas que caracterizam as dificuldades dos alunos. Os exemplos que se seguem são do **Professor 4** e **Professor 8**:

Professor 4 “O aluno com NEE apresenta problemas a nível da Perturbação da Comunicação e da Relação. A sua interação com os pares é fraca, no entanto, vai acompanhando os conteúdos ministrados, só com ajuda da professora ou de um par”.

Professor 8 “Cognitivo e motor”.

CATEGORIA C - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DOS PTT EM RELAÇÃO À ÁREA DE EE

Pretendia-se recolher as percepções e opiniões dos docentes relativamente a:

- ✓ C.1 Existência ou inexistência de formação especializada dos PTT na área de EE e motivação para aquisição de novos conhecimentos.
- ✓ C.2 Iniciativa individual.

Subcategoria C1 - Existência ou Inexistência de Formação Especializada dos PTT na Área de EE e Motivação para Aquisição de Novos Conhecimentos

Após análise de todas as respostas verifica-se que apenas um professor tem formação em EE.

Professor 8 respondeu que tem uma pós-graduação no Domínio Cognitivo e Motor e uma formação sobre dislexia.

Possui Formação EE	Frequência
Sim	1
Não	8
Total	9

Tabela 7 - Professores com formação em EE

Subcategoria C2 - Iniciativa Individual

Em relação à questão - Considera necessário que o PER tenha formação em EE.

Verifica-se que 78% (sete professores) consideram necessário que o professor do ER tenha formação em EE. Contudo, 22% (dois professores) consideram que não é necessário que o professor do ER tenha formação em EE.

Considera necessário que o PR tenha formação em EE	Frequência
Sim	7
Não	2
Total	9

Tabela 8 - Necessidade de ter formação em EE

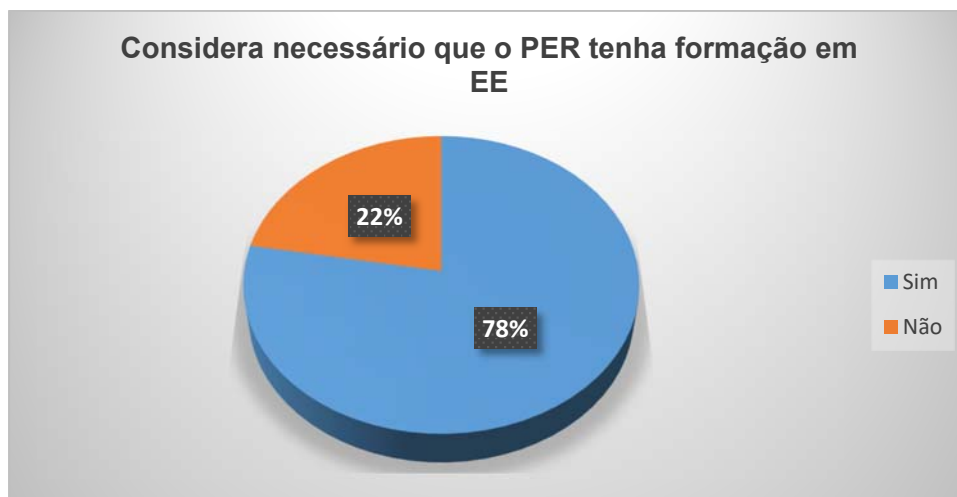


Gráfico 6 - Considera necessário que o PER tenha formação em EE

Os professores, na sua maioria, valorizam a formação na área de Educação Especial. Contudo, apresentam desgaste emocional perante a profissão.

O Professor 1 manifesta-se desmotivado perante a profissão.

Professor 1 “Depois de quase 40 anos de carreira e de assistir a tantas mudanças nos programas de Ensino Básico não sinto motivação para nada.... Mas continuo a gostar muito das minhas práticas”.
“Levam a vida a avaliar! Dá ideia que é o mais importante no ensino. Sinto-me muito capaz de trabalhar com alunos com problemas. A experiência é tudo, mas por que não se avalia a experiência....”

O **Professor 5** manifesta-se contrariando a opinião do **Professor 1**. Os professores demonstram interesse pela área de EE e ao avaliar as suas competências para trabalhar com alunos NEE, o **Professor 8** considera necessário que o professor do ER tenha formação em EE.

Professor 5 “Aprendi com a experiência, observação e inquéritos com professores de educação especial e terapeutas com quem me tenho cruzado ao longo dos anos de serviço e das escolas por onde tenho passado, mas tenho obtido bons resultados”.

Professor 8 “Sim. Na minha opinião é necessário que os PTT estejam preparados para trabalhar com alunos NEE, porque os alunos com NEE permanecem em sala a tempo inteiro, os apoios de NEE são blocos de 45 minutos a 90 minutos. Contudo, os alunos necessitam de ser acompanhados a tempo inteiro”.

Síntese dos Resultados da Categoria C. - Existência ou Inexistência de Formação Especializada dos PTT em Relação na Área de EE

Relativamente à questão Possui Formação Específica em EE, os resultados obtidos são na sua maioria não. Dos nove professores, oito professores não possuem formação em EE e apenas um professor tem especialização no Domínio Cognitivo e Motor e uma formação sobre Dislexia.

CATEGORIA D - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE CONCEÇÕES DOS PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO FACE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pretendia-se conhecer a opinião dos entrevistados em relação à Educação Inclusiva:

- ✓ D1. Existência ou inexistência de concepções inclusivas/Inclusão ou exclusão de alunos com NEE na escola do ER.
- ✓ D2. Vantagens de inclusão de alunos com NEE no ER.
- ✓ D3. Obstáculos da inclusão.

Apresenta-se de seguida os dados recolhidos que dizem respeito a essa categoria e subcategorias, respetivamente.

Subcategoria D1 - Existência ou Inexistência de Concepções Inclusivas

Nesta subcategoria pretendemos perceber qual o tipo de concepção que os PER têm em relação à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula do ER.

Nas respostas obtidas verificamos que 56% (cinco professores) concordam com a inclusão de alunos com NEE nas salas de ER. 22% (dois professores) mencionam que depende da problemática e os restantes 22% (dois professores) concordam mas com apoio do PEE dentro da sala de aula.

O que pensa em relação à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula do ER	Frequência
Concordo	5
Discordo	0
Depende do tipo de problemática	2
Concordo com apoio de PEE	2
Total	9

Tabela 9 - Opinião dos professores em relação à inclusão

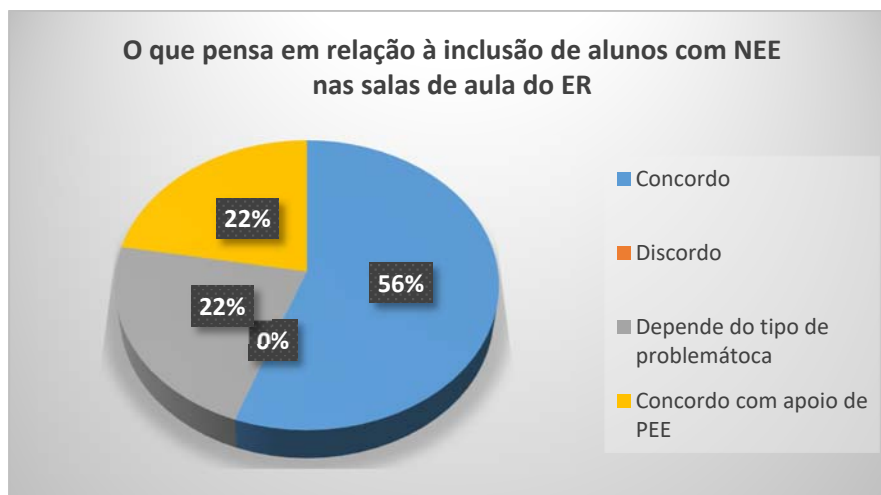


Gráfico 7 - O que pensa em relação à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula do ER

Após leitura e interpretação das respostas obtidas verificou-se que as opiniões transmitidas pelos nove professores não são convergentes perante a existência de concepções inclusivas. Contudo, os nove professores afirmam que conceptualizam de forma positiva a inclusão de alunos com NEE dentro da sala de ER, por exemplo o **Professor 4** refere:

Professor 4: “Considero positivo. Penso que aprendem mais se estiverem em salas do Ensino Regular. O modelo de referência, desperta interesse e vontade de desenvolverem as mesmas tarefas e, por conseguinte, adquirirem mais competências. Melhora também aspetos como a socialização e a autoestima”.

Professor 6 “Tratando-se de pequenos problemas de aprendizagem e em certos casos com crianças com Trissomia 21 é possível integrar perfeitamente as crianças na sala do ensino regular”.

Professor 8 “É possível de acontecer, sempre e quando, existam meios e recursos humanos para responder às necessidades dos alunos”.

Professor 9 “A inclusão de alunos com NEE é sempre benéfica para alunos NEE e não só”.

Subcategoria D2 - Vantagens da Inclusão de Alunos com NEE no ER

A inclusão traz vantagens para o sucesso do ensino-aprendizagem das crianças com NEE. Assim sendo, pretende-se perceber o ponto de vista dos entrevistados.

Nesta subcategoria conseguimos perceber através das entrevistas e das conversas informais quais as vantagens conceptualizadas pelos professores relativamente à inclusão dos alunos com NEE no ER.

Subjacente à questão 18, 78% (sete professores) consideram que existem vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER e 22% (dois professores) mencionam que depende das problemáticas dos alunos.

Na sua opinião existem vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER	Frequência
Sim	7
Depende da Problemática	2
Total	9

Tabela 10 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER

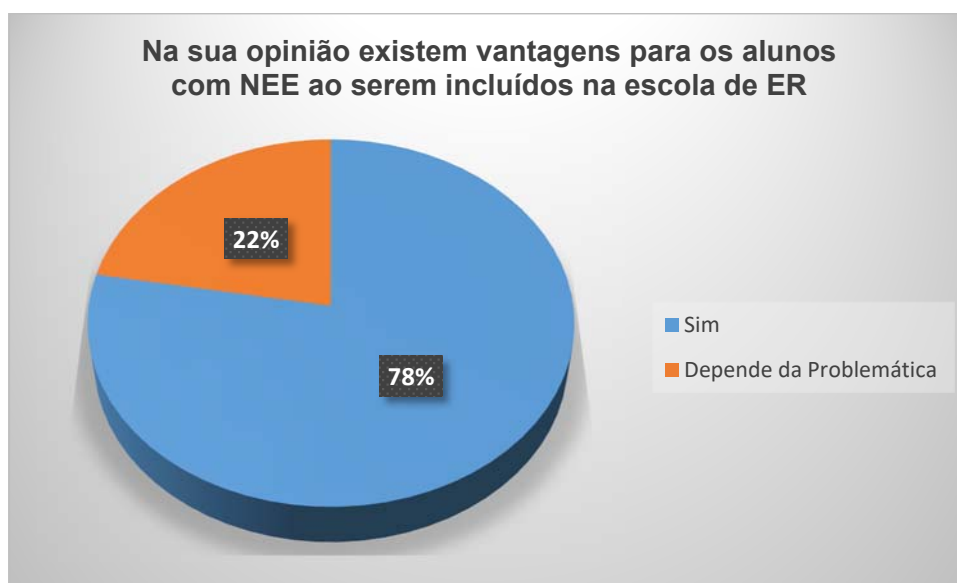


Gráfico 8 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER

Subcategoria D3 - Obstáculos da Inclusão

Das respostas obtidas dois professores referem o tempo como obstáculo para enfrentar, diariamente, gerir a diversidade e heterogeneidade da sua sala; dois professores referem o mau comportamento dos alunos; três professores referem o número de alunos elevado por turma; um professor refere que um dos obstáculos é adequar estratégias às características dos

alunos; dois professores referem as turmas heterogéneas; três professores referem as características dos alunos e um professor refere as exigências do ME.

É importante referir que a questão colocada possibilitava mais do que uma resposta pelo que se admitia que cada professor desse mais do que uma resposta.

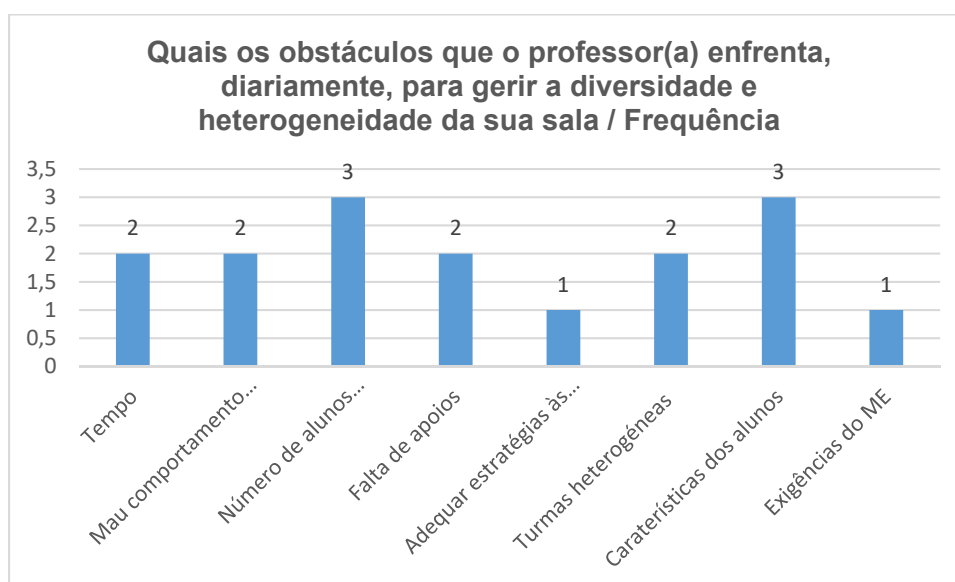


Gráfico 9 - Quais os obstáculos que o professor(a) enfrenta para gerir a diversidade e heterogeneidade da sua sala

No que diz respeito a este ponto, os entrevistados assinalaram vários obstáculos relativamente à inclusão dos alunos com NEE nas suas salas de aula do ER. As mais relevantes foram:

Professor 2 “O maior obstáculo é o número tão elevado de alunos na turma (24 alunos). Outro é a falta de apoios. Os apoios que existem na escola não são os suficientes para atender todos os alunos”.

Professor 6 “As turmas com mais de 20 alunos são difíceis de gerir, devido à heterogeneidade das mesmas. As reduções do número de alunos por turma poderão ser a solução para se poder lidar com os diversos casos e suas problemáticas”.

Professor 4 “Encontrar motivação e heterogeneidade de estratégias de acordo com o perfil de aprendizagem de cada aluno”.

Professor 8 “O número exagerado de alunos por turma, a exigência e extensão dos currículos e as particularidades dos alunos”.

Síntese Da Subcategoria D - Existência ou Inexistência de Concepções Inclusivas

Verifica-se que a existência de concepções inclusivas e que o conceito de inclusão se apresenta definido entre os nove professores. A inclusão dos alunos com NEE é vista de uma forma positiva pelos docentes; contudo, apresentam alguns obstáculos à Educação Inclusiva, tal como foi referido pelo **Professor 6** e **Professor 8**.

Os nove professores consideram, de um modo geral, que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço. Contudo, fazem referência à ausência de recursos humanos e ao tipo de problemática que o aluno apresente.

Perante os resultados das entrevistas aos nove professores todos consideram vantajosa a inclusão dos alunos com NEE no ER. As vantagens que encontram, nomeadamente, visam o sucesso escolar dos alunos com NEE, através da obtenção dos objetivos.

Contudo, os docentes sentem-se privados de realizar um bom desempenho educacional com os seus alunos. Entre os obstáculos referidos pelos professores registam-se a falta de tempo, disponibilidade para atender as características de cada aluno, ausência de conhecimentos científicos da área de EE, motivação e o mau comportamento dos alunos.

CATEGORIA E - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE

Nesta categoria pretende-se perceber/conhecer as estratégias utilizadas para promover a inclusão.

Subcategoria E1 - Tipos de Estratégias Utilizadas

Através do seguinte quadro conseguimos perceber quais são as estratégias que os professores utilizam para promover práticas inclusivas com os alunos NEE dentro da sua sala e, por conseguinte, atender a diversidade, como por exemplo trabalho colaborativo, tutorial etc.

De todos os professores entrevistados verificamos que na sua maioria utiliza o TC, à exceção do entrevistado P4, o P1 utiliza a estratégia autónoma, quatro professores utilizam a estratégia de Trabalho Tutorial, quatro professores utilizam a estratégia de Apoio Individualizado e um professor adequa os recursos materiais às necessidades dos alunos.

Quais as estratégias que utiliza para promover práticas inclusivas com os alunos com NEE dentro da sua sala para atender a diversidade	Frequência
Trabalho colaborativo	P1; P2; P3; P5; P6; P8; P9
Trabalho Autónomo	P1
Trabalho Tutorial	P1;P2; P7; P8
Apoio individualizado	P4; P7; P8; P9
Adequação de recursos materiais	P6

Quadro 11- Estratégias que utiliza para promover práticas inclusivas com os alunos com NEE dentro da sua sala para atender a diversidade

As afirmações dos professores perante os tipos de estratégias utilizadas, sendo o TC, TT e o TA as estratégias mais utilizadas pelos mesmos. Após valorizarmos as melhores respostas aos entrevistados, registam-se algumas respostas.

Professor 2 “Na minha prática diária há sempre trabalho colaborativo e de tutoria. A turma está dividida por grupos e todos têm consciência das suas capacidades e dificuldades, havendo muito apoio por parte de todos e acima de tudo muito respeito pelas diferenças”.

Professor 4 “Para ultrapassar obstáculos e conseguir que todos cheguem às metas, adapto os trabalhos a executar de acordo com as necessidades desses alunos. Também procuro estar mais próximo de cada um, orientando-os nas tarefas que precisam de executar, dando-lhes mais tempo e apoio individualizado”.

Professor 6 “Promover o contato e convívio entre todos os alunos; facilitar o relacionamento e saberem compreender as diferenças; organizar atividades onde possa existir maior participação dos alunos com NEE (participação do grupo turma; realizar práticas funcionais no espaço escola/comunidade; estabelecer rotinas de apoio de modo que os colegas cooperem e elaborar fichas específicas se necessário”.

Professor 8 “Trabalho colaborativo e tutorial. No tutorial junto o aluno com NEE com um aluno que esteja capacitado para ajudar o colega a ultrapassar as suas dificuldades. Também formo equipas de dois a três colegas e atribuo responsabilidade ao aluno sem NEE para ajudar o aluno com NEE e no trabalho individual do aluno com NEE, neste tipo de trabalho eu ajudo diretamente o aluno com NEE”.

Outro tipo de estratégia utilizado pelos professores é a aproximação com as famílias dos alunos com NEE. Em relação à questão como se desenvolve o relacionamento com as famílias, todos os professores, 100%, referem que o relacionamento com as famílias é positivo.

Como se desenvolve o relacionamento com as famílias de alunos com NEE	Frequência
Bem	9
Mal	0
Total	9

Tabela 11 - Relacionamento com as famílias de alunos com NEE



Gráfico 10 - Relacionamento com as famílias de alunos com NEE

Na subcategoria E1, analisando as respostas dos professores, estes apresentam referindo o bom relacionamento entre professor/família como estratégia de inclusão dos alunos com NEE no ER. Tal como foi referido pelo **Professor 2** e **Professor 4**.

Professor 2 “Desenvolve-se muito bem. O bom relacionamento com a família é uma estratégia, na minha opinião, de inclusão. O ano passado a uma aluna foi diagnosticado dislexia grave e a mãe a partir daí tem cooperado comigo... Comprou um livro sobre este tema e ofereceu-me outro para eu também ler. Utilizamos e combinamos as mesmas estratégias para ajudarmos a criança a superar as suas dificuldades”.

Professor 4 “Contactos periódicos sempre que seja necessário e através das cadernetas dos alunos. A família é sempre uma mais-valia e junto com a escola possibilita um trabalho mais proveitoso, sendo a evolução do aluno mais rápida. O bom relacionamento entre professor/família é de fato, na minha, opinião, também uma estratégia de inclusão dos alunos com NEE no ensino regular”.

Síntese dos Resultados da Categoria E - Existência ou Inexistência de Estratégias

As entrevistas aos professores apontam como as estratégias mais utilizadas o TC, TT e o TA. Contudo, denota-se outro tipo de estratégias utilizadas pelo **Professor 6** (promoção de atividades com participação de todos os alunos), sendo registo disso a preocupação em incluir o aluno com NEE em todas as atividades escolares e comunitárias. Uma outra preocupação registada é a preparação dos alunos sem NEE para entender as diferenças dos colegas e adaptação de fichas às necessidades dos alunos.

Nesta categoria identificou-se ainda outro tipo de estratégia executada e entendida pelos professores como uma mais-valia funcional para a inclusão de alunos com NEE no ER, o bom relacionamento entre professor/família.

CATEGORIA F - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE APOIOS

Nesta categoria pretende-se conhecer os apoios que os entrevistados recebem para promover a inclusão.

- ✓ F1. Tipos de apoios.
- ✓ F2. Opinião sobre os especialistas.
- ✓ F3. Apoios necessários.

Subcategoria F1 - Tipos de Apoios

Na segunda parte da entrevista e iniciando os professores foram questionados sobre os recursos que recebem e os apoios para gerir a diversidade existente na sua sala.

Nesta questão 100% dos professores entrevistados refere que recebe apoios para gerir a diversidade existente na sua sala.

Recebe apoios para gerir a diversidade existente na sua sala	Frequência
Sim	9
Não	0
Total	9

Tabela 12 - Receção de apoios para gerir a diversidade existente na sua sala



Gráfico 11 – Receção de apoios para gerir a diversidade existente na sua sala

Relativamente aos apoios que os professores recebem da escola para promover a inclusão dos alunos com NEE no ER, os professores apresentam, na sua maioria, as mesmas respostas. Entre as mais relevantes verificam-se as seguintes citações:

Professor 2 “Sim, de uma colega de Educação Especial e tenho coadjuvação nas áreas de Português e Matemática. No entanto, torna-se pouco eficiente porque é muito pouco tempo semanal. Também há apoio de outros técnicos, mas fora da sala de aula”.

Professor 4 “Sim. Tenho professores coadjuvantes a Português e Matemática que prestam apoio a alunos com mais dificuldades e ritmos de trabalho lentos”.

Professor 8 “Recebo apoios educativos de 90 minutos semanalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, Terapeuta Físico-Motor (45 minutos semanalmente) e Terapia da Fala (45 minutos semanalmente)”.

Subcategoria F2 - Opinião Sobre os Especialistas

Questionou-se o pensamento dos professores relativamente à atitude dos especialistas que lhe proporcionam apoio.

A Tabela 13 e o respetivo gráfico apresentam os seguintes resultados: 78% (sete professores) consideram os colegas bons profissionais, 11% (um professor) atribuem aos colegas a característica de apoio fundamental e 11% (um professor) refere que não existe comunicação entre ambos.

O que pensa em relação aos especialistas que lhe proporcionam apoio	Frequência
Bons profissionais	7
Apoio fundamental	1
Ausência de comunicação	1
Total	9

Tabela 13 - Opinião em relação aos especialistas

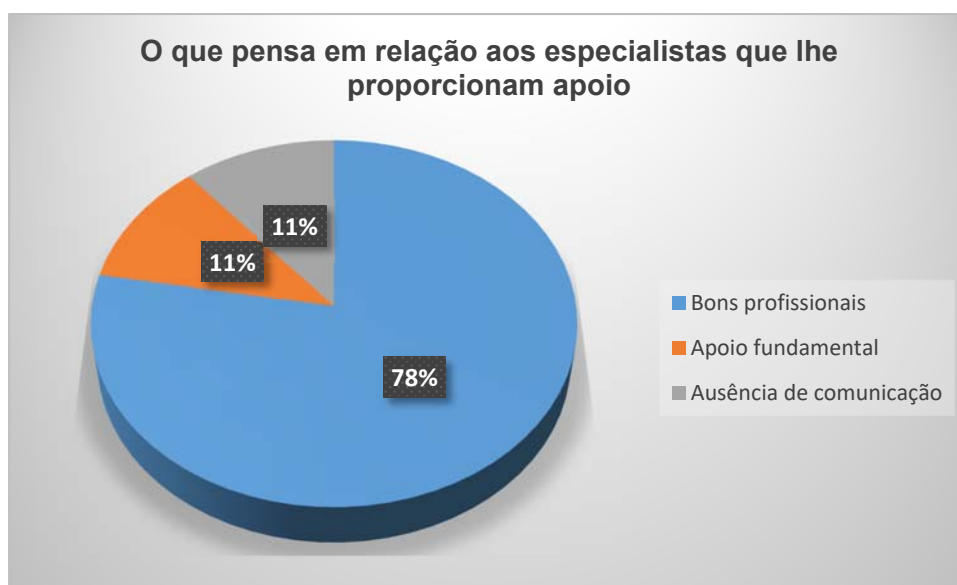


Gráfico 12 – Opinião sobre os especialistas que lhe proporcionam apoio

Neste ponto, as respostas dos professores foram unânimes. Todos estão de acordo que a prestação dos professores especialistas é encarada como essencial para o bom desempenho dos alunos com NEE e obtenção dos seus objetivos. Exemplifica-se com a Resposta do **Professor 2**:

Professor 2 “Tenho uma ideia muito boa sobre todos os especialistas, temos um relacionamento muito próximo e sempre que tenho uma dúvida ou surge qualquer problema estão sempre “abertos” ao diálogo. O único senão é a falta de tempo que têm para apoiar os alunos. Há poucos técnicos para crianças com NEE”.

Subcategoria F3 - Apoios Necessários

Em relação às medidas que a escola lhe proporciona para facilitar a inclusão de alunos NEE dentro da sua sala, quatro professores referem que recebem apoios de professores de coadjuvação de Matemática e Português, um professor recebe as medidas que o ME lhe proporciona; e seis professores PEE; três professores Novas Tecnologias; e um professor refere outros temas.

Professor de coadjuvação de Matemática e Português	P2;P7; P8;P9
A escola fornece as medidas que o ME lhe proporciona	P3
PEE	P4; P5;P7; P8;P8;P9
Novas tecnologias	P7;P8;P9
Outros temas	P6

Quadro 12 - Quais as medidas que a escola proporciona

Nesta subcategoria apresentamos algumas ideias e opiniões, algumas contraditórias no que se refere ao apoio dos alunos com NEE dentro da sala de aula do ER.

Alguns professores referem a necessidade de apoio permanente dentro da sua sala de aula de um PEE. Contudo, registam-se opiniões diferentes de outros professores, tal como se apresentam nas seguintes citações.

Professor 1 “Dispensar apoios dentro da minha sala de aula...”

Professor 3 “Não preciso de apoio dentro da sala de aula”.

Professor 2 “Com a turma tão numerosa, precisaria de um apoio a tempo inteiro do PEE para que todos os alunos tivessem sempre um apoio muito direto e individual”.

Professor 4 “Muito poucas. Somente um professor do Ensino Especial uma vez por semana durante uma hora. Faltam técnicos de todas as áreas, faltam, principalmente, professores de educação especial. Se o ME colocasse mais professores de EE os alunos poderiam ser atendidos dentro das salas do ER...”

Professor 8 “Professora de Educação Especial a tempo inteiro”.

Síntese Dos Resultados Da Categoria F - Existência ou Inexistência de Apoios

Na generalidade todos os professores transmitem que a escola está preparada para receber alunos com NEE. Transmitem que a escola fornece os recursos humanos e materiais que o ME lhe disponibiliza. Os professores referem que a escola tem recursos materiais suficientes, como por exemplo: computadores, quadros didáticos, materiais adequados para os técnicos trabalharem com os alunos NEE. Contudo, ao nível dos recursos humanos a escola não tem PEE suficientes para receber e acompanhar os alunos de forma adequado.

Os alunos são acompanhados fora da sala de aula e em grupos, grupos compostos por vários elementos e de diferentes salas. A justificação é que não existem PEE suficientes para atender as necessidades dos alunos dentro da sala de aula, junto da turma do ER.

No que respeita aos recursos físicos, os professores referem que a escola está preparada para receber alunos com NEE. A escola foi construída há pouco tempo e pode-se constatar que os espaços físicos foram bem concebidos para responder de forma educativa a todos os alunos com NEE e sem NEE.

Em suma, verifica-se que todos os recursos humanos que existem na escola são valorizados pelos professores entrevistados. Na maioria os professores referem a necessidade de mais PEE para dar respostas adequadas aos alunos dentro da sala de aula de ER.

CATEGORIA G - ASPETOS DA INCLUSÃO

Nesta categoria pretende-se perceber quais os sentimentos, atitudes e preocupações dos entrevistados, relativamente a:

- ✓ G1. Existência ou inexistência de concepções positivas/negativas.
- ✓ G2. Ensino/aprendizagem das crianças com NEE.
- ✓ G3. Inclusão das crianças com N.E.E. dentro da sala de ER.

Subcategoria G1 - Existência ou Inexistência de Concepções Positivas/Negativas

Na subcategoria G1 pudemos constatar que maioritariamente todos os professores responderam que são professores de “corpo e alma”, compreendem os problemas de cada criança e estão sempre dispostos a tentar fortalecer as suas capacidades que por sua vez poderão ajudar a resolver as suas dificuldades. Como exemplo, de seguida mencionamos a resposta do **Professor 1**.

Professor 1: “Sou professora de corpo e alma. Compreendo os problemas de cada criança e estou sempre disposta a tentar resolver os problemas”.

Professor 4: “Dou o melhor de mim e ajudo cada caso consoante as suas necessidades. Procuo ajudar junto das equipas de trabalho da escola onde leciono e todos juntos fazemos um trabalho razoável”.

Subcategoria G2 - Ensino/Aprendizagem dos Alunos com NEE

Numa época em que o ensino vive momentos de mudança e que a sociedade é cada vez mais complexa, a qual faz cada vez mais exigências aos professores pudemos verificar que alguns professores estão conscientes que necessitam de se atualizar e adquirir novos conhecimentos, principalmente na área de EE. Na questão Gostaria de acrescentar algum aspeto acerca desta temática. Obtivemos respostas, das quais exemplificamos:

Professor 6 “Deverá sempre existir uma parceria entre família e professores, o que facilita a troca de informação entre professores do ensino regular e professores de educação especial para poderem proporcionar contextos /ambientes verdadeiramente inclusivos”.

Professor 7 “É necessário dar amor a todos os alunos na nossa profissão, ver o bem que há em cada um e ajudá-lo a potencializar-se”.

Nesta mesma categoria conseguimos perceber quais as concepções dos professores relativamente à aquisição de novos conhecimentos e aprendizagem de novas práticas pedagógicas que permitam ajudar os alunos com NEE a ultrapassar as suas dificuldades.

O gráfico 13 diz-nos que 56 % (cinco professores) responderam que não consideram necessário introduzir alterações nas suas práticas e 44% (quatro professores) responderam que consideram necessário introduzir alterações nas suas práticas.

Necessidade de introduzir alterações nas suas práticas	Frequência
Sim	4
Não	5
Total	9

Tabela 14 - Alteração das práticas



Gráfico 13 – Necessidade de introduzir alterações nas suas práticas

Dos professores que responderam que sim, referimos de seguida a sua opinião.

Professor 2 “Formação na área de Educação Especial”.

Professor 8 “Sim. Aprender novos métodos de trabalho, redução de alunos por turma, porque 26 alunos por turma é excessivo, programas mais acessíveis e menos extensos, mais horas concedidas aos professores de Educação Especial, Psicólogos e Terapeutas”.

Subcategoria G3 - Inclusão Das Crianças com NEE Dentro da Sala de ER

Relativamente à questão, Considera que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço, a maioria dos nove professores entrevistados, (oito professores) considera que sim e apenas um refere que depende dos recursos humanos e físicos.

Considera que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço	Frequência
Sim	8
Depende dos Recursos Humanos e Físicos	1
Total	9

Tabela 15 - Considera que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço

Todos os entrevistados estão de acordo que todos os alunos com NEE devem aprender junto dos seus colegas, desenvolvendo as suas competências, dentro dos tempos letivos com objetivo primordial que não se sintam excluídos. Contudo, registaram-se algumas referências aos alunos com problemáticas mais severas. Nestas situações os professores estão de acordo que os alunos deverão ser inseridos noutros espaços, sendo estes favoráveis ao seu desenvolvimento. Facto constatado através das seguintes respostas:

Professor 4 “Depende do tipo de problemas que o aluno com NEE apresenta. Há casos em que a aprendizagem desses alunos necessita ser trabalhada num espaço adequado às suas características. No entanto, continuo a apostar na inclusão, pois é na sala de aula do ensino regular que os alunos com NEE observam mais a diversidade de modelos...”.

Professor 6 “Sim. Porque todas as crianças têm direito ao ensino e acesso à cultura. Todos devem ter os mesmos direitos. Neste sentido, e uma vez que a escola do ensino regular tem como objetivo servir as populações, todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades na escola e aprender juntas”.

Síntese dos Resultados da Categoria G - Aspetos da Inclusão

Através da análise desta categoria constata-se que as atitudes dos professores têm um impacto significativo no sucesso da implementação de um modelo inclusivo, contudo, referem a necessidade de “apostar” na sua formação continua.

Os professores não têm vindo a envolver-se numa formação especializada para lidar com a nova realidade, isto é, a de lecionar em classes inclusivas e referem obstáculos (referenciados na categoria H) à inclusão dos alunos com NEE dentro das suas salas

Como tal, é de salientar que a maioria das decisões a serem tomadas bem como das medidas adotadas para o acolhimento positivo e a provisão do imprescindível suporte ao aluno com NEE, objetivando o convívio produtivo de toda a turma, dependem da correta compreensão da proposta da Educação Inclusiva e da construção de atitudes sociais favoráveis à inclusão por parte dos professores.

CATEGORIA H - BARREIRAS/FACILITADORES QUE PERMITEM OU NÃO CONTRIBUIR PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta categoria pretende-se perceber quais as barreiras/ facilitadores para a inclusão de alunos NEE dentro da sala de ER.

- ✓ H1. Percecionar quais as barreiras impeditivas/ facilitadores.
- ✓ H2. Vantagens.

✓ H3. Desvantagens.

Subcategoria H1 - Barreiras Impeditivas/Facilitadores

Os professores mencionaram as barreiras que não permitem contribuir para uma Educação Inclusiva: o P1 e P6 isolamento dos alunos; os professores P1, P2 e P6 responderam falta de formação dos PER; os professores P2 e P6 responderam falta de comunicação entre os agentes educativos; os professores P3 e P6 responderam falta de apoios especializados; os professores P4, P5 e P6 responderam número elevado de alunos por turma; os professores P7 e P9 responderam gestão do tempo; o P7 respondeu as características dos alunos e os professores P7 e P9 responderam a dimensão dos currículos.

Em relação aos facilitadores que os professores encontram para promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala, o professor P6 refere a existência de recursos suficientes no AE; colaboração entre todos os agentes educativos e a articulação entre o PER e o PEE.

Quais as barreiras que encontra para promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala	Frequência	Quais os facilitadores que encontra para promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala	Frequência
Isolamento dos alunos	P1; P6	Existência de recursos suficientes nos AE	P6
Falta de formação dos PER	P1, P2;P6	Colaboração entre todos os agentes educativos	P6
Falta de comunicação entre os agentes educativos	P2; P6	Articulação entre o ER e o EE	P6
Falta de apoios especializados	P3; P6		
Número elevado de alunos por turma	P4; P5; P6		
Gestão do tempo	P7 e P9		
Caraterísticas dos alunos	P7		
Dimensão dos currículos	P7 e P9		

Quadro 13 - Barreiras e facilitadores para a promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala

Na **Subcategoria H1** pode-se constatar que as respostas obtidas pelos entrevistados foram unânimes no que diz respeito à disponibilidade de tempo, ao número de alunos que integram as turmas, à gestão das características dos alunos.

Os professores mencionam que é difícil conciliar o número elevado de alunos com a distribuição de horários e as exigências do Ministério de Educação ao nível de execução dos programas educacionais. Apresenta-se de seguida a resposta do **professor 4**:

Professor 4 “As barreiras impeditivas são sem sombra de dúvida o elevado número de alunos por turma (26) que leva muitas vezes à incapacidade de um professor realizar o trabalho individualizado que muitas vezes é necessário realizar junto do aluno com NEE”.

Como fator facilitador que favorece a educação inclusiva os entrevistados transmitem a facilidade de diálogo com as famílias dos alunos com NEE, na medida em que ambos, agentes educativos, se relacionam positivamente para potencializar as competências dos alunos, tal como refere o **professor 1**:

Professor 1 “Facilitador será a forma positiva na relação professor/família. Tentamos comunicar sempre que necessário todas as situações importantes. Tentamos ultrapassar os obstáculos que cada criança vai sentido no seu dia-a-dia. Penso que desta forma ajudamos as crianças a desenvolver as suas capacidades, trocando ideias com a família que na verdade é quem conhece realmente as crianças”.

Nesta subcategoria podemos constatar que a boa relação entre os agentes educativos é sempre funcional e benéfica. Denota-se a preocupação dos professores em obter informações acerca dos alunos para que posteriormente consigam trabalhar com os alunos atendendo sempre às suas características. Desta forma, surge neste ponto uma prática de estratégia positiva para trabalhar com os alunos com NEE.

Subcategoria H2 – Vantagens

A educação inclusiva traz vantagens para o sucesso do ensino-aprendizagem das crianças com NEE. Assim sendo, pretende-se perceber o ponto de vista dos entrevistados.

Subjacente à questão 18, 78% (sete professores) consideram que existem vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER e 22% (dois professores) mencionam que depende das problemáticas dos alunos.

Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER	Frequência
Sim	7
Depende da Problemática	2
Total	9

Tabela 16 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER

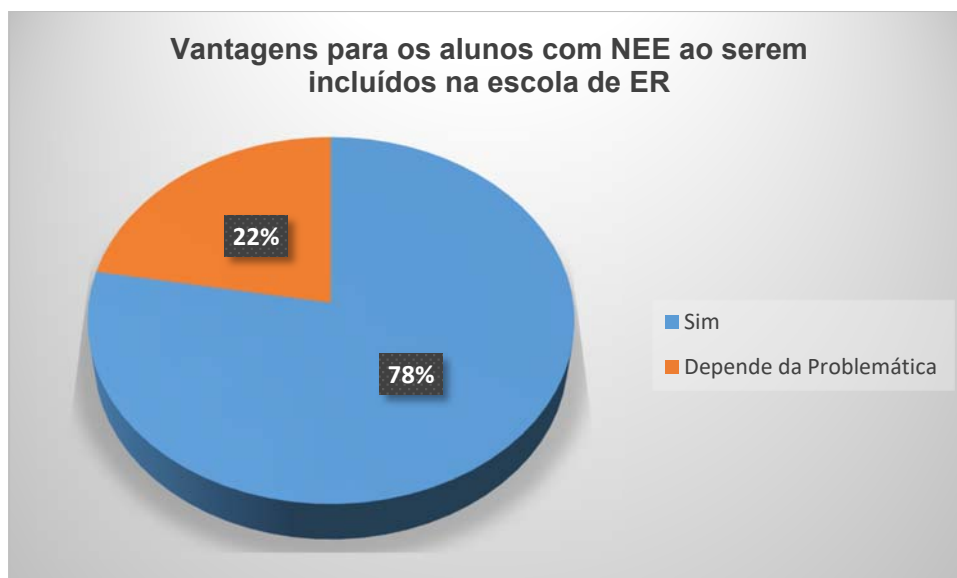


Gráfico 14 - Vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER

De seguida apresentamos algumas respostas dos professores. Como se pode constatar as respostas apresentam dúvidas sobre a inclusão dos alunos com NEE dentro das salas de aula do ER. Apenas dois conceptualizam de forma imediata a inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala, o **Professor 1** e o **Professor 7** menciona. O último menciona diretamente sem hesitações que: “A diversidade gera melhorias em todos”.

Professor 9: “Em alguns casos, casos em que se consiga trabalhar com os alunos dentro da sala e de um modo geral em conjunto com o grupo turma. Mas em casos mais complicados, penso que não....”

Professor 8: “Uma primeira instância as necessidades educativas especiais devem ser avaliadas e analisadas, se existirem recursos humanos e físicos que permitam a evolução de alunos com NEE, e não prejudiquem os restantes alunos... Em conclusão, considero que sim”.

Professor 1: “Uma das vantagens é que os alunos que compõem a turma também se habituam a lidar com a diferença”.

Subcategoria H4 – Desvantagens

No que diz respeito a este ponto os entrevistados não assinalaram desvantagens, relativamente à Educação Inclusiva.

Síntese dos Resultados da Categoria H - Barreiras/Facilitadores que Permitem ou não Contribuir para uma Educação Inclusiva

Perante os resultados das entrevistas aos nove professores, a maioria dos professores é a favor da inclusão de alunos com NEE nas suas salas de aula.

Entre as vantagens que os professores entrevistados referem estão, nomeadamente, o sucesso escolar dos alunos, através da aquisição de novos conhecimentos em conjunto turma, beneficiando a sua autoestima e autonomia. Os professores referem também que a inclusão de todos os alunos no ER permite que todos, sem exceção, consigam refletir sobre as suas atitudes o que permitirá que o trabalho em sala de aula seja mais rico para todos.

Relativamente à subcategoria - Desvantagens os professores não referiram nenhum exemplo. Desta forma entendemos que os professores concetualizam a inclusão dos alunos com NEE dentro das suas salas de forma positiva, isto é, os professores possibilitam que os alunos se incluam no grupo turma interagindo, cooperando e respeitando as diferenças existentes dos colegas.

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Desde o início da realização desta investigação que foram definidos objetivos, aos quais vamos tentar responder, tendo em conta os dados obtidos das entrevistas realizadas e da sua análise.

Será bom relembrar os objetivos que foram delineados antes de se colocar a investigação em prática. Objetivos gerais: analisar, perceber, descrever e refletir sobre as concepções dos professores do 1º Ciclo Do Ensino Básico Face À Educação Inclusiva De Alunos Com NEE nas Salas do ER e Conhecer as Estratégias Utilizadas pelos Professores para lidar com a Heterogeneidade em Sala De Aula.

Relativamente ao primeiro objetivo, os resultados obtidos evidenciam que a totalidade dos professores revelam ter noção do conceito Escola Inclusiva. A maioria manifesta a existência de concepções positivas face à inclusão de alunos com NEE dentro das suas salas de aula de ER. Alguns professores sentem-se inseguros perante a inclusão de alunos com NEE dentro da sala de aula do ER devido ao número elevado de alunos que compõem cada turma, a heterogeneidade de características que cada aluno possui e a ausência de formação especializada do próprio professor do ER.

Os professores transmitem a ideia de querer trabalhar com os alunos NEE dentro das salas, contudo, referem barreiras que não permitem a inclusão dos alunos, como por exemplo: falta de tempo, turmas com elevado número de alunos, currículos extensos e falta de apoio especializado para conseguirem concretizar os seus objetivos.

Os professores demonstram preocupação no exercício do trabalho dos alunos com NEE e na adequação de estratégias inclusivas às necessidades dos mesmos.

Recentemente o ME reduziu o número de alunos por turma. A partir do ano letivo 2018/2019 as turmas do 1.º Ciclo passaram a ter vinte e quatro alunos e as turmas com alunos NEE terão vinte alunos. Os professores para conseguirem reduzir o número de alunos têm que ter pelo menos dois alunos com NEE, sinalizados e avaliados pela equipa de educação especial da respetiva escola.

Verificámos através de algumas respostas que os professores valorizam a sua parte humana, tendo atitudes de carinho e compreensão perante as dificuldades dos alunos com NEE.

O último Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho vem mobilizar os meios necessários para que se consiga abolir todos os obstáculos inerentes à inclusão de alunos com NEE na comunidade escolar.

...eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida e na comunidade educativa... (Direção Geral da Educação, Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho)

As escolas poderão, a partir deste momento, organizar equipas com PEE e técnicos para dar resposta às necessidades dos alunos com NEE, equipas educativas que definam estratégias para combater as dificuldades e atender a diversidade escolar. Neste sentido também pudemos referir a opinião de Zabalza (2000) quando afirma que “um ensino eficaz requer meios técnicos e estes podem facilitar, quando bem utilizados, a maioria da qualidade do ensino, o rendimento e a satisfação pessoal do aluno”. (p.183)

O novo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, defende a existência de equipas multidisciplinares organizadas pelas escolas, agrupamentos e instituições que promovam atitudes positivas por parte dos professores face à inclusão de alunos com NEE dentro do ensino regular.

As mudanças mais significativas do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, de acordo com a Direcção-Geral De Educação, (2018), são:

Abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo a “categoria” Necessidades Educativas Especiais;

- Abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais;
- Estabelece um continuum de respostas para todos os alunos;
- Coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos;
- Perspetiva a mobilização, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.

Neste estudo a maioria dos participantes manifesta-se a favor da inclusão. Os professores transmitem estar contentes com as infraestruturas da escola e os recursos materiais, mas tal como foi mencionado anteriormente referem a falta de recursos humanos como grande obstáculo de inclusão. Problema que poderá ser resolvido com a implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018 que entrará em vigor no ano letivo 2018/2019.

É extremamente importante referir a importância que os professores participantes neste estudo atribuem aos técnicos especializados como resposta à inclusão de alunos com NEE dentro das suas salas de ER.

Um dos maiores desafios com que se confronta o PER, na sua prática quotidiana, é descobrir os procedimentos e estratégias de ensino-aprendizagem que garantam a aquisição de conhecimentos a todos os alunos.

Para satisfazer este ponto, aparecem os serviços de educação especial, que segundo Correia (2008, p.59) são “serviços de apoio especializados destinados a responder às necessidades especiais do aluno com base nas suas características e com o fim de maximizar o seu potencial”.

O PEE é, na opinião de Sanches (1997, p.19) “um dos principais recursos dos professores do ensino regular e é consultor, agente de formação, dinamizador e gestor de meios disponíveis e a disponibilizar para a implementação dos programas de intervenção”.

O PEE é um docente especializado na área de educação especial, nomeadamente no domínio cognitivo e motor. O seu papel consiste, segundo o Despacho Conjunto n.º 105/97, em prestar apoio à escola em geral, assessorando os processos de integração e inclusão, num trabalho de colaboração com o PER e, por último, apoiar o aluno e a sua família. Tem também o dever de colaborar na identificação de NEE, no planeamento, na implementação, na organização e gestão das medidas educativas especiais, consagradas no Decreto-Lei n.º 3/2008, 7 de janeiro.

Segundo as orientações para uma educação inclusiva de qualidade, o papel do PEE é tido como fundamental e relevante em todo este processo. A sua atitude, competência e profissionalismo poderão ser a diferença para um ensino de qualidade.

A maioria dos professores que participaram neste estudo valorizam a especialização na área da EE, reconhecem a sua importância na aquisição de novas competências que lhes permitam atender a diversidade e heterogeneidade dos seus alunos.

É necessário que os docentes e técnicos apostem na formação inicial e contínua que responda à flexibilização das suas funções enquanto docentes, permitindo-lhes responder e atender a diversidade escolar sobre todos os alunos em geral e alunos com NEE.

Ao professor que trabalha dentro da sua sala de aula aplicando práticas de uma pedagogia diferenciada inclusiva é-lhe exigido que possua a capacidade de se questionar, refletir e de possuir atitudes de ajustes no processo de ensino-aprendizagem entre o currículo e as necessidades individuais de cada aluno. (Morgado, 2003)

Atendendo à diferenciação pedagógica inclusiva, Sanches (2005) sustenta que:

A diferenciação que inclui será a que parte da diversidade, programando e atuando em função de um grupo heterogéneo com ritmos e estilos de aprendizagem diferente. É aprender no grupo e com o grupo, em situações de verdadeira aprendizagem cooperativa, responsável e responsabilizante. É organizar o espaço e o tempo em

função das atividades. É implicar os alunos na construção dos saberes a realizar. É abrir a escola a uma socialização do saber entre professores e alunos. (p.113)

O sucesso da inclusão de alunos com NEE no ER resulta quando se alcançam resultados positivos do trabalho executado com esses alunos. Todo o trabalho deve ser elaborado pelos técnicos adequando as suas práticas à diversidade e características de cada aluno com NEE.

De acordo com Kunc (1992):

o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (pp. 25-39)

Num ambiente inclusivo, onde as salas de aula são caracterizadas pela heterogeneidade entre alunos existe a necessidade de se respeitar as suas características, os seus pré-conceitos de saberes e experiências, os seus interesses, as suas aptidões, formas de trabalhar e de aprender, habilidades. O professor deve estudar o seu grupo/turma e utilizar um trabalho diferenciado pedagogicamente na sua sala de aula, atendendo à diversidade existente na sua sala de aula. De acordo com Garcia (2001, p.21) "...estamos numa época em que a diferenciação do ensino e o atendimento às necessidades individuais de cada aluno são cada vez mais eixos fundamentais de uma ação educativa eficaz".

Também Silva (2009) refere que a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, permitem dar resposta a todos os alunos no contexto da sala de aula, objetivo mencionado no último Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho pelo qual todos os agentes educativos se devem reger.

De entre as definições no art.º 2 do Decreto-Lei n.º 54/2018, importa registar a que se prende com as medidas de gestão curricular, a desenvolver dentro da sala de aula do ER com vista ao sucesso educativo de cada aluno com NEE, acomodações curriculares são:

Medidas de gestão escolar curricular que permite o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo. (Direcção-Geral de Educação, 2018, art.º 2)

A maioria dos professores também indicam a inclusão de alunos com NEE dentro das salas de aula como benefício para todos os alunos principalmente ao nível social. Quando os alunos com NEE interagem com os colegas em todas as atividades escolares e lúdicas, todos obtêm proveito da realidade do dia-a-dia, ou seja, todos conseguem adaptar-se e compreender as diferenças existentes entre os seres humanos e preparar-se para no futuro próximo entrar no mercado laboral e social muito mais capacitados para enfrentar os obstáculos encontrados ao longo da vida.

Verificámos que ao nível geral os professores valorizam a inclusão de alunos com NEE dentro da sala de aula porque todos beneficiam ao nível social e académico.

Relativamente às estratégias utilizadas pelos professores no seu dia-a-dia para promover turmas inclusivas, a maioria dos professores entrevistados apostam no trabalho colaborativo, trabalho tutorial e trabalho autónomo.

É importante referir que o sucesso de salas de aula inclusivas depende da implementação de várias mudanças nas práticas pedagógicas, como por exemplo: a adoção de novos conceitos e estratégias; a adaptação ou reestruturação dos currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para trabalhar com alunos NEE; a elaboração de novas formas de avaliação; o estímulo à participação dos encarregados de educação e da comunidade e das atitudes positivas dos professores perante a inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala de ER. Desta forma, será possível criar uma gestão escolar eficiente, na qual o aluno com NEE consiga ser incluído totalmente na comunidade escolar.

A inclusão dos alunos com NEE na comunidade escolar remete para a transformação de toda a realidade social e escolar.

A reflexão sobre as concepções positivas dos professores sobre a inclusão de alunos com NEE no ER permitem construções de práticas pedagógicas benéficas para os alunos com NEE.

Surgiu recentemente a necessidade de se implementar uma nova reforma no ensino. O Decreto-Lei n.º 54/2018 através do qual o ME estabelece como prioridade de ação governativa a aposta numa Escola Inclusiva onde todos os alunos encontrem respostas adequadas às suas necessidades independentemente da sua situação social e pessoal.

O ME vem proporcionar aos professores apoios especializados para concretizar todos os objetivos inclusivos de alunos com NEE no ER e mais importante ainda na sala de aula de ER. O Decreto-Lei n.º 54/2018 permitirá aos professores participantes neste estudo e a todos os profissionais de ensino de todas as instituições ultrapassar as barreiras e obstáculos encontradas no seu dia-a-dia profissional.

Castro Silva e Morgado (2004) estudaram os fatores determinantes que influenciam o êxito e o fracasso académico dos alunos com NEE. Os autores concluíram que os fatores que contribuem para os resultados académicos positivos dos alunos com NEE foram: bom desempenho dos professores, sala de aula eficaz; boa implementação curricular, características dos alunos e fatores externos ao ambiente escolar.

O ME com o Decreto-Lei n.º 54/2018 vem apostar na formação contínua. Será benéfico para todos os intervenientes do sistema educativo, na medida em que poderão conceber novas metodologias para trabalhar com os seus alunos, adquirindo conhecimentos de novas práticas inclusivas, como por exemplo o ensino diferenciado. Assume-se como uma conceção de ensino-aprendizagem onde os alunos e os professores aprendem em conjunto.

A diferenciação pedagógica é um direito do aluno. Privilegia uma melhor qualidade de ensino, isto porque é conclusivo que os alunos aprendem melhor quando o professor adequa os conteúdos às características individuais de cada um.

A diferenciação pedagógica urge com o intuito de atender às necessidades individuais de cada aluno, em que o professor deve responder de forma eficaz perante a diversidade existente na sua sala de aula.

No que respeita à opinião dos professores relativamente à participação ativa de adequações promotoras por parte do diretor do Agrupamento de Escolas, consideram que a política educativa implementada é benéfica para todos os intervenientes da educação inclusiva.

Os professores, no que respeita ao relacionamento com os pais dos alunos com NEE ou encarregados de educação a maioria refere que o relacionamento é positivo e aporta benefícios para o desenvolvimento dos alunos em questão.

Podemos concluir que o sucesso de salas de aula inclusivas depende da implementação de várias mudanças nas práticas pedagógicas, como por exemplo: a adoção de novos conceitos e estratégias; a adaptação ou reestruturação dos currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para trabalhar com alunos NEE; a elaboração de novas formas de avaliação; o estímulo à participação dos encarregados de educação e da comunidade e das atitudes positivas dos professores perante a inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala de ER. Desta forma, será possível criar uma gestão escolar eficiente, na qual o aluno com NEE consiga ser incluído totalmente na comunidade escolar.

Só através de reflexões sobre as suas concepções de inclusão de alunos com NEE nas salas do ER os professores conseguirão construir práticas pedagógicas benéficas para os alunos com NEE.

Na nossa opinião seria benéfico para todos os alunos com NEE e sem NEE que todos os agentes educativos refletissem sobre o seguinte princípio:

Nas últimas duas décadas, a legislação e as políticas adotadas por 92 países, incluindo Portugal, seguidoras dos princípios da Declaração de Salamanca e das iniciativas das Nações Unidas, reverteram a situação da inclusão de alunos com NEE nas escolas de ER e por sua vez originou a diminuição de instituições especiais (Leyser & Greenberger, 2008). Aquando do surgimento da Declaração de Salamanca iniciou-se uma “revolução” na organização das escolas, concebendo o seguinte princípio fundamental:

Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com toda a comunidade. (UNESCO, 1994, p. 7)

Por último e de acordo com Correia, (1999) entendemos por inclusão a inclusão do aluno com NEE na sala de aula do ER, onde, sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, para atingir esse objetivo contamos com um apoio apropriado às suas características e necessidades.

CONCLUSÃO

As condições da realidade educativa para atingir a inclusão de alunos com NEE no ER são complexas, isto porque um dos fatores mais importantes é a aceitação das diferenças que caracterizam os alunos com NEE. Pressupõe modificar os esquemas de pensamento de todos os agentes educativos, contudo, é complicado porque as pessoas têm hábitos de perceção relativamente aos outros indivíduos pelos quais são induzidos a categorizá-los e classificá-los, concepções que vão influenciar as práticas pedagógicas que os professores realizam nas suas aulas.

O presente estudo fundamentou-se na crença que a escola deve responder às necessidades de todos os alunos, desta forma procurámos analisar e perceber quais as concepções dos professores do 1.º Ciclo do ER e como processam a inclusão de alunos com NEE nas suas salas.

Na verdade, temos consciência da complexidade dos fatores que envolvem a realidade educativa de toda a comunidade escolar. Por conseguinte, utilizámos uma amostra de nove professores e realizámos um estudo de carácter qualitativo e quantitativo. Consideramos ter alcançado os objetivos propostos neste estudo; contudo é importante referir que o caminho certo para se concretizar o princípio fundamental da escola inclusiva depende de todos os agentes educativos. Ou seja, depende não só das instituições e do ME, mas principalmente das concepções e das práticas utilizadas pelos PER nas suas salas de aula de ER.

A colaboração, neste estudo, de todos os participantes, apesar de limitada foi importante porque não só nos aportou respostas para o desenvolvimento do nosso trabalho de investigação como também permitiu aos intervenientes refletir sobre as suas práticas profissionais, reflexões que na nossa opinião são promotoras de práticas inclusivas que irão contribuir para o desenvolvimento dos alunos com NEE, dentro da comunidade escolar, que por sua vez lhe permitirá conseguir o sucesso na comunidade escolar e na comunidade social.

Para combater os obstáculos à inclusão de todos os alunos com NEE nas nossas escolas e instituições, acreditamos que após o último Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, o ME consiga concretizar os seus objetivos apostando numa autorização que permita a todas as instituições de ensino ter autonomia para gerir os seus docentes, adequando o número de profissionais ao número de alunos com dificuldades.

Por fim, acreditamos que a inclusão escolar de alunos com NEE será benéfica para todos, quando todos acreditarem na sua possibilidade. A criação de equipas multidisciplinares, nas escolas e instituições, com a participação de técnicos preparados para responder às necessidades da cada aluno e colaboração dos encarregados de educação será prática

inclusiva de reestruturação de toda a comunidade educativa, promovida por todas as escolas e agrupamentos escolares.

Contudo, entendemos que todo o processo será moroso para que sejam colocados em prática todos os objetivos do Decreto-Lei n.º 54/2018, mas acreditamos na sua total efetividade.

Sugerimos que no domínio de formação de professores, o ME e instituições de ensino apresentem propostas aos professores para que, desta forma, consigam adquirir novos conhecimentos académicos e estratégias inclusivas relacionadas com a área de EE.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, J. & Moreno, J., 2005. "A Educação Especial em Portugal". Uma memória do movimento associativo dos pais de cidadãos deficientes: as Cooperativas de Educação e Reabilitação (CERCIS). *Revista Educar, Curitiba*, 25. Editora UFPR, p.257-274.
- Ainscow, M. (1995). Educação para todos: torná-la uma realidade. Em M. Ainscow, M. Porter & M. Wang (coord.) (1997). *Caminhos para as Escolas Inclusivas*, IIE, p.11-31.
- Alonso, M. V. & Bermejo, B. G. (2001). *Atraso Mental – Adaptação Social e Problemas de Comportamento*. Amadora: McGraw-Hill.
- Aranha, M. S. F. (2004). Educação Inclusiva: transformação social ou retórica. Em Omote, S. (org.). *Inclusão: intenção e realidade* (p. 37-60). Marília (SP): FUNDEPE.
- Armstrong, F. (2001). Intégration ou inclusion? L'évolution de l'éducation spéciale en Angleterre. Une étude de cas. *Revue française de Pédagogie*, 134, 87-96.
- Bairrão, Joaquim. (1981). *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.
- Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projeto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais da Educação*. Lisboa: Gradiva.
- Bolivar, A., Freire, I., Amado, J., Formosinho, J., Azevedo, J., Machado, J., Guerra, M.S. (2013). *Melhorar a Escola - Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas*. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.
- Boni, V. & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2, nº1 (3), p.68-80.

- Booth, T. & Ainscow, M. (2002). *Index for Inclusion: “Desenvolvendo Aprendizado e Participação nas Escolas.* P.19. Bristol, CSIE.
- Boujauoud, S. (2000). Conceptions of science teaching revealed by metaphors and by answers to open-ended questions. *Journal of Science Teacher Education*, p.173-186.
- Bruner, J. (1990). *Ação, pensamento e linguagem.* Porto: Porto Editora
- Cardoso, A. P. (1992). *As Atitudes dos Professores e a Inovação Pedagógica: Revista Portuguesa de Pedagogia.* Ano XXVI, nº 1. Coimbra, p. 85-99.
- Carvalho, F. (2007). Uma escola para todos? Perspetiva da ecologia humana. Em: Rodrigues, D. Magalhães, M.B. (Org.). *Aprender juntos para aprender melhor*, pp. 89-101. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.
- Castro e Silva, J. & Morgado, J. (2004). Support teacher’s beliefs about the academic achievement of students with special educational needs. *British Journal of Special Education*, 31.
- César, M. (2003). A escola inclusiva enquanto espaço e tempo de diálogo de todos e para todos. In David Rodrigues (Ed.). *Perspetivas sobre a inclusão: Da educação à sociedade*, pp. 117-149. Porto: Porto Editora.
- Coll, C., Palacios, J. & Marchesi, A. (1995). *Desenvolvimento Psicológico e Educação. Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- Collicott, J. (1999). *Pondo em prática o ensino por níveis diferenciados: Estratégias para professores do ensino regular.* Lisboa: NOEEE. Departamento da Educação Básica.
- Correia, L. (2008a). *Educação Especial: Aspetos Positivos e Negativos do Decreto-Lei n.º 3/2008.* Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um Guia para Educadores e Professores.* Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2003). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais.* Porto: Porto Editora.

- Correia, L. M. (2003). *Educação Especial e Inclusão*. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2002). *Inclusão: Um guia para educadores e professores*. Necessidades Educativas Especiais. Braga: Quadrado Azul.
- Correia, L. M. (2001). Educação inclusiva ou educação apropriada? Em David Rodrigues (Ed.), *Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva*, p.123 - 142. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2000). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (1994). A educação da criança com Necessidades Educativas Especiais hoje: formação de professores em Educação Especial. *Revista Portuguesa de Educação*, 45-53.
- Direcção-Geral de Educação, (2018). *Para uma Escola Inclusiva: Manual de Apoio à Prática*. Lisboa, DGE
- Estrela, M. & Estrela, A. (1997). *Teoria e Prática de Observação de Classes. Uma Estratégia de Formação de Professores*. Porto: Porto Editora.
- Feldman, Martha. (2000). Organizational Routines as a Source of Continuous Change. *Organization Science*. Vol. 11, n.º 6, 589-742.
- Felgueiras, Isabel. (1994). *As Crianças com Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Garcia, L. M. (2001). *Hiperatividade: prevenção, avaliação e tratamento na infância*. Amadora: McGrawHill.

- Glatthorn, A. (1995). Teacher development, Em L.W. Anderson (Ed). *International Encyclopedia of Teaching and Teacher Education*. London: Pergamon Press.
- Guimarães, H. (1988). *Ensinar Matemática: Conceções e Práticas*. Lisboa: APM (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa). Lisboa: APM.
- Jesus, S. N. & Martins, M. M. (2000). *Escola Inclusiva e apoios educativos*. Rio Tinto: Edições Asa.
- Kunc, N. (1992). The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs, Em VILLA, J. S. THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK - Restructuring for Caring and Effective Education: Na Administrators Guide to Creating Heterogeneous Schools, p. 25-39. Baltimore, Paul H. Brookes,
- Leitão, F. (2010). *Valores Educativos, Cooperação e Inclusão*. Salamanca: ed. 1, 1 vol., Luso-Española de Ediciones.
- Leyser, Y., & Greenberger, L. (2008). College students with disabilities in teacher education: faculty attitudes and practices. *European Journal of Special Needs Education*, 23, 237-251
- Lima, L. P. (2006). Atitudes: Estrutura e mudança. Em J. Vala e M. B. Monteiro. (Eds.). *Psicologia Social*. 7ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Madureira, I. & Leite, T. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Morgado, J. (2003). Os desafios da educação inclusiva: fazer as coisas certas ou fazer certas coisas. Em: CORREIA, L. M. (Org.). *Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. p. 80. Porto: Porto Editora
- Moreno, M. & Azcarate, C. (2003). Concepciones y creencias de los profesores universitarios de matemáticas acerca de la enseñanza de las ecuaciones diferenciales. *Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas*. Vol. 21, N.º 2, 265-280.

- Murphey, T. (1996). Experiencing and mapping in teacher education. Em Sachs, G.T., Brock, M.; Lo, R. (Ed.). *Directions in second language teacher education*, p. 202-219. Hong Kong: City University of Hong Kong.
- Niza, S. (2000). *A cooperação educativa na diferenciação do trabalho de aprendizagem*, in Estrela A.& Ferreira, (IEd.) Atas do IX Colóquio Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF: Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Niza, S. (1996). Necessidades especiais de educação: da exclusão à inclusão na escola comum. *Inovação*, 147.
- OMS (2001). *Relatório Mundial de Saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Direcção-Geral da Saúde, 2002, OMS.
- Organização Mundial de Saúde (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Pajares, M.F. (1992). Teachers' beliefs and educational research: cleaning up a messy construct. *Review of Educational Research* 62(3), 307-332.
- Pereira, M. (2011). *Aprendendo a lidar com a diversidade: implementação de metodologias de aprendizagem cooperativa na sala de aula*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Porter, G. (1997). *Organização das escolas: conseguir o acesso e a qualidade através da inclusão*. Em M. Ainscow, G. Porter, & M. Wang (eds.). *Caminhos para as escolas inclusivas*. pp. 33-48. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Rodrigues, D. (2003). *Perspetivas sobre a inclusão*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2001). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Col. Educação Especial. Porto: Porto Editora
- Salada, A. M. (1997). *Com a palavra professora: suas crenças, suas ações*. Tese de Doutoramento Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Acedida em <https://www.passeidireto.com/arquivo/23998635/educacao-especial/20>.

- Sanches, I. (2005). "Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo". *Revista Portuguesa de Educação*, 20, 105-149.
- Sanches, I. (1997). *Necessidade Educativas Especiais e Apoios e Complementos Educativos no Quotidiano do Professor*. Porto: Porto Editora.
- Secretariado Nacional de Reabilitação (1983). *Sistema da Educação Especial em Portugal*, Lisboa, SNR.
- Silva, M. (2009). Da exclusão à inclusão: Concepções e Práticas, *Revista Lusófona de Educação*, 13, 135-153.
- Slavin, R. E. (1990). Cooperative Learning and Student Achievement. Em R.E. Slavin *School and Classroom Organization*, edited by R.E. Slavin. Hillsdale.
- Solbes, J. & Torres, N. (2012). Análisis de las competencias de pensamiento crítico desde el abordaje de las cuestiones socio-científicas: un estudio en el ámbito universitario. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*. 26, 247-269.
- Sousa, C. (2005). A Teoria Sociocultural de Vygotsky. Em A. Simão, C. Sousa, F. Marques, G. Miranda, I. Freire, I. Menezes, *Psicologia da Educação: Temas de Desenvolvimento, Aprendizagem e Ensino* (pp. 43-51). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Sousa, C. (1995). *Ativação do Desenvolvimento Cognitivo e Facilitação da Aprendizagem*. Aveiro. Edições CIDINE.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Stobaus, C. & Mosquera, J. (2002). *Educação Especial. Rumo à Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Stubbs, S. (2008). *Educação inclusiva: onde existem poucos recursos*. Oslo: The Atlas Alliance.
- Thompson, A. (1992). *Teacher's beliefs and conceptions: A synthesis of the research*. In D. A. Grouws (Ed). New York: Macmillan.

Tillema, H. H. & Knol, W.E. (1997). Promoting student teacher learning through conceptual change or direct instruction. *Teaching & Teacher Education*. 13, 579-595.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Salamanca: UNESCO.

UNESCO. (1994). Declaração dos Princípios de Salamanca. *Educação para Todos*, p. 11. Salamanca: UNESCO

UNESP (2009). *Práticas Educacionais Inclusivas*. Universidade Estadual Paulista.

UNICEF, (2004). *A convenção sobre os direitos da criança*. Para Todas As Crianças Saúde, Educação, Igualdade, Proteção. p.16 (https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf).

Warwick, C. (2001). O apoio às escolas inclusivas. Em David Rodrigues (ed.). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*, pp. 109-123. Lisboa: Porto Editora.

Zabalza, M. (2000). *Los Nuevos Horizontes de la formación en la sociedad del aprendizaje (una lectura dialéctica de la relación entre formación, trabajo y desarrollo personal a lo largo de la vida)*. Granada: Comares.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

Constituição da República Portuguesa (1976) - Capítulo II, art.º 71 - Cidadãos portadores de deficiência e Capítulo III, art.º 74. Ensino.

Decreto-Lei n.º 6/71 de 8 de novembro – Promulga as bases relativas à reabilitação e integração social de indivíduos deficientes.

Decreto-Lei n.º 45/73, de 12 de fevereiro - Organiza a Direção Geral do Ensino Básico instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro. Esta Direção Geral do Ensino Básico sucede à Direção Geral do Ensino Primário e à Direção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário com a vantagem de nela se concentrarem todas as funções pedagógicas e disciplinares relativas ao Ensino Básico.

Decreto-Lei n.º 474/73, de 25 de setembro – Cria na presidência do conselho a comissão permanente de reabilitação, fixando as suas atribuições, constituição e competências.

Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro – Define o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória.

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto – Estabelece o regime educativo de gratuidade da escolaridade obrigatória.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro - Aprova a reorganização curricular do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de janeiro - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos do ensino secundário regular, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de agosto – Define o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e do professor dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro – Revê o regime jurídico do concurso para a seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários.

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro – Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho - Cria um Grupo de Trabalho para a definir o perfil de saída dos jovens de 18 anos de idade, no final de 12 anos de escolaridade obrigatória.

Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1 de julho – Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Despacho n.º 173/ME/91 de 23 de outubro - Regulamenta as condições e os procedimentos necessários a aplicação das medidas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais, consagradas no Decreto - Lei n.º 319/91, de 23 de agosto.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 9/89, de 2 de maio - Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Resolução do Conselho de Ministros n.º120/2006 de 21 de setembro - Plano de ação para a integração das pessoas com deficiências ou incapacidade para os anos de 2006 a 2009.

ANEXOS

**ANEXO 1 – GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES DO
1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO ENSINO REGULAR**

Guião da Entrevista aos Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico do Ensino Regular

Tema: Concepções dos Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com NEE nas salas do Ensino Regular.

Objetivo Geral

- Analisar, perceber, descrever e refletir sobre as concepções dos professores do 1º ciclo do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com NEE nas salas do ER;
- Conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

Objetivos Específicos

- Caracterizar os docentes no que diz respeito: Sexo, Escalão Etário, Habilitações Académicas; Categoria Profissional; Experiência Profissional e Formação Específica em Educação Especial;
- Identificar as concepções dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico relativamente à educação inclusiva de alunos com NEE nas salas do Ensino Regular;
- Perceber se os professores estão a conseguir flexibilizar e diferenciar as práticas inclusivas na sala de ER.
- Perceber quais as estratégias utilizadas pelos professores para atender a diversidade de alunos dentro da sala de aula.

TEMAS	OBJETIVOS PRINCIPAIS	TÓPICOS/EXEMPLOS DE PERGUNTAS
<p style="text-align: center;">I</p> <p style="text-align: center;">Legitimação da entrevista e motivação do/a participante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Legitimar a entrevista. - Estimular o envolvimento do/a participante para a realização da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o âmbito do trabalho que conduziu à realização da presente entrevista. - Informar sobre a relevância da sua participação (clarificar que o objetivo não é obter respostas corretas ou incorretas, mas sim conhecer a sua opinião). - Assegurar a confidencialidade e anonimato no tratamento dos dados recolhidos.
<p style="text-align: center;">II</p> <p style="text-align: center;">Identificação socioprofissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma breve caracterização do participante. - Conhecer o percurso formativo do participante. 	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Qual o Sexo? 2 – Qual o Escalão Etário? 3 – Quais as Habilitações Académicas? 4 – Qual a Categoria Profissional? 5 – Tem alunos com NEE dentro da sua sala de aula?

		6 – Que tipo de alunos com NEE tem dentro da sua sala?
<p style="text-align: center;">III</p> <p style="text-align: center;">Trajectoria profissional e formação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a experiência profissional do participante ao longo do seu percurso profissional. - Conhecer o percurso formativo. - Conhecer a experiência profissional, perante as práticas inclusivas. 	<p>7 - Experiência Profissional</p> <p>8 - Possui Formação Específica em Educação Especial</p> <p>9 - Considera necessário que o professor do ER tenha formação em EE?</p> <p>10 - Ao longo do seu percurso profissional tem frequentado formações na área de EE?</p>
<p style="text-align: center;">IV</p> <p style="text-align: center;">Concepções Dos Professores Do 1º Ciclo Do Ensino Básico Face À Educação Inclusiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a opinião do participante em relação à educação inclusiva. 	<p>1 – O que pensa em relação à inclusão de alunos com NEE no ER.</p>

	<p>- Identificar a posição do participante em relação às práticas inclusivas.</p>	<p>2 – Qual é o objetivo de incluir os alunos com NEE dentro da sala de ER?</p> <p>3 – Considera que a escola de ensino regular deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço?</p> <p>4 – Na sua opinião existem vantagens para os alunos NEE ao serem incluídos na escola de ensino regular?</p> <p>5 – Quais são as características que o professor do ensino regular deve ter para trabalhar com alunos NEE?</p> <p>6 – Quais os obstáculos que enfrenta, diariamente, para gerir a diversidade e heterogeneidade da sua sala?</p>
--	---	--

<p style="text-align: center;">V</p> <p>Estratégias Que Os Professores Utilizam Para Gerir A Heterogeneidade De Alunos.</p>	<p>- Perceber/conhecer as estratégias que o participante utiliza para promover a inclusão.</p>	<p>7 – Quais as estratégias que utiliza para promover práticas inclusivas com os alunos NEE dentro da sua sala e atender a diversidade?</p> <p>8 – Nota evoluções dos seus alunos NEE dentro da sala de ER?</p>
<p style="text-align: center;">VI</p> <p>Apoios</p>	<p>- Conhecer os apoios que o inquirido recebe para promover a inclusão</p>	<p>9 – Recebe apoios para gerir a diversidade existente na sua sala?</p> <p>10- O que pensa em relação aos especialistas que lhe proporcionam apoio?</p> <p>11 – Que tipo de apoios precisaria dentro da sua sala?</p>

<p style="text-align: center;">VII</p> <p style="text-align: center;">Aspetos da Inclusão</p>	<ul style="list-style-type: none">- Identificar a posição do entrevistado em relação à definição das práticas inclusivas. - Conhecer as experiências/vivências, perante as práticas inclusivas.	<p>12 – O que considera ser uma «escola inclusiva?</p> <p>13 – Que práticas lhe parecem promover a construção de uma escola inclusiva?</p> <p>14 - Ao longo do seu percurso profissional, sente que se modificaram atitudes em relação à inclusão?</p> <p>15 - Como encara o seu papel, enquanto recurso humano promotor de inclusão?</p> <p>16 – Considera necessário introduzir alterações nas suas práticas e o que precisaria para as incluir?</p>
---	--	--

<p style="text-align: center;">VIII</p> <p style="text-align: center;">Barreiras/Facilitadores Que Permitem Ou Não Contribuir Para Uma Educação Inclusiva.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber quais as barreiras e facilitadores para a inclusão de alunos NEE dentro da sala de ER. - Perceber quais as vivências sentidas pelos alunos com NEE dentro da sala de aula. 	<p>17 – Quais as barreiras e os facilitadores que encontra para promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala? (Crenças dos professores face à inclusão, sentimento de capacidade ou incapacidade dos professores face a estratégias de implementação de práticas inclusivas, isolamento dos professores/falta de formação, outras).</p> <p>18 – Quais os obstáculos que o aluno NEE tem que superar para se incluir na sala de ER?</p>
<p style="text-align: center;">Sugestões</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recolher sugestões/opiniões do entrevistado perante os tópicos da entrevista. 	<p>19 - Gostaria de acrescentar mais algum parecer/opinião acerca desta temática?</p>

<p>Agradecimentos</p>	<p>- Concluir a entrevista.</p>	<p>- Agradeço a sua disponibilidade e colaboração, imprescindíveis à consecução deste trabalho</p>
------------------------------	---------------------------------	--

ANEXO 2 - ENTREVISTA



Esta entrevista destina-se à realização de um trabalho para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Mestrado em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do INSTITUTO POLITÉCNICO de Portalegre. Tem como objetivo recolher dados sobre **“Conceções dos Professores do 1ºCiclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular”**.

Os dados recolhidos serão tratados estatisticamente, e são, anónimos e confidenciais.

Agradeço desde já a sua atenção e colaboração.

ROTEIRO DA ENTREVISTA AOS PER

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

- 1 – Qual o seu Sexo?
- 2 – Qual a sua idade?
- 3 – Quais as suas Habilitações Académicas
- 4 – Qual a sua Categoria Profissional?
- 6 – Qual a sua Experiência Profissional?
- 7 – Tem alunos com NEE dentro da sua sala de aula? Indique o número de alunos com NEE que tem na sua sala.
- 8 – Indique, respetivamente, qual o domínio e a problemática a que pertencem os alunos com NEE. Como por exemplo: Cognitivo; Motor; Emocional; Visual; Auditivo; Comunicação; outro.

BLOCO II – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO

- 9 – Qual a sua Experiência Profissional?
- 10 - Possui Formação Específica em Educação Especial? Se respondeu sim, qual a formação que efetuou.
- 11 - Considera necessário que o professor do ensino regular tenha formação em Educação Especial? Porquê?
- 12 - Ao longo do seu percurso profissional tem frequentado formações na área de Educação Especial? Quais?
- 13 – Sente-se motivado(a) para frequentar ações de formação na área de Educação Especial?
- 14 – Como avalia as suas competências profissionais para trabalhar com alunos com NEE dentro da sua sala de aula?

BLOCO III – CONCEÇÕES DOS PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO FACE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- 15 – O que pensa em relação à inclusão de alunos com NEE nas salas de aula do ER?
- 16 – Qual é o objetivo de incluir os alunos com NEE dentro da sala de ER?

17 – Considera que a escola de ER deve aceitar a diversidade de todos os alunos e desenvolver o processo de aprendizagem no mesmo espaço?

18 – Na sua opinião existem vantagens para os alunos com NEE ao serem incluídos na escola de ER? Quais?

19 – Quais são as características que o PER deve ter para trabalhar com alunos NEE?

20 – Quais os obstáculos que enfrenta, diariamente, para gerir a diversidade e heterogeneidade da sua sala?

21 – Quais as estratégias que utiliza para promover práticas inclusivas com os alunos com NEE dentro da sua sala para atender a diversidade? (Como por exemplo trabalho colaborativo, tutorial etc.).

22 – Nota evoluções dos seus alunos com NEE dentro da sala de ER?

23 – Que dificuldades encontra no seu quotidiano para atender os alunos com NEE?

24 – Como se desenvolve o relacionamento com as famílias? Comente alguma situação verídica do seu relacionamento com as famílias de alunos com NEE.

BLOCO IV – APOIOS E RECURSOS DA ESCOLA

25 – Recebe apoios para gerir a diversidade existente na sua sala? Quais?

26 - O que pensa em relação aos especialistas que lhe proporcionam apoio?

27 – Quais as medidas que a escola lhe proporciona para facilitar a inclusão de alunos NEE dentro da sua sala?

28 – Que tipo de apoios precisaria dentro da sua sala? Exemplifique.

29 – Considera que o Diretor de Agrupamento de Escolas promove atitudes nos professores para a inclusão dos alunos NEE?

BLOCO V – ASPETOS DA INCLUSÃO

30 – O que considera ser uma «escola inclusiva»?

31 – Que práticas lhe parecem promover a construção de uma escola inclusiva?

32 - Ao longo do seu percurso profissional, sente que se modificaram atitudes em relação à inclusão?

33 - Como encara o seu papel, enquanto recurso humano promotor de inclusão?

34 – Considera necessário introduzir alterações nas suas práticas e o que precisaria para as incluir?

BLOCO VI – BARREIRAS/FACILITADORES QUE PERMITEM OU NÃO CONTRIBUIR PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

35 – Quais as barreiras e os facilitadores que encontra para promoção da inclusão de alunos com NEE dentro da sua sala? (Crenças dos professores face à inclusão, sentimento de capacidade ou incapacidade dos professores face a estratégias de implementação de práticas inclusivas, isolamento dos professores/falta de formação, outras).

36 – Quais os obstáculos que o aluno com NEE tem que superar para se incluir na sala de ER?

BLOCO VII – SUGESTÕES DE INCLUSÃO ESCOLAR

37 - Gostaria de acrescentar mais algum parecer/opinião acerca desta temática?

Obrigada pela colaboração!

**ANEXO 3 - CARTA AO DIRETOR DO AE - PEDIDO DE
AUTORIZAÇÃO**

Maria Antonieta Marquinêz Rosinha

Rua [REDACTED]

7370-094

Tel. [REDACTED]

**Att: Exmº Senhor Diretor
Do Agrupamento de Escolas
de um concelho do Norte Alentejo**

Data: 15/12/2017

Assunto: Pedido de Autorização.

Eu Maria Rosinha, professora do 1º Ciclo do Ensino Básico, com Especialização em Educação Especial, estou a frequentar o Mestrado em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico, de Portalegre.

Estou a desenvolver a minha Dissertação de Mestrado, com orientação da Prof.ª Dr.ª Luísa Panaças, na seguinte problemática: **“Conceções dos Professores do 1ºCiclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular”**.

Venho requerer autorização a V. Ex.ª para desenvolver a minha investigação no agrupamento que o senhor dirige.

Desde já garanto o anonimato de todos os intervenientes e subscrevo-me com elevada estima e consideração.

Atenciosamente/ A professora

(Maria Antonieta Marquinêz Rosinha)

ANEXO 4 - TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



NOTA: A Declaração de Consentimento Informado a redigir, deve ser específica, verdadeira e esclarecedora do Estudo/Projeto de Investigação, devendo ser acrescentados dados considerados pertinentes ou eliminados os não aplicáveis.

Compete ao Investigador(es) prestar aos Participantes do Estudo/Projeto as informações necessárias ao Consentimento livre e esclarecido.

Sugere-se que seja anexo à Declaração de Consentimento Informado um folheto informativo e esclarecedor sobre o Estudo/Projeto para facultar aos Participantes.

AO PARTICIPANTE / REPRESENTANTE:

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento.

Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido.

Caro Senhor(a)

No âmbito de realização de um trabalho para Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Mestrado em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, a investigadora Maria Antonieta Marquinêz Rosinha pretende realizar um Estudo de investigação com o tema **“Conceções dos Professores do 1ºCiclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais na sala de aula de Ensino Regular”** e cujo objetivo principal é efetuar um levantamento das conceções dos professores do Ensino Básico – 1º Ciclo face à inclusão de alunos com NEE nas salas de Ensino Regular.

A evolução dos conhecimentos científicos, nos mais diversos domínios, tem sido possível graças ao contributo da investigação, por isso reveste-se de elevada importância a sua colaboração através da sua participação.

Asseguramos que neste estudo será mantido o anonimato e a confidencialidade dos dados, pois os investigadores consagram como obrigação e dever o sigilo.

Declaração de participante:

- Declaro ter compreendido os objetivos, riscos e benefícios do estudo, explicados pelo investigador que assina este documento;
- Declaro ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o assunto e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora;
- Declaro ter-me sido assegurado que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada.
- Declaro ter-me sido garantido que posso desistir de participar a qualquer momento;

Assim, depois de devidamente informado (a) e esclarecido(a) **autorizo a minha participação** neste estudo:

(localidade e data)

Nome:

Assinatura do Participante/ Representante (riscar o que não interessa)

BI/ CD n.º; data/ validade

Declaro que prestei a **informação adequada** e me certifiquei que a mesma foi **entendida**, ficando o **participante informado e esclarecido**:

Nome do investigador _____

Assinatura _____

ANEXO 5 - TABELA DE CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
<p>A. Identificação Socioprofissional Dos Professores Titulares De Turma.</p>	<p>Realizar uma breve caracterização do entrevistado:</p> <p>A1. Saber qual o Género.</p> <p>A2 – Saber o qual o Escalão Etário.</p> <p>A3. Saber quais as Habilitações Académicas.</p> <p>A4. Saber qual a Categoria Profissional.</p>
<p>B. Conhecer o Percorso Formativo do Entrevistado, Relativamente à Experiencia Profissional com NEE.</p>	<p>Recolher informações dos docentes relativamente:</p> <p>B.1 – Existência ou inexistência de alunos com NEE dentro da sua sala de aula.</p> <p>B2 – Tipos de problemáticas que existem nas salas de aula.</p>
<p>C. Existência ou Inexistência de Formação Especializada dos PTT em Relação à Área De EE.</p>	<p>Recolher as percepções e opiniões dos docentes relativamente a:</p> <p>C.1 Existência ou inexistência de formação especializada dos PTT na área de EE e motivação para aquisição de novos conhecimentos.</p> <p>C.2 Iniciativa individual.</p>
<p>D. Existência Ou Inexistência De Concepções dos Professores Do 1º Ciclo Do Ensino Básico Face à Educação Inclusiva</p>	<p>Conhecer a opinião dos entrevistados em relação à Educação Inclusiva.</p> <p>D.1 – Existência ou inexistência de concepções inclusivas/Inclusão ou exclusão de alunos com NEE na escola do ER.</p> <p>D.2 Vantagens de inclusão de alunos com NEE no ER.</p> <p>D.3 - Obstáculos da inclusão.</p>
<p>E. Existência ou Inexistência de Estratégias para promover a Inclusão de Alunos com NEE.</p>	<p>Perceber/conhecer as estratégias utilizadas para promover a inclusão.</p> <p>E1. Tipos de estratégias utilizadas.</p>

F. Existência ou inexistência de Apoios	Conhecer os apoios que o inquirido recebe para promover a inclusão. F1. Tipos de apoios. F2. Opinião sobre os especialistas. F3. Apoios necessários.
G. Aspetos da Inclusão	Pretende-se perceber quais os sentimentos, atitudes e preocupações dos entrevistados, relativamente a: G1. Existência ou inexistência de concepções positivas/negativas. G2. Ensino/aprendizagem das crianças com N.E.E G3. Inclusão das crianças com NEE dentro da sala de ER.
H. Barreiras/Facilitadores que permitem ou não contribuir para uma Educação Inclusiva.	Perceber quais as barreiras/ facilitadores para a inclusão de alunos NEE dentro da sala de ER. H1. Percecionar quais as barreiras impeditivas/facilitadores. H3. Vantagens. H4. Desvantagens.

ANEXO 6 - CATEGORIAS E INDICADORES DAS ENTREVISTAS / RESUMO

Categoria	Subcategoria	Indicadores
<p>Identificação Socioprofissional Dos Professores Titulares De Turma.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saber qual o Género. - Saber o qual o Escalão Etário. - Saber quais as Habilitações académicas. - Saber qual a Categoria Profissional. 	<p>A maioria dos professores entrevistados é do género feminino, apenas dois professores são do sexo masculino.</p> <p>Com idades superiores a 40 Anos.</p> <p>Todos os professores são licenciados e apenas um professor tem especialização em EE.</p> <p>Dos nove professores entrevistados apenas um é professor contratado, os restantes são professores efetivos.</p>
<p>Conhecer o Percurso Formativo do Entrevistado, Relativamente à Experiencia Profissional com NEE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência ou inexistência de alunos com NEE dentro da sua sala de aula. - Tipos de problemáticas que existem nas salas de aula. 	<p>A maioria dos professores têm alunos com NEE dentro das suas salas de aula do ER à exceção de um professor que não tem alunos com NEE.</p> <p>As problemáticas referidas pelos professores são: Problemas Cognitivos e Motores, emocional, comunicativo e hiperatividade.</p>
<p>Existência ou Inexistência de Formação Especializada dos PTT em Relação à Área De EE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência ou inexistência de formação especializada dos PTT na área de EE e motivação para aquisição de novos conhecimentos. - Iniciativa individual. 	<p>Dos nove professores entrevistados apenas um professor tem especialização na área de EE. Os restantes ou não têm formação ou apenas frequentaram formações de curta duração.</p>

		A maioria dos professores não se sentem motivados para frequentar formações na área de EE.
Existência Ou Inexistência De Concepções dos Professores Do 1º Ciclo Do Ensino Básico Face à Educação Inclusiva	<p>- Existência ou inexistência de concepções inclusivas/Inclusão ou exclusão de alunos com NEE na escola do ER.</p> <p>- Vantagens de inclusão de alunos com NEE no ER.</p> <p>- Obstáculos da inclusão.</p>	<p>Os professores demonstram concepções positivas face à inclusão dos alunos com NEE na escola do ER. Sentem que fazem o que podem para incluir os alunos nas salas do ER.</p> <p>As vantagens mencionadas pelos professores estão na base do desenvolvimento das capacidades de cada aluno com o intuito de se incluírem na sociedade.</p> <p>Os obstáculos estão vinculados com a falta de recursos humanos proporcionados pelo ME, excessivo número de alunos por turma e currículos extensos.</p>
Existência ou Inexistência de Estratégias para promover a Inclusão de Alunos com NEE.	- Tipos de estratégias utilizadas.	<p>A maioria dos professores utiliza o TC, trabalho individualizado e autónomo.</p> <p>Como outro tipo de estratégia fazem referência ao bom relacionamento com as famílias dos alunos com NEE.</p> <p>Como recurso à inclusão dos alunos com NEE, os professores apoiam-se nos especialistas que trabalham junto dos alunos.</p>

<p>Existência Ou Inexistência De Apoios</p>	<p>- Tipos de apoios.</p> <p>-Opinião sobre os especialistas.</p> <p>- Apoios necessários.</p>	<p>Todos os professores beneficiam de apoio em coadjuvação de Língua Portuguesa, coadjuvação na área de Matemática. Como especialista a escola proporciona especialista em Terapia da Fala e PEE.</p> <p>Os professores estão contentes com o apoio dos especialistas.</p> <p>De entre os apoios necessários invocam que necessitam de PEE a tempo inteiro para ajudar todos os alunos com NEE.</p>
<p>Aspetos Da Inclusão</p>	<p>- Existência ou inexistência de concepções positivas/negativas.</p> <p>- Ensino/aprendizagem das crianças com N.E.E</p> <p>- Inclusão das crianças com NEE dentro da sala de ER.</p>	<p>A maioria dos professores responderam que são professores de corpo e alma, compreendem os problemas de cada criança e estão sempre dispostos a tentar fortalecer as suas capacidades que por sua vez poderão ajudar a resolver as suas dificuldades.</p> <p>Dos nove professores entrevistados, 5 professores não sentem necessidade de alterar as suas práticas pedagógicas para permitir ajudar os alunos com NEE a ultrapassar as suas dificuldades.</p> <p>Os entrevistados estão de acordo que os alunos com NEE devem aprender junto dos seus colegas, desenvolvendo as suas competências, dentro dos tempos letivos com objetivo primordial</p>

		<p>que não se sintam excluídos. Contudo, registou-se algumas referências aos alunos com problemáticas mais severas. Nestas situações os professores estão de acordo que os alunos deverão ser inseridos noutros espaços, sendo estes favoráveis ao seu desenvolvimento.</p>
<p>BARREIRAS/FACILITADORES QUE PERMITEM OU NÃO CONTRIBUIR PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</p>	<p>- Percecionar quais as barreiras impeditivas/facilitadores.</p> <p>- Vantagens</p> <p>- Desvantagens</p>	<p>As barreiras que não permitem contribuir para uma Educação Inclusiva: são o isolamento dos alunos; a falta de formação dos PER; a falta de comunicação entre os agentes educativos; a falta de apoios especializados; o número elevado de alunos por turma; a gestão do tempo; as características dos alunos e a dimensão dos currículos.</p> <p>O sucesso escolar dos alunos, através da aquisição de novos conhecimentos em conjunto turma, beneficiando a sua autoestima e autonomia. Os professores referem também que a inclusão de todos os alunos no ER permite que todos, sem exceção, consigam refletir sobre as suas atitudes o que permitirá que o trabalho em sala de aula seja mais rico para todos.</p> <p>Desvantagens - os professores não referiram nenhuma desvantagem.</p>

ANEXO 7 - ANÁLISE DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

CATEGORIA A - IDENTIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DOS PROFESSORES TITULARES DE TURMA

A1. Género.

A2. Escalão Etário.

A3. Habilitações Académicas.

A4. Categoria Profissional.

A1. Género

Nesta subcategoria constata-se que o número maior de professores entrevistados é do sexo feminino, 7 pessoas, os outros 2 professores são do sexo masculino.

Professor	A2. Escalão Etário
1	Tenho mais de 50 anos.
2	Tenho mais de 50 anos.
3	Tenho mais de 40 anos.
4	Tenho mais de 50 anos.
5	Tenho mais de 40 anos.
6	Tenho mais de 50 anos.
7	Tenho mais de 60 anos.
8	Tenho mais de 40 anos.
9	Tenho mais de 40 anos.

Professor	A3. Habilitações Académicas
1	Sou licenciada.
2	Sou licenciada.
3	Sou licenciada.
4	Sou licenciada.
5	Sou licenciada.
6	Sou licenciada.
7	Sou licenciado.
8	Sou licenciada.
9	Sou licenciada.

Professor	A4. Categoria Profissional
1	Sou professora efetiva.
2	Sou professora efetiva.
3	Sou professora contratada.
4	Sou professora efetiva.
5	Sou professora efetiva.
6	Sou professor efetivo.
7	Sou professor efetivo.
8	Sou professora efetiva.
9	Sou professora efetiva.

CATEGORIA B – CONHECER O PERCURSO FORMATIVO DO ENTREVISTADO, RELATIVAMENTE À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COM NEE

B1. Existência ou inexistência de alunos com NEE dentro da sua sala de aula.

B2. Tipos de problemáticas que existem nas salas de aula.

Professor	B1. Existência ou inexistência de alunos com NEE dentro da sua sala de aula/ B2 – Tipos de problemáticas que existem nas salas de aula.
1	Sim. Tenho 2 alunos com problemas cognitivos, emocionais e comunicativos.
2	Sim. Tenho quatro alunos que frequentam o regime educativo especial. Mas há mais alunos com problemas ao nível emocional que ainda não beneficiam de apoio educativo. Dos alunos que têm apoio, três alunos têm dificuldades no domínio cognitivo e um aluno apresenta dificuldades no domínio emocional.
3	Sim. Tenho 3 alunos com dificuldades de aprendizagem ao nível do domínio cognitivo.
4	Sim. Tenho um aluno com necessidades educativas especiais. O aluno com NEE apresenta problemas a nível da Perturbação da Comunicação e da Relação. A sua interação com os pares é fraca, no entanto, vai acompanhando os conteúdos ministrados com a minha ajuda ou de um par.
5	Sim. Tenho 6 alunos com características diferentes. Todos precisam de mim e todos os apoios são bem-vindos... São crianças com muitas dificuldades por conseguinte toda a ajuda que a escola disponibiliza só os vai enriquecer pessoalmente e educacionalmente. Só desta forma poderão ultrapassar os obstáculos que lhes estão implícitos. As problemáticas dos meus alunos são perturbação da linguagem e problemas emocionais.
6	Por acaso este ano não tenho alunos com NEE...
7	Sim, tenho três alunos com problemas cognitivos.
8	Tenho um aluno com problemas cognitivo e motor.
9	Tenho um aluno com necessidades educativas especiais. O meu aluno sofre de hiperatividade e tem problemas cognitivos.

CATEGORIA C - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DOS PTT EM RELAÇÃO À ÁREA DE EE

C.1 Existência ou inexistência de formação especializada dos PTT na área de EE e motivação para aquisição de novos conhecimentos.

C.2 Iniciativa individual.

Professor	C.1 Existência ou inexistência de formação especializada dos PTT na área de EE e motivação para aquisição de novos conhecimentos.
1	Não tenho formação na área de EE. Apenas tenho aquela prática que se adquire ao longo dos anos... Considero que o PER tem que ter formação na área de EE para conseguir respostas de uma forma ativa e assertiva para os problemas que os alunos apresentam em cada novo ano letivo.
2	Tenho uma experiência de 29 anos, sempre como titular de turma no ensino regular do 1º Ciclo. ... Frequentei formações de curta duração ao longo do meu percurso profissional. Não tenho formação específica, apenas pequenas formações para poder lidar diariamente com os meus alunos... As formações que frequentei “Reflexão Pedagógica – a Dislexia”, “As crianças com Necessidades Educativas Especiais, no contexto das escolas regulares. “Vamos ser otimistas”, “Dislexia – intervenção Pedagógica” e “Alunos com Necessidades Educativas Especiais”.
3	Não tenho formação na área de EE... Penso que para tal finalidade estão os professores especializados nessa vertente.
4	Não possuo formação em Educação Especial... Não frequento formações porque é uma área que não me agrada, ou melhor não tenho vocação para trabalhar com alunos com NEE. Contudo, considero que o PER deve ter formação na área de EE, porque temos em sala de aula alunos com essas características e seria uma mais-valia a formação para os ajudar...
5	Não tenho formação na área de EE... Mas considero necessário que o PER tenha formação nessa área Especial, para aprender a lidar com certas situações e comportamentos que os alunos apresentam diariamente nas escolas.
6	Não tenho formação específica em educação especial. Considero necessária a formação na área de EE, isto porque, dessa forma poderíamos lidar melhor com as diversas problemáticas e casos que se apresentam nas turmas.
7	Não tenho formação na área de EE... Considero necessária a formação como formação inicial...
8	Sim, tenho uma Pós-graduação no Domínio Cognitivo e Motor. ... Na minha opinião é necessário que os PTT estejam preparados para trabalhar com alunos NEE, porque os alunos com NEE permanecem em sala a maior parte do tempo, os apoios de NEE são blocos de 45 minutos a 90 minutos. Contudo, os alunos necessitam de ser acompanhados a tempo inteiro.

9	Não tenho formação na área de EE. Mas, penso que faz muito sentido que os professores frequentem disciplinas durante a formação inicial.
Professor	C.2 Iniciativa Individual
1	Depois de quase 40 anos de carreira e de assistir a tantas mudanças nos programas de Ensino Básico não sinto motivação para nada... Mas continuo a gostar muito das minhas práticas... Levam a vida a avaliar! Dá ideia que é o mais importante no Ensino. Sinto-me muito capaz de trabalhar com alunos com problemas. A experiencia é tudo, mas por que não se avalia a experiencia!?
2	Sim, sinto-me motivado para frequentar formações na área de EE...Competências específicas ao nível do conhecimento posso não ter muitas, mas a experiência e a sensibilidade levam-me a trabalhar com esses alunos em sala de aula sem grandes problemas.
3	Não tenho motivação para frequentar formações na área de EE... No meu dia-a-dia trabalho adequando estratégias a cada caso que tenho da minha sala.
4	Na verdade não me sinto muito motivado... Tento dar o maior apoio possível e diversificar as estratégias, metodologias a aplicar com os alunos... Considero que os alunos com estas características necessitam de muito apoio e um trabalho mais lúdico...
5	Sinto-me motivado para frequentar formações na área de EE. Mas ao longo do tempo aprendi com a experiência, observação, inquéritos com professores de educação especial e terapeutas com quem me tenho cruzado todos estes anos de serviço e das escolas por onde tenho passado. Penso que tenho obtido bons resultados com os meus alunos.
6	Sim... Em situações mais problemáticas de casos específicos acredito que uma ação de formação poderá ser útil para se adquirir novos conhecimentos, aprender novas estratégias e combater as dificuldades dos alunos com NEE.
7	Não me sinto motivado a frequentar formações na área de EE. Penso que a formação pessoal e profissional conduzem a uma aprendizagem com todas as pessoas...
8	Sim, sinto-me motivada para aprender ... Mas adequo as minhas competências ao cenário grupo/turma de 26 alunos que tenho (dentro das minhas possibilidades e recursos físicos e humanos).
9	Sinto-me motivado para frequentar formações na área de EE porque não me sinto capacitado para trabalhar com alunos com NEE.

**CATEGORIA D - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE
CONCEÇÕES POSITIVAS DOS PROFESSORES DO 1º CICLO
DO ENSINO BÁSICO FACE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

- D1. Existência ou inexistência de concepções inclusivas/Inclusão ou exclusão de alunos com NEE na escola do ER.
- D2. Vantagens de inclusão de alunos com NEE no ER.
- D3. Obstáculos da inclusão.

Professor	D1. Existência ou Inexistência de Concepções Inclusivas/Inclusão ou Exclusão
1	<p>Sempre defendi que os alunos fossem incluídos na sala de aula ... Embora estes alunos tenham alguns não para se poder trabalhar com eles dentro da sala de aula... Por vezes, trabalhar as suas dificuldades fora da sala, com profissionais do ramo, será o melhor para eles...</p> <p>Também penso que incluir o aluno na sala com os outros colegas é ajudá-lo a desenvolver-se e a sentir-se mais capaz... A escola é sem dúvida o motivo do alicerce de uma vida para as crianças.</p>
2	<p>Sou defensora da inclusão... Contudo, penso que os grupos ou turmas deveriam ter um número de alunos menor e deveríamos ter mais apoios dentro da sala de aula.</p> <p>Considero que na maior parte dos casos os alunos deveriam estar dentro da sala de aula mas há situações onde a criança também beneficia em ter apoio e desenvolver atividades fora do contexto sala de aula.</p>
3	<p>A inclusão dos alunos com NEE no ER depende do grau de deficiência que os alunos tenham e dos recursos humanos e materiais que as escolas possuam.</p>
4	<p>Considero positivo. Penso que as crianças aprendem mais se estiverem em salas do ER. O modelo de referência, desperta interesse e vontade de desenvolverem as mesmas tarefas e por conseguinte adquirirem mais competências. Melhora também aspetos como a socialização e a autoestima.</p> <p>Contudo, também depende do tipo de problemas que o aluno com NEE apresenta. Há casos em que a aprendizagem desses alunos necessita ser num espaço adequado às suas características. No entanto, continuo a apostar na inclusão pois é numa sala de aula que esses alunos observam mais diversidade de modelos.</p>
5	<p>Penso que os professores necessitam de ajuda para lidar com muitos casos dentro da sala de aula....</p>
6	<p>Tratando-se de pequenos problemas de aprendizagem e em certos casos com crianças com Trissomia 21 é possível integrar perfeitamente as crianças na sala do ER.</p> <p>Julgo que a integração dos alunos com NEE nas salas do regular poderá constituir um estímulo positivo para as crianças com medidas NEE.</p> <p>Penso que todas as crianças têm direito ao ensino e acesso à cultura em conjunto com toda a comunidade.</p>

	<p>Todos devem ter os mesmos direitos. Neste sentido, e uma vez que a escola do ER tem como objetivo servir as populações, todas as crianças devem ter acesso à escola e aprender juntas.</p>
7	<p>É muito positivo... Elevar ao máximo as suas capacidades, as dos colegas e professor.</p> <p>A diversidade é geradora de melhorias para todos.</p>
8	<p>É possível acontecer sempre e quando existam meios e recursos humanos para responder às necessidades dos alunos.</p> <p>A inclusão é positiva pelo que já referi anteriormente e também promove atitudes positivas nos alunos sem NEE, isto porque, convivem com a diferença, aprendem a aceitá-la, tolerá-la e melhoraram enquanto indivíduos, permitindo-lhes competências de conhecimento cívico e emocional.</p>
9	<p>A inclusão de alunos com NEE é sempre benéfica para alunos NEE e não só...</p>

Professor	D2. Vantagens de Inclusão de Alunos Com NEE No ER
1	<p>Uma das vantagens é que os alunos que compõem a turma também se habituam a lidar com a diferença.</p>
2	<p>Sim. O terem como exemplo os seus pares, o sentirem que não estão excluídos do processo ensino/aprendizagem que poderá servir de motivação e aumento de auto estima, em algumas crianças.</p>
3	<p>Depende do seu grau de NEE.</p>
4	<p>Sim, pelas razões que referi na questão anterior.</p>
5	<p>Sim, pelas razões que referi na questão anterior.</p>
6	<p>Se não existem, devem existir.</p>
7	<p>Sim, a diversidade gera melhorias em todos.</p>
8	<p>Uma primeira instância as NEE devem ser avaliadas e analisadas, se existirem recursos humanos e físicos que permitam a evolução de alunos com NEE, e não prejudiquem os restantes alunos... Em conclusão, considero que sim.</p>
9	<p>Em alguns casos, casos em que se consiga trabalhar com os alunos dentro da sala e de um modo geral em conjunto com o grupo turma. Mas em casos mais complicados, penso que não....</p>

Professor	D3. Obstáculos da Inclusão.
1	A grande dificuldade dos nossos tempos é o comportamento atual dos meninos e as turmas com muitos alunos. O aluno que tenho frequenta a sala da unidade na Escola Secundária, nunca sei nada dele se não perguntar...
2	O maior obstáculo é o número tão elevado de alunos na turma (24 alunos). Outro obstáculo é a falta de apoios. Os recursos humanos que existem na escola não são os suficientes para atender todos os alunos. Sim. Todos se sentem integrados e apoiados. Como já referi, a maior dificuldade é o número tão elevado de alunos na turma.
3	Não costumo ter obstáculos, para mim cada aluno por si é um obstáculo esteja ele integrado ou não no regime educativo especial. Penso que deveriam ser concedidas mais horas de apoio para os alunos com NEE.
4	Encontrar motivação e heterogeneidade de estratégias de acordo com o perfil de aprendizagem de cada aluno. A falta de tempo, por ter turmas muito numerosas (26 alunos) o que dificulta o ensino individualizado e o apoio e orientação que essas crianças necessitam. Também, muitas vezes a heterogeneidade em termos comportamentais que as turmas atualmente apresentam.
5	Falta de apoio a tempo inteiro. A falta de tempo para atender todos os alunos.
6	As turmas com mais de 20 alunos são difíceis de gerir, devido à heterogeneidade das mesmas. A redução do número de alunos por turma poderá ser a solução para se poder lidar com os diversos casos e suas problemáticas. Uma das grandes dificuldades, uma vez que alguns alunos requerem um ensino mais individualizado, é o facto de as turmas terem mais de 20 alunos o que não contribui para poder ajudar os alunos com mais dificuldades ou as crianças integradas no regime de Educação Especial.
7	Gestão do tempo (meu e deles) e das personalidades.
8	O número exagerado de alunos por turma, a exigência e extensão dos currículos e as particularidades dos alunos. Excesso de alunos, conteúdos difíceis e extensos e falta de tempo.
9	Gerir comportamentos, rotinas, personalidades diferentes. Gestão do tempo...

**CATEGORIA E - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE
ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO DE ALUNOS
COM NEE**

E1 - Tipos De Estratégias Utilizadas.

Professor	E1 - Tipos De Estratégias Utilizadas
1	Muitas estratégias! Trabalho de parceria, colaborativo, autónomo....
2	Na minha prática diária há sempre trabalho colaborativo e de tutoria. A turma está dividida por grupos e todos têm consciência das suas capacidades e dificuldades, havendo muito apoio por parte de todos e acima de tudo muito respeito pelas diferenças.
3	Na minha sala utilizo muito o trabalho colaborativo.
4	Para ultrapassar obstáculos e conseguir que todos cheguem às metas, adapto os trabalhos a executar de acordo com as necessidades desses alunos. Também procuro estar mais próximo de cada um, orientando-os nas tarefas que precisam de executar, dando-lhes mais tempo e apoio individualizado.
5	Utilizo o trabalho colaborativo.
6	Promover o contato e convívio entre todos os alunos, facilitar o relacionamento e saberem compreender as diferenças, organizar atividades onde possa existir maior participação dos alunos com NEE (participação do grupo/turma, realizar práticas funcionais no espaço escola/comunidade, estabelecer rotinas de apoio de modo que os colegas cooperem e elaborar fichas específicas se necessário.
7	Trabalho tutorial e individualizado.
8	Trabalho colaborativo e tutorial. No tutorial junto o aluno com NEE com um aluno que esteja capacitado para ajudar o colega a ultrapassar as suas dificuldades. Também formo equipas de dois a três colegas e atribuo responsabilidade ao aluno sem NEE para ajudar o aluno com NEE e no trabalho individual do aluno com NEE, neste tipo de trabalho eu ajudo-o diretamente...
9	Trabalho colaborativo e trabalho individualizado.

CATEGORIA F - EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE APOIOS

F1. Tipos de Apoios.

F2. Opinião sobre os Especialistas.

F3. Apoios Necessários.

Professor	F1. Tipos de Apoios.
1	<p>Sim, vários. Mas por vezes preciso que alguns alunos saiam da sala para poder explicar as matérias.</p> <p>Tem proporcionado apoios na fisioterapia, dislexia, terapia da fala...</p>
2	<p>Sim, de uma colega de Educação Especial e tenho coadjuvação nas áreas de Português e Matemática. No entanto, torna-se pouco eficiente porque é muito pouco tempo semanal. Também há apoio de outros técnicos, mas fora da sala de aula.</p> <p>A escola coloca nas turmas professores de coadjuvação e pouco mais...</p>
3	<p>Sim. Apoio do ensino especial, apoio psicológico, apoio à dislexia e terapia da fala.</p> <p>A escola proporciona as medidas que o Ministério da Educação lhe fornece.</p>
4	<p>Sim. Tenho professores coadjuvantes a Português e Matemática que prestam apoio a alunos com mais dificuldades e ritmos de trabalho lentos.</p> <p>As medidas da escola....Muito poucas. Somente um professor do EE uma vez por semana durante uma hora. Faltam técnicos de todas as áreas, faltam, principalmente, professores de EE. Se o ME colocasse mais professores de EE os alunos poderiam ser atendidos dentro das salas do ER...</p>
5	<p>Sim. Tenho professores coadjuvantes a Português e Matemática que prestam apoio a alunos com mais dificuldades e que têm ritmos de trabalho lento.</p>
6	<p>Este ano recebo apoio de coadjuvação (4 horas semanais) e de Terapia da fala.</p>
7	<p>Terapia da fala; psicologia; apoio pedagógico e adequações curriculares.</p> <p>Novas tecnologias; apoios e adequações.</p>
8	<p>Recebo apoios educativos de 90 minutos semanalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, Terapeuta Físico-Motor (45 minutos semanalmente) e Terapia da Fala (45 minutos semanalmente).</p> <p>As medidas que a escola nos proporciona são PEE, Terapeutas, Psicólogos, Recursos Físicos (computadores e quadros interativos, Assistentes Operacionais e Coadjuvação a Português e Matemática.</p>
9	<p>Recebo apoio de Terapias, Psicologia, Adequações e apoio na área de Português e Matemática.</p> <p>A escola proporciona os apoios que já referi anteriormente, também tenho apoio a TIC.</p>

Professor	F2. Opinião sobre os Especialistas.
1	São bons profissionais e fazem o que que melhor sabem.
2	Tenho uma ideia muito boa sobre todos os especialistas, temos um relacionamento muito próximo e sempre que tenho uma dúvida ou surge qualquer problema estão sempre “abertos” ao diálogo. O único senão é a falta de tempo que têm para apoiar os alunos. Há poucos técnicos para crianças com NEE...
3	Penso que deveria haver uma maior proximidade com o PER...
4	Penso que são bastante necessários e contribuem para uma taxa de sucesso maior na turma.
5	Que são bons profissionais.
6	Os especialistas que proporcionam apoio são fundamentais em todo o processo/ensino aprendizagem. A produção de um esforço conjunto na prática da Educação Inclusiva é o resultado do esforço do envolvimento de todos os agentes educativos.
7	Que são competentes e bons profissionais.
8	São profissionais atentos, disponíveis e competentes. Trabalhamos sempre em articulação, em benefício do aluno.
9	São bons profissionais.

Professor	F3. Apoios Necessários.
1	Dispensar apoios dentro da minha sala. Ninguém comanda a minha sala de aula...
2	Com a turma tão numerosa, precisaria de um apoio a tempo inteiro do PEE para que todos os alunos tivessem sempre um apoio muito direto e individual.
3	Não preciso de apoio dentro da sala de aula.
4	Necessitaria ter uma turma com menos alunos e uma professora de apoio diariamente a trabalhar comigo na sala.
5	Professor de educação especial a tempo inteiro
6	Apoio permanente de EE.
7	Tenho os apoios necessários.
8	Professora de Educação Especial a tempo inteiro.
9	De momento tenho os necessários.

CATEGORIA G - ASPETOS DA INCLUSÃO

G1 Existência ou Inexistência de Concepções Positivas/Negativas.

G2. Ensino/Aprendizagem das Crianças com NEE.

G3. Inclusão das Crianças com NEE dentro da Sala de ER.

Concepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com NEE nas Salas de Aula do Ensino Regular

Professor	G1. Existência ou Inexistência de Concepções Positivas/Negativas.
1	Sou professora de corpo e alma. Compreendo os problemas de cada criança e estou sempre disposta a tentar resolver os problemas.
2	Sempre tentei promover a inclusão junto de todos os parceiros educativos e também junto de todos os meus alunos.
3	Como já referi, penso que a inclusão, por vezes, não é o mais adequado.
4	Dou o melhor de mim e ajudo cada caso consoante as suas necessidades. Procuo ajudar junto das equipas de trabalho da escola onde leciono e todos juntos fazemos um trabalho razoável.
5	Dou o meu melhor de acordo com as necessidades dos alunos.
6	Como promotor de inclusão tento sempre promover a educação inclusiva e combater atitudes discriminatórias. Na sala tento ajudar os alunos com NEE e tento contribuir de forma ativa para o sucesso desses alunos.
7	Tento gerir a diferenciação inclusiva e promovo a cooperação e a evolução dos alunos.
8	Sempre que posso e tenho recursos para promover a inclusão, esforço-me nesse sentido.
9	Tentando gerir a diferenciação de cada aluno.

Professor	G2. Ensino/Aprendizagem das Crianças com NEE.
1	Sim, considero necessário introduzir alterações nas minhas práticas, contudo, creio que a minha prática tem sido adequada. Os alunos com problemas têm sido apoiados e têm conseguido superar as suas limitações. Tenho muita pena quando chega o 4º ano e depois passam para outro ciclo. ...Penso que para além dos apoios nas áreas de Português e da Matemática faz falta na escola a Música. A música é um ramo educacional que ajuda imenso no desenvolvimento das crianças.
2	Preciso de formação na área de Educação Especial ... Só haverá uma escola inclusiva, se todos trabalharmos para o mesmo objetivo. A boa relação entre professores do regular, técnicos e família é essencial para haver uma inclusão efetiva.
3	Aceitar todo o tipo de alunos e permitir-lhes aprendizagens inclusivas. Neste momento sinto que não é necessário introduzir alterações.
4	Sem dúvida as tecnologias de informação como uma aposta, os recursos humanos em maior número e um ambiente humanizado como forma de proporcionar e promover o sucesso e o progresso de todos. Penso que a prática colaborativa é facilitadora da inclusão. Necessita-se urgentemente de reduzir o número de alunos por turma para que se possa desenvolver um trabalho de inclusão mais positivo e que as escolas tenham uma equipa de professores especializados em NEE.
5	As novas tecnologias, a colaboração entre todos os agentes educativos e o apoio dos especialistas, dependendo das características dos alunos. ... Não considero necessário. Estou contente com as práticas que desenvolvo com os meus alunos.
6	Para reforço da inclusão de uma escola inclusiva são necessárias várias vertentes conjuntas, como por exemplo: existência de recursos materiais, humanos, financeiros (por parte do Ministério), para além disso parcerias em colaboração com a escola, estratégias de socialização, estratégias de desenvolvimento cognitivo, de estímulo sensorial, apoio e orientação desses alunos e estratégias para os pais poderem acompanhar os seus educandos. Penso que não é necessário introduzir muitas alterações na minha prática letiva. Porém será sempre necessário dar mais atenção e ter uma atitude mais compreensiva com os alunos NEE.
7	Promoção da diferenciação inclusiva e na cooperação entre todos. Procurar dar mais a quem mais necessita, para além da minha personalidade, da dos alunos e da compreensão e atenção que já lhe dou e eles me dão.
8	Trabalho colaborativo entre todos os agentes educativos.

Concepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com NEE nas Salas de Aula do Ensino Regular

	Considero que preciso de aprender novos métodos de trabalho e faz falta reduzir o número de alunos por turma, porque 26 alunos por turma é excessivo, programas mais acessíveis e menos extensos, mais horas concedidas aos professores de Educação Especial, Psicólogos e Terapeutas para nos ajudar.
9	Práticas que promovam a diferenciação inclusiva e a cooperação entre todos. Preciso de formação na área de Educação Especial.

Professor	G3. Inclusão das Crianças com NEE dentro da sala de ER
1	Sempre. A escola é o motivo do alicerce de uma vida para a criança.
2	Sim, na maior parte dos casos. Há situações onde a criança também beneficia em ter trabalho e atividades fora do contexto sala de aula.
3	Depende dos recursos humanos e materiais.
4	Depende do tipo de problemas que o aluno com NEE apresenta. Há casos em que a aprendizagem desses alunos necessita ser num espaço adequado às suas características. No entanto, continuo a apostar na inclusão pois é numa sala de aula que esses alunos observam mais diversidade de modelos.
5	Sim. Penso que sim.
6	Sim, porque todas as crianças têm direito ao ensino e acesso à cultura. Todos devem ter os mesmos direitos. Neste sentido, e uma vez que a escola do ER tem como objetivo servir as populações, todas as crianças devem ter acesso à escola e aprender juntas.
7	Sim, a diversidade é geradora de melhorias.
8	Sim. Pelo que já disse anteriormente e também para os alunos do ER conviverem com a diferença, aprenderem a aceitá-la, tolerá-la e melhorarem enquanto indivíduos pessoais, permitindo que se desenvolvam estratégias de conhecimento cívico e emocional.
9	Sim.

CATEGORIA H - BARREIRAS/FACILITADORES QUE PERMITEM OU NÃO CONTRIBUIR PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

H1. Percecionar quais as Barreiras Impeditivas/ Facilitadores.

H2. Vantagens.

H3. Desvantagens.

Professor	H1. Percecionar quais as Barreiras Impeditivas/ Facilitadores.
1	<p>A maior barreira no nosso Agrupamento é o isolamento das pessoas, por muito que pareça mentira e talvez a falta de formação.</p> <p>Facilitador será a forma positiva na relação professor/família. Tentamos comunicar sempre que necessário todas as situações importantes. Tentamos ultrapassar os obstáculos que cada criança vai sentido no seu dia-a-dia.</p> <p>Penso que desta forma ajudamos as crianças a desenvolver as suas capacidades, trocando ideias com a família que na verdade é quem conhece realmente as crianças.</p> <p>...O maior obstáculo será a aceitação da diferença e o trabalho individual que tem de ser preparado diariamente e o número de alunos que temos por turma heterogénea sempre dão muito trabalho. É preciso vocação....</p>
2	<p>Como barreira considero o sentimento que a maioria dos professores sente, de incapacidade perante estas práticas.</p> <p>Facilitador posso dizer que felizmente tenho sempre encontrado técnicos e pais abertos ao diálogo.</p> <p>...A falta de tempo dos professores para lhe darem o apoio direto de que necessitam.</p>
3	<p>As barreiras são o reduzido número de horas de apoio que não nos permite desenvolver as competências essenciais nos alunos.</p>
4	<p>As barreiras impeditivas são sem sombra de dúvida o elevado número de alunos por turma (26) que leva muitas vezes à incapacidade de um professor realizar o trabalho individualizado que muitas vezes é necessário realizar, e, por conseguinte, a falta de técnicos especializados.</p> <p>Como facilitadores, na verdade temos uma escola com equipamentos e tecnologias modernas adequadas às necessidades dos alunos com NEE, contudo, não existem recursos humanos suficientes para dar respostas.</p> <p>Os principais obstáculos são a incapacidade do professor titular de turma ter disponibilidade para poder estar mais próximo desse aluno uma vez que como referi anteriormente tem uma turma enorme e não tem tempo para prestar o apoio que um aluno com NEE carece.</p>
5	<p>As barreiras são o elevado número de alunos por turma e falta de técnicos de EE e a competitividade entre alunos que o professor deve gerir.</p> <p>Facilitadores temos bons recursos físicos e relacionamento eficaz com as famílias.</p>
6	<p>Os facilitadores são recursos humanos suficientes nos Agrupamentos e cada vez maior colaboração dos diretores e professores para estarem preparados para o reforço da sua ação e das suas equipas, caminhando num único</p>

	<p>sentido ou para um único sistema de ensino e não para a dualidade de sistemas ensino regular/ensino especial.</p> <p>As barreiras ainda existem de diversa ordem, como por exemplo o número elevado de alunos por turma; currículos extensos; falta de formação dos PER, etc.</p> <p>Todos os obstáculos só poderão ser ultrapassados num contexto em que há uma cultura de colaboração.</p> <p>As crianças com NEE só deverão, para se incluir nas salas de ensino regular, ter o apoio da família e dos diversos agentes ligados ao seu processo de ensino/aprendizagem e todos nós termos consciência que não é um caminho óbvio e simples.</p>
7	<p>Como barreiras considero a gestão do tempo, das personalidades e dos currículos.</p> <p>Facilitadores alguns a forma de estar do aluno, sentir-se bem-vindo e que está a aprender e a dar de si tudo.</p>
8	<p>A barreira é sem dúvida a indiferença dos colegas que o professor deve controlar.</p>
9	<p>Barreiras - número elevado de alunos que compõe a turma, currículos muito extensos e complicados e gestão do tempo.</p> <p>Facilitador – o bom relacionamento com as famílias.</p>

Professor	H2. Vantagens
1	Uma das vantagens é que os alunos que compõem a turma também se habituam a lidar com a diferença.
2	Sim. O terem como exemplo os seus pares, o sentirem que não estão excluídos do processo ensino/aprendizagem.
3	Depende do seu grau de Necessidade Educativa Especial.
4	Sim, pelas razões que referi na questão anterior.
5	Sim. Pelas razões que referi.
6	Se não existem, devem existir.
7	Sim, a diversidade gera melhorias em todos
8	Uma primeira instância as necessidades educativas especiais devem ser avaliadas e analisadas, se existirem recursos humanos e físicos que permitam a evolução de alunos com NEE, e não prejudiquem os restantes alunos... Em conclusão, considero que sim.
9	Em alguns casos, casos em que se consiga trabalhar com os alunos dentro da sala e de um modo geral em conjunto com o grupo turma. Mas em casos mais complicados, penso que não....

Concepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Face à Inclusão de Alunos com NEE nas Salas de Aula do Ensino Regular

Professor	H3. Desvantagens
1	Sem observação.
2	Sem observação.
3	Sem observação.
4	Sem observação.
5	Sem observação.
6	Sem observação.
7	Sem observação.
8	Sem observação.
9	Sem observação.